ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XLV — 18° DA REPUBLICA — N. 166

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA 20 DE JULHO DE 1906

As assignaturas do «Diario Official» são pagas adiantadamente, na Capital Federal, ao thesoureiro da Imprensa Nacional e, nos Estados, ás Delegacias Fiscaes do Thesouro Federal e ás Alfandegas, e custam :

Por anno.....	24\$000
Por nove mezes.....	18\$000
Por seis mezes.....	12\$000

Os funcionarios publicos da União que autorizarem o desconto mensal de 1\$500 em seus vencimentos terão direito ao recebimento da folha pelo tempo que fixarem. Os funcionarios publicos estaduais ou municipaes poderão obter a folha pelo mesmo preço, sendo, porém, o pagamento adiantado.

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto n. 6.087, que abre credito ao Ministerio da Fazenda para pagamento devido á Companhia Lloyd Brasileiro.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Decretos de 15 de junho ultimo, 9 e 16 do corrente.

Ministerio da Marinha — Decretos de 18 do corrente.

Ministerio da Guerra — Decretos de 18 do corrente.

SECRETARIAS DE ESTADO :

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente das Directorias de Contabilidade, da Justiça e Geral de Saude Publica.

Ministerio da Fazenda — Expediente das Directorias do Expediente e das Rendas Publicas do Thesouro Federal — Recebedoria do Rio de Janeiro — Inspectoria de Seguros.

Ministerio da Marinha — Expediente e requerimentos despachados.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Expediente das Directorias Geraes da Contabilidade e de Obras e Viação.

TRIBUNAL DE CONTAS.

DIARIO DOS TRIBUNAES.

RENDAS PUBLICAS — Rendimento da Alfandega, da Recebedoria do Rio de Janeiro e da de Minas Geraes.

NOTICIARIO.

MARCAS REGISTRADAS.

EDITAES E AVISOS.

PARTE COMMERCIAL

ANNUNCIOS

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 6.087 — DE 13 DE JULHO DE 1906

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 221:039\$460 para occorrer ao pagamento devido á Companhia Lloyd Brasileiro, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 20, n. 18, da lei n. 1.316 de 31 de dezembro de 1904, revigorado pelo art. 33 da de n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, e a que se refere o decreto n. 5.875, de 27 de janeiro ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na conformidade do art. 2º, § 2º, n. 2, letra c, do decreto legislativo n. 392, de 8 de outubro de 1893, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 221:039\$460 para o cumprimento da carta precatória expedida em 21 de abril ultimo pelo juizo federal da 1ª Vara do Districto Federal, requisitando o pagamento de principal, juros da mora e custas, a que foi condemnada a União na acção movida pela Companhia Lloyd Brasileiro e a que se refere o accordo do Supremo Tribunal Federal n. 754, de 20 de janeiro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1906, 18º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decretos de 25 de junho findo, foram nomeados para a guarda nacional:

ESTADO DA BAHIA

Comarca de Caeteté

153ª brigada de infantaria

Estado-maior—Capitão-assistente, Antonio da Rocha Pitão.

382º batalhão de infantaria

Estado-maior — Capitão-ajudante, Bruno Mariano da Fróta.

1ª companhia—Capitão, Benedicto Pereira de Castro;

Tenente, Deocleciano Lopes da Piedade; Alferes, Clemente José Soares e Joaquim José Soares.

2ª companhia—Capitão, Ermelindo José de Freitas;

Tenente, Manoel Joaquim Bom; Alferes, Tito Francisco Coelho e Philoteo Pedro de Carvalho.

3ª companhia—Capitão, João Antunes de Brito;

Tenente, Francisco Alves de Brito; Alferes, Joaquim José Soares e Antonio Vieira Mesquita.

4ª companhia—Capitão, Ladisláo Antonio de Brito; Tenente, Murellino José Soares; Alferes, Manoel Caetano Rego e João Marques de Brito.

383º batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, Tiberio Severino de Miranda.

1ª companhia—Capitão, Victorino José de Freitas;

Tenente, Quirino Fernandes da Cunha; Alferes, Angelo Gonçalves de Aguiar e Fernando Vaudim da Silva.

2ª companhia—Capitão, Jacintho José da Silva Moreira;

Tenente, José Rodrigues da Silva; Alferes, Joaquim Fernandes dos Santos e Candido Fialho de Carvalho.

3ª companhia—Capitão, Severiano Ferreira da Silva;

Tenente, Leonel da Silva Moreira; Alferes Chrisanto Gomes Cardoso, Padre e Pedro Rodrigues Ladeira.

4ª companhia—Capitão, Geraldino Pereira Cangussú;

Tenente, Francisco Rodrigues Pereira; Alferes, Antonio José Mendes e José Pereira da Costa Dé.

384º batalhão de infantaria

Estado-maior — Major-fiscal, Antonio Corréa Netto.

1ª companhia—Capitão, Aristides Maximo de Carvalho;

Tenente, Abilio da Silva Prates; Alferes, Sebastião Fernandes dos Santos e Gasparino da Silva Lima.

2ª companhia — Capitão, Manoel Melchias de Carvalho;

Tenente, Victalino Luiz de Barros; Alferes, Joaquim Gaspar dos Santos e Damião Mendes da Luz.

3ª companhia — Capitão, Modesto da Silva Prates;

Tenente, Benedicto Guerra; Alferes, Julio Ribeiro da Costa e Innocencio da Silva Ferreira.

4ª companhia — Capitão, Odilon José Ribeiro;

Tenente, Modesto Gomes Junior; Alferes, Avelino José das Neves e Felipe Benicio Balieiro.

128º batalhão da reserva

Estado-maior—Capitão-ajudante, Ladisláo Antonio de Brito.

1ª companhia—Capitão, José Candido Pereira;

Tenente, Juscelino da Cruz Prates; Alferes, Eliseu José Ferreira e Manoel Xavier de Souza.

2ª companhia—Capitão, Gregorio de Cerqueira Brandão;

Tenente, José Vicente da Costa; Alferes, Antonio José de Oliveira e Leonardo Pedro Rodrigues.

3ª companhia—Capitão, Luiz Gonçalves de Aguiar;

Tenente, Francisco Gaspar dos Santos; Alferes, João Pedro Rodrigues e Theotônio Pedro Rodrigues;

4ª companhia—Capitão, Florindo Ferreira Porto;
Tenente, Manoel Alves de Aranha Néco;
Alfêres, Antonio Pedro Rodrigues e Benedito Pedro Rodrigues.

35º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Victorio Ferreira Coelho;
Major-fiscal, Julio Mendes da Luz.

1ª companhia — Capitão, Antonio Mendes da Luz;

Tenente, Tiburtino Pereira Freire;
Alfêres, Victal Ferreira dos Santos e Joaquim Pereira Coutinho.

2ª companhia — Capitão, Polycarpo Antonio de Brito;

Tenente, Martinho de Souza Santos;
Alfêres, Antonio Pedro dos Santos Primo e Ataliba Pedro Rodrigues.

3ª companhia — Capitão, Martinho Ferreira Coelho;

Tenente, Juvenio Gonçalves da Silva;
Alfêres, Hermario Ferreira de Almeida e Manoel Pessoa Primo.

4ª companhia — Capitão, Victorio José de Freitas;

Tenente, Deraldo da Silva Prado;
Alfêres, Antonio Francisco de Oliveira e Antonio Borges de Carvalho.

36º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Juvenio Teixeira Guimarães;
Major-fiscal, Marcellino Gonçalves de Aguiar.

1ª companhia — Capitão, Honorio Alves Aranha;

Tenente, Isaac Pedro Rodrigues;
Alfêres, Julio Aureliano Cotrim e Antonio de Souza Santos.

2ª companhia — Capitão, Antonio Fialho de Carvalho;

Tenente, José Antonio das Neves;
Alfêres, José Rodrigues de Mattos e Braulio Gustavo da Silva.

3ª companhia — Capitão, João Pereira da Costa;

Tenente, Pedro Soares de Oliveira;
Alfêres, Theophilo Borges Aranha e José Pereira da Costa.

4ª companhia — Capitão, Porfirio Fernandes dos Santos;

Tenente, Altino Fernandes dos Santos;
Alfêres, Sultisiano Manoel Lado e Osorio Fagundes de Lima.

387º batalhão de infantaria

1ª companhia — Capitão, Herinogenes Mariano da Frota;

Tenente, Theodoro Cuneundes de Souza;
Alfêres, Antonio José da Silva e Manoel Justino de Carvalho.

2ª companhia — Capitão, Seraphim Pedro Rodrigues;

Tenente, Antonio Zeferino Rodrigues;
Alfêres, Carolino Gonçalves de Aguiar e Laísião Pereira Coutinho.

3ª companhia — Capitão, Theophilo Ottoni Guimarães;

Tenente, Cantídio Garcia Leal;
Alfêres, Plinio Fagundes de Lima e Leonel Joaquim de Souza.

4ª companhia — Capitão, Abraham Pedro Rodrigues;

Tenente, Antonio José de Sant'Anna;
Alfêres, Gasparino Francisco Xavier e Ladislau José de Carvalho.

129º batalhão da reserva

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Julio Rodrigues Ladeira;
Major-fiscal, Candido de Souza Porto;
Capitão-ajudante, João Fagundes de Lima;
Capitão-cirurgião, Francisco Rodrigues de Lima

1ª companhia — Capitão, Trajano Affonso dos Santos;

Tenente, Thomastocles Pereira da Silveira;
Alfêres, Emydio Ferreira da Rocha e Julio Aureliano Cotrim.

2ª companhia — Capitão, Clemente Garcia Leal;

Tenente, Tibureio do Couto Lobo.
Alfêres, Antonio Aureliano Cotrim e Donerio Xavier Cotrim.

3ª companhia — Capitão, Joséolino Rodrigues de Oliveira;

Tenente, Hermenegildo Gustavo da Silva;
Alfêres, Francisco Aureliano Cotrim e Antonio Francisco Xavier.

4ª companhia — Capitão, Julio Carvalho de Souza;

Tenente, Lauro José dos Santos;
Alfêres, Julio Mariano da Frota e João Pinheiro de Azevedo.

434º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Hermelino Antonio da Silveira.

Comarca de Carinhonha

438º batalhão de infantaria

Estado-maior — Major-fiscal, Teruliano Meira.

Comarca de Inhambupe

63º batalhão de infantaria

1ª companhia — Alfêres, Theodoro Martins de Oliveira Cangusú.

133º batalhão de infantaria

1ª companhia — Tenente, Francisco de Assis.

Comarca de Michibás

232º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Dr. Gregorio Ferreira de Almeida.

2ª companhia — Capitão, Aurelio Pinheiro Sampaio.

Comarca de Alagoínhas

85º regimento de cavalaria

3º esquadrão — Capitão, Antonio Ignacio Pereira.

—Por outros de 9 do corrente mez, foram nomeados para a mesma milicia:

ESTADO DA BAHIA

Comarca da Capital

7º batalhão de infantaria

4ª companhia — Capitão, Procopio da Fonseca Lopes.

Comarca de Alagoínhas

85º batalhão de infantaria

2ª companhia — Capitão, Agenor de Dias Bello Carvaliva.

Comarca de Inhambupe

135º batalhão de infantaria

1ª companhia — Capitão, Arnaldo Villa Flor.

Comarca de Santo Amaro

190º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Manoel Justiniano de Moura Macha lo.

191º batalhão de infantaria

1ª companhia — Capitão, Francisco Pereira Navarro de Andrade.

Comarca de Camacivieras

7ª brigada de infantaria

Coronel-comandante, bacharel Arthur de Almeida Couto.

19º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, João Gomes de Oliveira Carvalho.

21º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Francisco Marinho da Costa.

Comarca de Belmonte

85ª brigada de infantaria

Estado-maior — Capitão-assistente, Aman-do Gueneri;

Capitães-ajudantes de ordens, Olegario José de Sant'Anna e Fratelmo Vicente de Paiva;

Major-cirurgião, Dr. Lambert Reis de Athayde.

253º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, José Pedro Barboza;

Capitão-ajudante, Jacintho Ferreira da Conceição;

Tenente-secretario, Senobellino Noronha;
Capitão-cirurgião, Marcellino Vicente Pereira.

1ª companhia — Capitão, Manoel Simões de Almeida Couto;

Tenente, Manoel Pires Chaves;
Alfêres, Bernardo Luiz Moreira e Manoel Martins da Silva.

2ª companhia — Capitão, Benjamin Maria de Andrade;

Tenente, João Ambrosio Vianna;
Alfêres, Olympio Custodio Ribeiro.

3ª companhia — Tenente, Cecilano de Souza Marques;

Alfêres, Geraldo Francisco Guimarães.

4ª companhia — Capitão, Antonio Joaquim Correia Mattos;

Tenente, Angelo Custodio do Nascimento
Alfêres, José Malaquias Barbosa e Eugenio de Sant'Anna Amorim.

254º batalhão de infantaria

Estado-maior — Major-fiscal, Virgilio Araujo Gomes de Sá.

1ª companhia — Capitão, Alcebiades Alexandre Borges;

Alfêres, Antonio Augusto Cachoeira.

2ª companhia — Capitão, Francisco Ferreira da Cruz Junior;

Tenente, Ignacio Francisco Flores;
Alfêres, Olympio Barbosa dos Santos.

3ª companhia — Alfêres, Lourenço Dias dos Santos.

4ª companhia — Alfêres, Secundino Marcellino de Oliveira e Theodomiro Peixoto da Silva.

255º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-secretario, Miner-vino de Souza;

Tenente quartel-mesire, Elias Francisco de Jesus.

1ª companhia — Tenente, Armando Rocha;
Alfêres, Durval Jorge Barroiros.

2ª companhia — Tenente, Candido Baptista de Sant'Anna;

Alfêres, Lauro de Almeida Soares.

3ª companhia — Capitão, Bento Beryllo Sapucaia;

Tenente, José Antonio do Nascimento;
Alfêres, Crescentino José Girames.

4ª companhia — Tenente, Antonio de Araujo Silva;
Alfêres, Manoel de Queiroz e Julio Manoel da Silva.

85º batalhão da reserva

Estado-maior — Tenente-secretario, José Dativo Ferreira Filho;

1ª companhia — Capitão, Joaquim José Torres;

Alfêres, Amphiphio Rodrigues do Nascimento e João Antonio de Magalhães.

2ª companhia—Alferes, Francisco Antonio Belém.

3ª companhia — Tenente, José Raymundo Conceição;

Alferes, Clarino Aprigio de Almeida e Rufino Justino de Sant'Anna.

4ª companhia—Alferes, Jovino Ignacio da Silva e Tranquillino José das Chagas.

16ª brigada de artilharia

Estado-maior — Major-cirurgião, José Rozendo da Silva.

16º batalhão de artilharia de posição

Estado-maior — Major-fiscal, Januario Gomes de Oliveira Carvalho;

Primeiro-tenente secretario, José Moynart;

Primeiro-tenente quartel-mestre, Luiz José Theamaz;

Capitão-cirurgião, Bulsano Mendes de Sá.

1ª bateria — Capitão, João Rodrigues Pitanguera;

Segundo-tenente, Ovidio Antonio Piedade.

2ª bateria — Segundos-tenentes, Manoel Marques do Carmo e José Zeferino Damaceno.

3ª bateria — Primeiro-tenente, Ignacio de Medeiros Chaves;

Segundo-tenente, Pedro Gomes da Silva.

4ª bateria — Segundos-tenentes, Pedro Evangelista da Silva Fiel e José Hermenegildo Gomes dos Santos.

16º regimento de artilharia de campanha

Estado-maior — Tenente-secretario, Gregorio Andrade;

Tenente quartel-mestre, Jacob José Teixeira Franco;

Capitão-cirurgião, Casemiro Benigno de Amorim;

Segundo-tenente veterinario, Silvino Pinto Caldeira.

1ª bateria—Primeiro-tenente, Pedro Alexandrino de Sant'Anna;

Segundos-tenentes, Antonio Gregorio de Menezes e Candido da Franca Flores.

2ª bateria — Primeiro-tenente, José Ciciano de Siqueira;

Segundos-tenentes, Braz Giffoni.

3ª bateria — Primeiro-tenente, Gustavo Manoel da Conceição;

Segundo-tenentes, José Ignacio Belmont e Manoel de Almeida Costa.

4ª bateria—Primeiros-tenentes, Herculano de Paula Ezequiel e Albino Victal dos Santos Fontes.

—Por outros de 16 do corrente mez, foram promovidos e nomeados para a guarda nacional:

CAPITAL FEDERAL

5ª brigada de infantaria

Estado-maior—Assistente, o tenente Raul Goulart;

Ajudante de ordens, o capitão Faustino Rodolpho Gomes.

1º batalhão de infantaria

Estado-maior—Tenente quartel-mestre, o alferes Avelino José Machado Junior.

4ª companhia—Alferes, Armando de Andrade.

3º batalhão de infantaria

1ª companhia—Capitão, o tenente José Pereira Machado;

Tenente, o alferes Miguel Marques Gonçalves.

3ª companhia—Alferes, Arthur Branco de Almeida Gonzaga.

7º batalhão de infantaria

2ª companhia—Tenente, o alferes Henrique Luiz Lange Filho.

3ª companhia—Tenente, o alferes Antonio Rodrigues Barbosa Junior.

2º batalhão de infantaria

Estado-maior—Quartel-mestre, o tenente aggregado Frederico Pinto de Azevedo.

1ª companhia—Tenente, o tenente quartel-mestre, João Luiz Corrêa.

17º batalhão de infantaria

3ª companhia—Tenente, o alferes Joaquim Dias de Souza.

Ministerio da Marinha

Por decreto de 18 do corrente, foi nomeado o capitão de corveta José Borges Leitão para exercer o cargo de adjunto da secção de meteorologia da Repartição da Carta Maritima.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 18 do corrente:

Foram transferidos:

Na arma de artilharia — Os tenentes-coroneis Horacio Hermeto Bezerra Cavalcante, do corpo de estado-maior para o 5º batalhão, e Octaviano Augusto Monteiro da Franca, deste batalhão para aquelle corpo;

Na arma de infantaria — Os capitães Joaquim de Cerqueira Daltro, do logar de ajudante do 9º batalhão para a 2ª companhia do 35º, e Manoel Onofre Muniz Ribeiro, da 2ª companhia do 35º para o logar de ajudante do 9º.

Foram nomeados 1ºs tenentes medicos de 5ª classe do exercito os medicos adjuntos Drs. Alpheu Bicca de Medeiros e Alarico Damasio.

—Foram concedidas, de accôrdo com o disposto nos decretos ns. 4.238, de 15 de novembro de 1901, e 4.409, de 16 de maio seguinte, e tendo em vista o parecer do Supremo Tribunal Militar, de 16 do corrente, as seguintes medalhas militares:

De ouro, por contarem mais de 30 annos de bons serviços, ao tenente-coronel Manoel Vicente Ferreira de Mello e ao cabode esquadra do 2º batalhão de infantaria Francisco Barbosa;

De prata, por contarem mais de 20 annos de bons serviços, aos capitães Heraclio Helio Fernandes Lima, João de Deus Moreira Carvalho e Melchisedech de Albuquerque Lima, ao 2º sargento do 20º batalhão de infantaria Luciano Gomes da Silva, ao mestre de musica do 2º regimento de cavallaria João Francisco Catalunha e ao cabo de esquadra do 25º batalhão de infantaria Theotonio Claudino de Barros;

De bronze, por contarem mais de 10 annos, de bons serviços, ao capitão Pompeu da Silva Loureiro, aos 1ºs tenentes Arlindo Marques Salgado e José Luiz Pereira de Vasconcellos, aos 2ºs tenentes Pio Pereira Paula Dias, Collatino Marques, Joaquim Carrilho do Rego Barros, Euclides Valdetaro de Carvalho Mello e Rodolpho Guasque, ao sargento ajudante do 3º regimento de artilharia Antonio Gomes de Oliveira, ao 1º sargento do 6º batalhão de infantaria Antonio Mario de Figueiredo, aos cabos de esquadra José Bernardino Pereira da Silva, do 2º regimento de cavallaria, José da Motta, do 37º batalhão de infantaria, e Lourenço José de Faras, do 10º da mesma arma, ao musica de 1ª classe do 25º tambem de infantaria Maximo Rosa e ao soldado do 7º batalhão ainda de infantaria Jorge dos Santos.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expediente de 12 de julho de 1906

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os pagamentos no Thesouro Federal:

De 2:732\$730, fornecimentos feitos em junho findo para as obras do novo Desinfetorio Central do Districto Federal;

De 2:700\$, gratificação que compete ao Assistente do Museu Nacional em excursão scientifica;

De 75\$300, publicações feitas pela Imprensa Nacional, do expediente do Juizo da 6ª Pretoria, no 1º trimestre deste anno.

—Transmittiram-se ao Tribunal de Contas documentos justificativos na importancia de 6:958\$901, despendida por conta do adiantamento de 7:600\$, feito ao director da Bibliotheca Nacional.

—Solicitaram-se ao dito Ministerio os adiantamentos:

De 20:458\$131, ao inspector do Serviço de Isolamento e Desinfecção, para pagamento do pessoal subalterno extraordinario em abril ultimo;

De 2:390\$, ao almoxarife do Hospital de S. Sebastião, para pagamento das diarias ao pessoal subalterno extraordinario em abril ultimo.

Dia 13

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os pagamentos no Thesouro Federal:

De 60\$600, trabalhos executados pela *City Improvements*, em junho findo, na delegacia da 16ª circumscripção policial;

De 274\$500, publicações feitas pela Imprensa Nacional no 1º trimestre deste anno, do expediente e editaes do juizo de direito da 2ª Vara Commercial;

De 5:145\$725, fornecimentos feitos em março ultimo ao Hospital de S. Sebastião;

De 25\$, despezas feitas com o asseo de edificio, pelo porteiro do Juizo Seccional de Districto Federal;

De 333\$, objectos de expediente fornecidos em junho findo a Directoria Geral de Saude Publica;

De 18:375\$677, fornecimentos feitos em abril e maio ultimos á Casa de Detenção;

De 500\$, aluguel em junho findo da parte do predio em que funciona a Junta Commercial;

De 5:772\$500, folha de abril ultimo do pessoal da Directoria Geral de Saude Publica occupado em serviços extraordinarios;

De 1:935\$700, fornecimentos feitos de março a maio ultimos, ao Museu Nacional;

De 266\$666, folha de gratificação que compete em junho findo ao Dr. Luiz Antonio da Silva Santos, substituto da 1ª secção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro;

De 12:050\$785, folhas de fevereiro e março ultimos do pessoal da Directoria Geral de Saude Publica, occupado em serviços extraordinarios;

De 5:239\$800, folhas de abril ultimo do fiscal e pessoal encarregado da matança de ratos;

De 174\$200, publicações feitas em maio ultimo no *Jornal do Commercio* para a Directoria Geral de Saude Publica.

—Solicitaram-se ao dito Ministerio os adiantamentos :

De 20:83\$271, ao inspector do Serviço de Isolamento e Desinfecção, para pagamento do pessoal subalterno extraordinario em março ultimo ;

De 3:114\$, ao almoxarife do Hospital de S. Sebastião, para pagamento de identico pessoal no dito mez.

—Declarou-se ao delegado fiscal do Thezouro no Estado do Maranhão que se torna necessaria a remessa a este Ministerio, da conta especificada dos objectos fornecidos á commissão do alistamento eleitoral do municipio de Villa do Paço do Lumiar, de que trata a petição do intendente municipal da mesma localidade.

— Ao Tribunal de Contas, respondendo-se ao officio n. 186, de 9 do corrente, communicou-se que a quantia de 500\$, de que trata o aviso 2.816, de 2 do mesmo mez, deverá ser entregue ao continuo desta Secretaria de Estado Jacintho Martins Paulino, para attender ao pagamento immediato de despesas com o transporte dos livros que serviram nas eleições de 30 de janeiro e 1 de março ultimo, que tem de ser agora enviados ao presidente da commissão de alistamento pelos supplentes do substituto do juiz federal da 2ª Vara do Districto Federal.

— Transmittiu-se ao Ministerio da Fazenda cópia da relação de contas de desinfecções feitas pela Directoria Geral de Saude Publica, em diversas embarcações no porto desta Capital.

—Solicitou-se ao mesmo Ministerio que seja concedido á Delegacia Fiscal do Thezouro no Estado do Piauh, á disposição do inspector de saude dos portos naquelle Estado, o credito de 1:680\$, para pagamento, no exercicio corrente, dos salarios de mais dous marinheiros para o serviço da mesma inspectoria.

Expediente de 16 de julho de 1906

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Autorizou-se o general commandante da força policial a providenciar sobre a baixa dos soldados João Corrêa Ramos Filho, Manoel Diogenes de Magalhães e Arthur Ignacio Ferreira, indemnizando a Fazenda Nacional do que estiverem a dever-lhe.

—Concedeu-se um anno de licença, para tratarem de negocios de seus interesses onde lhes convier, ao tenente do 1º regimento de artilharia de campanha Pedro da Rocha Tagarro e ao alferes aggregado ao 6º batalhão de infantaria Jacomo Alves, ambos da guarda nacional desta Capital.

—Transmittiram-se :

Ao Ministerio das Relações Exteriores, para os fins convenientes, a certidão de obito do italiano Carlos Errico Affonso, fallecido a 29 de maio deste anno na villa de Jequiçá, na Bahia ;

Ao juiz da 9ª pretoria, afim de ser informado e instruido, o requerimento em que Carolina Leopoldina da Silva pede perdão para seu filho Eurico Avellar, preso na Casa de Detenção e condemnado a tres mezes de prisão.

Requerimento despachado

Enéas Augusto Pinheiro Camara. —Remetteu-se o requerimento ao commandante da força policial, afim de ser tomado na consideração que merecer.

Expediente de 18 de julho de 1906

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Por portaria desta data, foi concedida licença de tres mezes, com vencimentos na forma da lei, para tratar de sua saude onde lhe convier a Manoel José Gomes, secretario da Inspectoria de Saude do Porto de Santos; e, por outra datada de 9 do corrente, foi nomeado o Dr. Francisco Xavier de Carvalho para exercer interinamente o cargo de inspector de saude dos portos do Estado do Maranhão.

—Solicitou-se providencia ao Sr. Ministro no sentido de serem desoccupados os predios sitos á rua Visconde do Rio Branco ns. 50 e 52 e á praça da Republica n. 2, visto as suas más condições hygienicas não permitirem habitação.

—Communicou-se :

Ao Dr. presidente do 2º Tribunal do Jury do Districto Federal, que já se acha sciente Luiz Maria Dantas, de estar sorteado para os trabalhos da actual sessão do jury desse tribunal ;

Ao director geral de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, que já está providenciado relativamente ao levantamento do interdicto sanitario affixado no predio n. 150 da rua Senhor dos Passos, afim de ser visitado por essa directoria.

—Accusou-se ao bibliothecario da Bibliotheca Municipal o recebimento do officio n. 7, de 12 do corrente.

—Remetteram-se :

Ao director geral da Contabilidade deste Ministerio, a relação de contas, em duplicata, da importancia de 9:952\$800, proveniente de fornecimentos a esta directoria, durante os mezes de abril e maio ultimos ;

Ao mesmo, a conta em duplicata, na importancia de 43\$209, proveniente de fornecimentos á barca de desinfecção, em junho findo ;

Ao administrador dos Correios, o laudo de exame de validez de Bernardino Costa Lopes ;

Ao director da Estrada de Ferro Central do Brazil os laudos de exame de validez de Samuel Vieira Ferreira Pinto, Kaul Merttens e Armino de Freitas Albuquerque.

Requerimentos despachados

Dia 18 de julho de 1906

Firmino Gonçalves da Cruz (6º districto). — Serão concedidos 30 dias.

Francisco Coelho (9º districto). — Não pôde ser attendido.

José da Silva Moura (9º districto). — Deferido.

Joaquim da Silva Vieira (9º districto). — Deferido.

José da Motta Bastos (6º districto). — Não pôde ser attendido.

Rodrigo de Carvalho Torres (6º districto). — Deferido.

Arthur Bandeira (6º districto). — Deferido.

Fernando de Araujo Severino (6º districto). — Não pôde ser attendido.

Joaquim Duarte de Souza (8º districto). — Serão concedidos 90 dias.

José Joaquim Alves (9º districto). — Deferido.

D. Amelia Ribeiro da Motta (3º districto). — Não pôde ser attendida.

José de Castro Junior (6º districto). — Deferido.

Gianlorenzo Schithino (6º districto). — Serão concedidos 60 dias.

Manoel Barreiros Cavanellas (6º districto). — Não pôde ser attendido.

José Silveira de Faria (1º districto). — Serão concedidos 60 dias.

Francisco Peres (1º districto). — Serão concedidos 60 dias.

Pedro o José Mano e outros (3º districto). — Serão concedidos 20 dias.

Ricardo José Nunes (3º districto). — Deferido.

Pedro Carvalho de Moraes (3º districto). — Deferido, nos termos da informação.

Antonio Alves da Fonseca (6º districto). — Serão concedidos 90 dias.

Leopoldina Rosa Guimarães Moraes (6º districto). — Serão concedidos 60 dias.

Ricardo José Antunes (6º districto). — Serão concedidos 60 dias.

Propicia Julia Rodrigues (6º districto). — Serão concedidos 10 dias.

José Dias (6º districto). — Deferido.

Joaquim Marques Barreto (6º districto). — Serão concedidos 15 dias.

Maria Dias de Souza. — Sim, mediante recibo.

Bacharel David M. Rego Junior. — Queira declarar o numero do predio.

Alexandre Duarte da Cunha. — Sim, mediante recibo.

Francisco van Erven (8º districto). — Serão concedidos 90 dias.

Oscar Affonso Nery da Costa. — Deferido.

Henrique Affonso Botelho. — Deferido.

Ministerio da Fazenda

Requerimentos despachados

Pelo Sr. Ministro :

Banco Hypothecario do Brazil, pedindo certidão. — Passe-se a certidão.

Jorge Dias & Irmão, agentes da Empresa de Navegação Grão-Pará, solicitando prorrogação de prazo para despachar, livre de direitos, 5.000 toneladas de carvão de pedra. — De accôrdo. Nada ha que deferir.

—Processo de aposentadoria de Claudio Jeremias da Silva Jacques. — Passe-se o titulo ; ficando ao inactivo marcado o prazo sessenta dias para satisfazer a exigencia dos pareceres.

—Processo de reversão de pensão, da menor Iracema Albertina Amazonas. — Aposittile-se o titulo, de accôrdo com os pareceres.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 19 de julho de 1906

Sr. Ministro da justiça e Negocios Interores :

N. 107 — Para que se possa providenciar sobre o pagamento da divida de exercicio findo, na importancia de 110\$250, de que é credor o lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Adolpho Simões Barbosa, e de que tratou esse ministerio em aviso n. 957, de 11 de abril de 1902, rogo vos digneis determinar seja remettido ao Thesouro o processo referente á mesma divida.

N. 108 — Em resposta ao vosso aviso n. 2.678, de 19 de junho ultimo, no qual solicitaes seja sustado o pagamento de 50.000\$ ao Dr. Luiz Pereira da Rocha Vianna e sua mulher, requisitado no de n. 2.578, de 9 do mesmo mez, cabe-me comunicar-vos que este ministerio já tomou as necessarias providencias a respeito.

N. 109 — Rogo vos digneis de terminar a remessa ao Thesouro do processo relativo á divida de exercicios findos, na importancia de 136\$293, de que é credor o lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Antonio Clodoaldo de Souza, afim de se poder resolver sobre o respectivo pagamento, conforme re-

quisitou esse ministerio em aviso n. 954, de 11 de abril de 1902.

N. 110—Affim de se poder resolver sobre o respectivo pagamento, conforme requisitou esse ministerio em aviso n. 1.559, de 28 de junho de 1902, rogo vos dignéis providenciar no sentido de ser enviado ao Thesouro o processo relativo á divida de exercicios findos, na importancia de 77\$500, de que é credor o lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Adolpho Tacio da Costa Cirne.

N. 111—Para que se possa resolver sobre o pagamento da divida de exercicios findos, na importancia de 215\$, de que é credor o lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Antonio de Siqueira Carneiro da Cunha, conforme requisitou esse ministerio em aviso ns. 1.297, de 24 de maio, e 2.014, de 25 de agosto de 1902, torna-se necessario que vos dignéis providenciar no sentido de ser remettido ao Thesouro o processo referente á mesma divida.

N. 112 — Affim de se poder providenciar sobre o pagamento da divida de exercicios findos, na importancia de 92\$880, de que é credora a Intendencia Municipal da capital do Estado de Goyaz, conforme requisitou esse ministerio em aviso n. 2.554, de 26 de novembro de 1900, rogo vos dignéis determinar seja remettida ao Thesouro a petição em que é solicitado aquelle pagamento.

N. 113 —Rogo vos dignéis determinar seja remettido ao Thesouro o processo relativo á divida de exercicios findos, na importancia de 94\$166, de que é credor o lente cathedra-tico da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira, affim de se poder resolver sobre o respectivo pagamento, conforme requisitou esse ministerio em aviso n. 568, de 5 de março de 1901.

N. 114 — Para que se possa resolver sobre o pagamento da divida de exercicios findos, na importancia de 304\$166, de que são credores os herdeiros do finado escriptão do juizo seccional no Estado do Paraná, capitão Damaso Corrêa de Bittencourt, conforme requisitou esse ministerio em aviso n. 1.523, de 8 de julho de 1901, torna-se necessario que vos dignéis providenciar no sentido de ser enviado ao Thesouro o processo relativo á mesma divida.

N. 115 — Rogo vos dignéis determinar seja remettida ao Thesouro a petição em que a Intendencia Municipal de Amarante, no Estado do Piauí, pede pagamento da divida do exercicios findo, na importancia de 49\$500, affim de se poder resolver sobre o mesmo pagamento, conforme requisitou esse ministerio em aviso n. 1.039, de 9 de maio de 1900.

N. 116—Para que se possa resolver sobre o pagamento da divida de exercicios findos, na importancia de 160\$700, de que é credora a Intendencia Municipal do Serro, no Estado de Minas Geraes, e de que tratou esse ministerio em aviso n. 583, de 6 de março, e 2.019, de 11 de setembro de 1901, torna-se necessario que vos dignéis determinar a remessa ao Thesouro da petição em que aquella municipalidade solicita o mesmo pagamento.

— Sr. Ministro da Marinha :

N. 67 — Transmittindo-vos as inclusas plantas dos terrenos de accrescidos, em Nitheroy, limitados pelas ruas de S. João, Marquez de Paraná, Caminho Velho de S. Lourenço e terrenos de ns. 27, 46, 47, 14, 639 e 659 e que a Companhia Cantareira e Vição Fluminense pretende obter por aforamento, rogo vos dignéis providenciar para que a Capitania do Porto emitta parecer a respeito, de accôrdo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, sendo opportunamente devolvida ao Thesouro uma das mesmas plantas.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Sr. director da Recebedoria do Rio de Janeiro:

N. 95 — De accôrdo com o despacho do Sr. Ministro, de 21 de maio ultimo, communico-vos, para os fins convenientes, que, conforme escriptura lavrada em 15 do mez findo, na Directoria do Contencioso e em notas do tabellião Evaristo, foram comprados pela Fazenda Nacional ao Dr. Manoel Pereira Terra e sua mulher os predios ns. 120 da rua Frei Caneca e 53 da do Areal e o dominio util dos respectivos terrenos.

N. 93 —Relativamente ao recurso transmittido á Directoria das Rendas Publicas com o officio n. 57, de 4 do corrente, e interposto por Henry Thompson, representante da Companhia Rio de Janeiro City Improvements, do acto pelo qual mandastes cobrar com a multa de 20 % o imposto de 2 1/2 % sobre o dividendo distribuido por aquella companhia, relativo ao segundo semestre do anno proximo passado, por não ter sido recolhido dentro do prazo estabelecido no art. 2º do regulamento anexo ao decreto n. 2.757, de 23 de dezembro de 1897, communico-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, por despacho de 11 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accôrdo com o parecer deste, resolveu dar provimento ao alludido recurso, por equidade.

— Sr. inspector da Caixa de Amortização:

N. 84 — Affim de que se possa autorizar a impressão dos titulos que devem substituir as apolices da divida publica, extraviadas, pertencentes a D. Eponina Augusta de Rezende Antunes, conforme solicitastes em officio n. 107, de 5 de maio ultimo, peço-vos, de accôrdo com o despacho do Sr. Ministro, de 27 de junho ultimo, providenciais para que seja rectificado o equivoço que se nota na numeração das apolices a que se refere o mesmo officio.

— Sr. director da Casa da Moeda:

N. 107 — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho de 22 de junho ultimo, proferido sobre o officio da Caixa de Amortização n. 159, de 9 do mesmo mez, resolveu autorizar a impressão dos titulos que devem substituir as apolices da divida publica, extraviadas, do valor de 1.000\$, juro antigo do 6 %, hoje 5 %, papel, de ns. 53.851, emitida em 1851, 64.227, emitida em 1864, 230.103, emitida em 1871, 285.043 e 285.044, emitidas em 1879 e pertencentes á Dora Ferreira, menor, filha de Luiz Ferreira.

— Srs. directores da Companhia Leopoldina:

N. 35 — De accôrdo com o despacho do Sr. Ministro, de 4 do corrente, peço-vos providenciais para que á Collectoria das Rendas Federaes em Nova Friburgo seja enviado um passe entre as estações de Sambaliba, Rio Grande e D. Marianna, destinado ao agente fiscal dos impostos de consumo naquella circumscripção, Henrique José Laureys.

N. 36 — De accôrdo com o despacho do Sr. Ministro, de 4 do corrente, peço-vos providenciais para que á Collectoria das Rendas Federaes em Campos sejam enviados passes entre os ramos de Carangola, Campista, S. Sebastião, S. Fidelis e Macahé, destinados aos agentes fiscaes dos impostos de consumo na 15ª circumscripção do Estado do Rio de Janeiro, Manoel Antonio Aderne, Antonio Sobral Barcellos e Hyppolito Leão de Azevedo.

— Sr. delegado fiscal no Ceará:

N. 69 — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requereu Afro Tavares Campos, agricultor no sitio de Ipá, municipio de Maranguape, nesse Estado, na petição enca-

minhada com o officio n. 83, de 28 de maio ultimo, resolveu, por acto de 21 de junho proximo findo, autorizar o despacho, mediante o pagamento de 5 % *ad valorem*, nos termos do art. 3º da lei n. 1.452, de 30 de dezembro de 1905, do material constante da inclusa relação, que o requerente pretende importar com destino ao serviço do sua lavoura, excluindo-se, porém, as 100 barreas de grampos.

N. 70 — Communico-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, attendendo ao que, por intermedio da Intendencia Municipal dessa cidade, requerem o Dr. José Ribeiro Cadaval, na petição encaminhada com vosso officio n. 78, de 14 do maio ultimo, resolveu, por acto de 21 do mez subsequente, autorizar o despacho, livre de direitos, de accôrdo com a alinea 14, n. 14, do art. 2º da lei do orçamento da receita vigente, do material constante da inclusa relação e que o requerente pretende importar com destino ao serviço de abastecimento de agua de seu uso particular.

— Sr. delegado fiscal em S. Paulo:

N. 321 — Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, tendo presente o processo transmittido com o vosso officio n. 170, de 28 de abril ultimo, e em que recorreis da decisão pela qual confirmastes a da Collectoria das Rendas Federaes em Rafataes, julgando improcedente o auto de infração do regulamento dos impostos do consumo, lavrado pelo agente fiscal Antonio Vieira Barbosa contra Parente & Tassi, estabelecidos no districto de Engenheiro Brodowski, resolveu, por despacho de 4 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, de accôrdo com o parecer deste, negar provimento ao alludido recurso *ex officio*.

N. 322 — Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, attendendo ao que solicitou a Camara Municipal da cidade de Campinas em officio transmittido com o da Caixa Economica desse Estado, n. 34, de 23 de abril ultimo, resolveu, por despacho de 10 do corrente, crear uma agencia da mesma caixa naquella cidade.

— Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 160—Devolvendo-vos o incluso processo transmittido com o vosso officio n. 129, de 1 de maio ultimo, e relativo á fiança do encarregado da arrecadação das rendas federaes em S. Gabriel, nesse Estado, Julio Corrêa da Silva, recomendo-vos, em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 2 de maio ultimo, providenciais no sentido de serem sanadas as irregularidades apontadas no parecer da Directoria do Contencioso, junto por cópia.

Directoria das Rendas Publicas

Requerimentos despachados

Dia 18 de julho de 1903

Joaquim Leite de Castro.—Deferido.

Percival Tarquhar.—Indeferido, nos termos da informação, visto já estar excedido o prazo legal para a matricula.

Recebedoria do Rio de Janeiro

Requerimentos despachados

Dia 19 de julho de 1906

Miguel Rodrigues Fortes.—Satisfaça a exigencia.

Murias & Comp.—Transfira-se. Companhia Fiação e Tecidos Confiança Industrial.—Elimine-se do lançamento.

Maria Rita da Conceição.—Transfira-se. Imponho a multa de 20\$000.

D. Amenaide da Costa.—Satisfaça a exigencia.

D. Thereza da Conceição Castro Nunes.—Proceda-se nos termos do parecer quanto á penna de a. n. ; o que feito e depois de pago o debito volte a despacho.

Vaz Carvalho & Ferreira.—Transfira-se. Alberto Jacobsen.—Selle o documento de 1. 1.

Julio Lima & Amaral.—Averte-se a mudança.

Dr. Oscar Nerval de Gouvêa.—Averte-se a mudança.

José de Souza Loureiro & Comp.—Idem. Companhia Fiação e Tecidos Corcovado.—Idem.

Antonio José Villela.—Pague o imposto em debito.

Cicero de Souza Leal.—Averte-se a mudança.

J. N. Caldeira de Andrade.—Junte o documento de posse.

L. B. de Almeida & Comp.—Satisfaça a exigencia.

Theophilo de Almeida.—Pague o imposto em debito.

Manoel Pereira e outros.—Transfira-se.

Leonor da Rocha Moreira.—Junte documento pelo qual se operou a desapropriação.

Joaquim Moreira da Silva e outros.—Transfira-se.

Antonio Rodrigues Campos.—Pague o imposto em debito.

Manoel Gonçalves Moreira.—Transfira-se

Alberto Puelhel.—Satisfaça a exigencia.

Dario Agness.—Archive-se.

Alberto Antonio Alfonso.—Pague o imposto em debito.

José Valentim da Motta.—Averte-se a mudança.

Joaquim Affonso Gonçalves.—Pague o imposto em debito.

Napolcão Ferreira da Silva Lima.—Satisfaça a exigencia.

José Leopoldo de Modesto Leal.—Selle o documento de fl. 1 e pague o imposto em debito.

Antonio Ribeiro dos Santos.—Pague o imposto em debito.

José Lourenço da Silva.—Transfira-se.

Dr. João Gonçalves de Araujo.—Cumpra o despacho de 31 de março proximo findo.

Antonio Soares Irmão.—Averte-se a mudança.

João Baptista Cognat.—Transfira-se.

João Barbosa Rodrigues Junior.—Idem.

Antonio Pinto de Almeida Cardoso, Luiz Gonzaga da Silva Bastos, Dr. Antonio José da Silva Rabello, baroneza Salgado Zenha, José Antonio da Cunha e Manoel H. da Cruz e Guiomar.—Annulle-se a divida ajuizada, diligenciando-se á Directoria do Contencioso.

Inspectoria de Seguros

DESPACHOS DO SR. INSPECTOR

Dia 18 de julho de 1906

Guardian Assurance Co. Ltd.—Expeça-se a guia para recolher ao Thesouro Federal, immediatamente, a quota relativa ao segundo semestre do corrente exercicio.

Arthur Costa, pedindo por certidão, informação dos nomes dos actuaes directores e membros do conselho fiscal da Caixa Geral das Familias, da qual é mutuário.—Dê-se a certidão pedida.

Companhia de Seguros Phenix Pernambucana, prestando as informações pedidas por

officio de 27 de janeiro proximo passado.—Archive-se.

Manch-imer Versicherungs Gesellschaft, communicando ter publicado no *Diario Official* o ultimo balanço do qual forneceram exemplares aos se. urados.—Archive-se.

Aachener und Manchener Feuer Versicherungs Gesellschaft, remetendo os documentos relativos ao segundo semestre de 1905 de que trata o art. 2º, n. III, do regulamento n. 5.072, de 1903.—Archive-se.

Companhia de Seguros Telhvs, prestando as informações pedidas por officio n. 53, de 27 de janeiro proximo passado.—Archive-se.

Companhia de Seguros Vera Cruz, satisfazendo as informações pedidas por officio n. 8, de 8 de janeiro proximo passado e remetendo os mapps de que trata o art. 2º, n. III, do regulamento n. 5.072.—Archive-se.

Expediente de 18 de julho de 1906

Ao sub-inspector de Seguros na 5ª circumscripção :

N. 315 — Requisitando informações completas e minuciosas sobre todos os quesitos constantes do officio n. 5, de 2 de janeiro proximo passado, visto que não satisfazem as constantes do officio n. 71, do mesmo mez, e para que possa esta inspectoría tomar as providencias necessarias sobre as operações que praticam as companhias que funcionam nos Estados de que se compõe a 5ª circumscripção. Outrossim, deverá com urgencia informar qual o decreto ou lei em que se funda a *The Glasse Insurance Co.* para fazer operações de seguro, afim de poder esta inspectoría julgar sobre o seu funcionamento legal.

Ministerio da Marinha

EXPEDIENTE DA PRIMEIRA SECÇÃO

Dia 16 de julho de 1906

Aos Srs. Walter Brothers & Comp., declarando que o Sr. Ministro resolveu approvar a proposta de 25 de maio ultimo da encomenda de dous appparelhos de exercicio de tiro ao alvo Sett's Dotter, pelo preço de £ 39-0-0, cada um, entregue neste porto (officio n. 970).—Communicou-se á Contadoria, Arsenal de Marinha desta Capital e ao Quartel General (officios ns. 971 e 973).

Dia 18

Ao Ministerio da Fazenda, rogando providencias afim de que, no Thesouro Federal, sejam pagas, á conta das competentes rubricas do orçamento em vigor, as quantias de 41:075\$323, 2:302\$52 e de 8:328\$030, proveniente de fornecimentos feitos a este Ministerio nos mezes de maio a junho ultimos, de lubrificantes fornecidos ao Arsenal de Marinha desta Capital pela firma Walter Brothers & Comp. e de publicações, fretes e varios fornecimentos (avisos ns. 975 a 977).

—Ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, transmittindo as cópias dos termos de obito de José Marques Corrêa, Maria do Nascimento, Anna Maria de Jesus e de Adeline da Conceição, occorridos a bordo do vapor nacional *Victor Porto* e a cópia de um termo de nascimento passado a bordo do paquete nacional *Mundos* (aviso n. 978).

Remetendo as cópias dos termos de obito de David Pedrosa, José Barroso, Elizario Alcantara da Costa, Raymundo Torres de Castro, Joann Maria de Souza, Manoel Francisco de Souza, do menor Francisco e de Joaquim Ferreira, o deste occorrido a bordo da lancha nacional *Loreto*, e os dos demais a bordo do vapor nacional *Rio Tupajós* (aviso n. 978 A)

— Ao Tribunal de Contas, transmittindo, para o competente registro, a cópia do decreto n. 6.986, de 11 de corrente, abrindo a este Ministerio o credito de 22:300\$, para transferencia e instalação de diversas Repartições de Marinha no edificio que pertencia ao Club Naval (aviso n. 979).

Ao Quartel-General da Marinha, communicando, de ordem do Sr. Ministro, que ora é autorizado o Commissario Goral da Armada a fornecer ao navio-escola *Primeiro de Março* os mochos e cadeir es constantes do pedido que acompanhou o officio n. 398, de 22 de junho ultimo (officio n. 974).

A Delegacia do Thesouro Federal em Londres, transmittindo, de ordem do Sr. Ministro, a cópia do contracto celebrado com este Ministerio por Walter Brother & Comp., representantes da *Vacuum Oil Company*, de Rochester, para fornecimento de lubrificantes ao Commissariado Geral da Armada (officio n. 980).

Requerimentos despachados

Dia 19 de julho de 1906

Braslian Contracts Corporation.—Declare para que quer a certidão.

E. de Andrade.—Não pôde ser accita a proposta.

Ministerio da Guerra

Expedient. de 7 de julho de 1906

Ao Sr. Ministro da Fazenda, solicitando a distribuição do credito de 253:507\$500 á Delegacia Fiscal no Rio Grande de Sul, por conta dos §§ 5º, 8º, 9º, 10 e 15.

—Ao Sr. Ministro da Marinha, restituindo, conforme pediu em aviso de 25 do mez findo, a tabella de continencias organizada pelo capitão de fragata Francisco José Marques Rocha.

—Ao intendente geral da guerra, fixando em 267 réis o valor da ferragem para os animais em serviço na guarnição do Estado do Maranhão.—Fizeram-se as devidas communicações.

—Ao chefe do Estado Maior do Exercito: Concedendo licença:

Ao capitão do 7º regimento de cavallaria André Leon de Padua Fleury, por 90 dias, para tratamento de saude em Corumbá;

Ao 2º cadete sargento ajudante graduado e asylado Pompilio Dantas Barcellar, para residir na Capital Federal por seis mezes; Ao soldado do 6º batalhão de artilharia Flaviano José dos Santos, por 60 dias, para ir ao Estado da Bahia.

Declarando que o 2º tenente Modesto de Moraes, que se acha á disposição do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, passou a servir na prefeitura do Alto-Acra.

Mandando :

Continuar a servir addido ao 10º batalhão de infantaria, até segunda ordem, o 1º tenente do 40º Raymundo Francisco de Souza Rego;

Rectificar nos assentamentos do capitão Joaquim Thomaz dos Santos Silva Filho e do 2º tenente Antonio Julio Pacheco, as respectivas datas de nascimento, que são as de 2º de agosto de 1874, quanto a este, e de 16 de fevereiro de 1853, quanto áquelle.

Nomear o 2º tenente do 23º batalhão de infantaria Manoel Joaquim Marinho assistente de guarnição de S. João d'El Rey.

Permittindo ao 2º tenente do 18º batalhão de infantaria Antonio Faleonery de Cerqueira gozar na cidade da Porto Alegre a licença que obteve para seu tratamento.

Transferindo, a pedido, do 13º regimento de cavallaria para 1º, o 2º tenente Durval Pamplona, excedente do quadro; e do 5º batalhão de infantaria para o 38º o 1º tenente Francisco Antonio de Siqueira e Mello.

Dia 9

Ao Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, remettendo, para que se digne apresentar á mesma camara, papeis em que o 2º cadete, 1º sargento reformado Pompilio Dantas Bacellar pede ao Congresso Nacional que a sua reforma seja considerada no posto de alferes com o soldo da tabella vigente.

—Ao Sr. Ministro da Fazenda, pedindo providencias para que cesse o aforamento dos terrenos situados no largo chamado do Quartel, em frente ao antigo palacio, no Curato de Santa Cruz, que até o anno findo serviu para aquartelar forças do exercito, sendo annullados os aforamentos que já foram concedidos, porquanto destinando-se o referido palacio á escola de applicação de artilharia e engenharia, muito reduzido ficará o terreno adjacente para os misteres da dita escola ou de algum corpo que alli tenha de aquartelar (aviso n. 413).

—Ao Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, solicitando providencias para que pela Repartição Geral dos Telegraphos seja collocado, na sala do director geral de artilharia um aparelho telephonico, uma campainha electrica e um quadro registrator.

—Ao presidente do Tribunal de Contas, restituindo o processo de divida de que é credor o alferes do exercito Marcos de Faria Bangoim e declarando que o Ministerio da Guerra nada tem que oppor ao reconhecimento da referida divida.

—Ao delegado fiscal do Thesouro Federal em Pernambuco, declarando que o sustento dos animaes pertencentes aos officias montados, quer tenham sido fornecidos pelo Governo ou sejam de propriedade dos mesmos officiaes, somente é feito nos respectivos quartéis, não havendo direito, para esse fim, a abono de forragem em dinheiro não autorizado pelo art. 43 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro do corrente anno.

—Ao Supremo Tribunal Militar, remettendo, para tomar na consideração que merecerem, papeis em que o 1º tenente Felizardo Toscano de Brito e o 2º tenente Emygdio Augusto Pompeu de Barros pedem, este que se lhe conceda a medalha militar de bronze, e aquelle que a antiguidade de seu posto seja contada de 4 de outubro de 1905.

—Ao director geral de Saude, concedendo ao 2º tenente pharmaceutico Candido Eudoro Corr a, em serviço no hospital militar de Manaus, a alimentação diaria de que trata o art. 48 do regulamento do serviço sanitario, desde que o referido official permaneça effectivamente no dito estabelecimento.

—Ao intendente geral da Guerra, fixando os seguintes valores para o actual semestre:

Collegio Militar

Diaria dos alumnos..... 2\$679
Forragem e ferragem..... 2\$380

Colonia do Chapim

Etapa..... 2\$020
Extraordinarios..... 1\$464

— Ao chefe do estado-maior do exercito :
Mandando ;

Recolher-se ao 5º batalhão de infantaria, no qual foi classificado, o 2º tenente Rodrigo Jesus Velloso ;

Rectificar nos assentamentos do 2º tenente Pedro José de Carvalho a data de seu nascimento, que é a de 10 de março de 1874.

Servir :

No Collegio Militar, o adjunto da extincta Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, o 1º tenente Henrique Vogler ;

No 38º batalhão de infantaria, o capitão do 9º José Narciso da Silva Ramos.

Transferir para o Asylo de Invalidos da Patria o soldado do 21º batalhão de infantaria, addido ao 20º, Geminiano José Cardoso.

Permittindo :

Ao general de brigada José Cretano de Faria, commoventan e do 5º districto militar, ao 2º tenente Epimônidas de Andrade Farias, ajudante de ordens do mesmo commoventan, e ao Dr. Emiliano Parnetta, auditor de guerra do referido districto, virem á Capital Federal ;

Ao musico asylo Frederico Pedro Nolasco transferir sua residencia para o Estado de S. Paulo.

Ministerio da Guerra—Rio de Janeiro, 9 de julho de 1905—N. 1.236.

Sr. chefe do estado-maior do exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que, em casos de venda em hasta publica de artigos fóra de uso, se deverá fazer uma avaliação regular, antes de irem á primeira praça, levando-se estes á segunda, com os abatimentos legais, no caso de não alcançarem o preço da avaliação, e adjudicando-se por fim os mesmos em terceira a quem mais der.

Saude e fraternidade.—Francisco de Paula Argollo. Communicou-se á Intendencia Geral da Guerra.

Dia 11

Ao Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados :

Communicando, em satisfação ao seu pedido constante do officio n. 71, de 9 do corrente, que as forças sob o commando do general de brigada Emygdio Dantas Barreto até a presente data ainda não chegaram á capital do Estado de Mato Grosso ;

Enviando, para que se digne apresentar á mesma camara, o requerimento em que o capitão do exercito João Lopes de Oliveira Lyrio pede ao Congresso Nacional um anno de licença, para tratar de sua saude fóra do territorio da Republica.

—Ao director geral de Saude, mandando fazer no edificio situado na cidade do Rio Pardo, no qual funcionou a extincta Escola Preparatoria e de Tactica, as obras necessarias para a installação da Escola de Applicação do Infantaria e Cavallaria.

—Ao chefe do estado-maior do exercito, transferindo, na arma de cavallaria, os 1ºs tenentes João Torres Cruz, do 12º regimento para o 14º, e Francisco Pinto Fernandes Junior, do 14º para o 12º.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Contabilidade

Requerimento despachado

Dia 19 de julho de 1906

D. Paulina Cherubina Moreira de Menezes, pedindo os favores do montepio na qualidade de mãe do fallecido contribuinte Virgilio Francisco da Costa Moraes, continuou da Administração dos Correios do Districto Federal.—Deferido.

Directoria Geral de Obras e Viação

Expediente de 19 de julho de 1906

Declarou-se :

Ao chefe da commissão fiscal junto á *Compagnie Auxiliaire de Chemins de fer au Brésil* que, pelas mesmas razões constantes do aviso n. 34, de 18 de junho ultimo, deixa de ser autorizada a compra dos *tire-onds* e parafusos pedida pela referida companhia no requerimento a que se refere o officio daquelle chefe, de 8 do dito mez, por se achar semelhante material comprehendido no orçamento aprovado pelo decreto n. 5.956, de 3 de abril deste anno ;

Ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores poder este ministerio ceder uma caldeira que existe na commissão fiscal e administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro, mediante a indemnização de 500\$ á caixa especial daquelle commissão.

—Ao presidente da Associação Commercial da cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, agradeceu-se a communicação da posse de sua nova directoria.

—Transmittiu-se á Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil, assim de resolver de accordo com o parecer constante do seu officio n. 963, de 31 de maio ultimo, o requerimento em que a Associação Geral de Auxilios Mutuos da referida Estrada pede a prorrogação de seu contracto para pintura de annuncios em diversos pontos da Estrada.

—Ao Ministerio da Fazenda solicitou-se a expedição de ordens á Alfandega desta Capital para que tenham despesa livre de direitos, 1.500 barricas de cimento destinadas á nova Caixa de Amorização na Avenida Central.

Requerimento despachado

Dia 19 de julho de 1906

Capitão de mar e guerra honorario da Armada, Miguel Ribeiro Lisboa, pedindo certidão do tempo em que serviu na Estrada de Ferro Central do Brazil.—Compareça nesta Directoria Geral.

TRIBUNAL DE CONTAS

Ordens de pagamento

Ordens de pagamento, sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 19 do corrente, o Sr. Dr. presidente deste tribunal: Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Avisos:

N. 2.015, de 3 do corrente, pagamento de 67\$600 a Arsenio Niemeyer, de fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brazil, em janeiro ultimo;

N. 2.037, de 5 do corrente, idem da 251\$920, ao mesmo, idem idem, em fevereiro ultimo;

N. 2.022, de 3 do corrente, idem da 34\$360, ao mesmo, idem, idem;

N. 2.002, de 2 do corrente, idem de 459\$565 a Herm. Stoltz & Comp., idem, idem, em abril ultimo;

N. 1.958, de 23 de junho, idem de 54\$870, aos mesmos, idem, idem, em janeiro ultimo;

N. 1.960, da mesma data, idem da quantia de 8:230\$500, aos mesmos, idem, idem, em abril ultimo;

N. 1.959, da mesma data, idem da quantia de 274\$370, aos mesmos, idem, idem, em janeiro ultimo;

N. 2.024, de 3 do corrente, idem de 9:701\$872 a Hime & Comp., idem, idem, em março ultimo;

N. 1.996, de 2 do corrente, idem de 2:514\$576 aos mesmos, idem, idem, idem;

N. 2.020, de 3 do corrente, idem de 1:314\$942, aos mesmos, idem, idem, em janeiro ultimo;

N. 2.032, de 4 do corrente, idem de 30:254\$637, aos mesmos, idem, idem, em março ultimo;

N. 2.006, de 3 do corrente, idem de 8:084\$750 a Borlido, Muniz & Comp., idem, idem, em janeiro ultimo;

N. 2.012, da mesma data, idem de 815\$860 aos mesmos, idem, idem, idem;

N. 2.018, da mesma data, idem de 760\$ a João Ramos & Comp., idem, idem, em janeiro ultimo;

N. 2.016, da mesma data, idem de 512\$340 a Villas Boas & Comp., idem, idem, idem;

N. 1.995, de 2 do corrente, idem de 1:118\$ aos mesmos, idem, idem, nos mezes de fevereiro e março ultimos;

N. 2.035, de 5 do corrente, idem de 480\$ a Mayrink Abreu & Comp., idem, idem, em fevereiro ultimo;

N. 2.036, da mesma data, idem de 94\$402 a Mello Sampaio & Comp., idem, idem, idem;

N. 2.017, de 3 do corrente, idem de 14\$400 a Gonçalves Castro & Comp., idem, idem, em fevereiro ultimo;

N. 2.021, da mesma data, idem de 35\$400 a diversos, idem, idem, em janeiro ultimo;

N. 2.011, da mesma data, idem de 41\$906 a Fontes Garcia & Comp., idem, idem, idem;

N. 2.031, de 4 do corrente, idem de 146\$559 a Haupt Biehn & Comp., idem, idem, em fevereiro ultimo;

N. 2.023, de 3 do corrente, idem de 1:931\$634 a diversos, idem, idem, idem;

N. 2.001, de 2 do corrente, idem de 776\$629 a Wilson, Sons & Comp., idem, idem, em abril ultimo;

N. 2.157, de 12 do corrente, idem de 5:289\$ a diversos, idem á Inspeção das Obras Publicas, em maio e junho ultimos;

N. 1.967, de 30 de junho, idem de 12:000\$ á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, idem, idem, em junho ultimo;

N. 1.986, de 2 do corrente, idem de 1:210\$ a Almeida, Haentjens & Comp., de fornecimentos á Inspectoria Geral de Illuminação, em março ultimo;

N. 2.051, de 7 do corrente, idem de 360\$, da feria do auxiliar tecnico empregado, em junho ultimo, em serviços concernentes á revisão da rede de distribuição de agua, a cargo da Inspeção Geral de Obras Publicas;

N. 1.910, de 25 de junho, idem de 2:500\$ á Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brazil, concessionaria da Companhia Viação Ferrea e Fluvial de Tocantins a Araguaya, da subvenção relativa á viagem realizada no mez de maio ultimo;

N. 2.040, de 5 do corrente, idem de 170\$ a Marques e Costa, de objectos fornecidos em maio ultimo para o serviço de visitas domiciliarias, a cargo da Inspeção Geral de Obras Publicas;

N. 1.635, de 28 de maio, idem de 2:500\$ a Companhia Estrada de Ferro do Norte do Brazil, cessionaria da Companhia Viação Ferrea e Fluvial de Tocantins e Araguaya, da subvenção relativa á viagem realizada no mez de abril ultimo.

— Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Avisos :

N. 2.895, de 11 do corrente, pagamento de 77:894\$754 ao thesoureiro da Repartição da Policia, Ignacio Manoel de Paula Antunes, das folhas das diarias que competem, no mez de junho ultimo, ao pessoal da guarda civil;

N. 2.943, de 7 do corrente, idem de 2:901\$222, a diversos, de fornecimentos ao Lazareto da Ilha Grande e á Inspectoria do

Serviço de Prophylaxia da Febre Amarella, em maio ultimo;

N. 2.789, de 30 de junho, idem de 11:053\$350, a diversos, de fornecimentos á Colonia Correccional dos Dous Rios, nos mezes de fevereiro a abril deste anno.

— Ministerio da Fazenda :

Avi os :

N. 239, da Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal, de 10 do corrente, adiantamento de 6:000\$ ao porteiro do Thesouro, para despesas a seu cargo, no corrente exercicio ;

N. 889, da Caixa de Amortização, de 2 do corrente, pagamento de 166\$666, da folha da gratificação que compete, em junho ultimo, ao encarregado do funcionamento do elevador daquela repartição ;

N. 478, da Alfandega do Rio de Janeiro, de 2 do corrente, idem de 3:276\$900, da folha dos encarregados da conservação do material daquela repartição, em junho ultimo ;

N. 81, da Delegacia da Bahia, de 25 de maio, credito de 7:239\$739 aquella delegacia, para pagamento de dividas em exercicios findos.

Requerimentos:

Do 4º escriptorario do Thesouro, Hugo Teixeira, credito de 234\$134 ao Thesouro Federal, para pagamento dos vencimentos do requerente, no periodo de 1 de janeiro a 10 de maio ultimo ;

De D. Maria Tude Soares Brandão, credito de 638\$400 á Delegacia do Paraná, para pagamento das pensões devidas á requerente de 1 de junho a 31 de dezembro do corrente anno.

Exercicios findos—Requerimentos:

De D. Maria da Conceição Coutinho Jordão e suas irmãs, pagamento de 1:267\$488, de pensões relativas ao periodo de 2 de fevereiro de 1899 a 31 de dezembro de 1905 ;

De D. Cecilia Augusta de Oliveira Chaves, idem de 6:156\$124, de pensões relativas ao periodo de 20 de fevereiro de 1901 a 31 de dezembro de 1905 ;

De Mauricio Celso de Souza, idem de 122\$, de vencimentos nos mezes de novembro e dezembro de 1903.

Representações:

Da 2ª Sub-directoria de Contabilidade do Thesouro Federal, de 6 do corrente, pagamento de 3:166\$650 a Leusinger & Comp., de fornecimentos ao Thesouro Federal, em junho ultimo ;

Da mesma sub-directoria, de 9 do corrente, idem de 37\$ aos mesmos, idem, idem, idem ;

Da mesma, de 14 de maio, idem de 26\$ a Companhia City Improvements, de trabalhos executados na Pagadoria do Thesouro, em março ultimo ;

Da mesma, de 9 de abril, idem de 41\$ ao *Jornal do Commercio*, de publicação no mez de janeiro ultimo ;

Da mesma, de 10 do corrente, idem de 267\$ a Leusinger & Comp., de fornecimentos á seccão dos proprios nacionaes, em junho ultimo.

DIARIO DOS TRIBUNAES

Sédes dos Tribunaes e Juizos da Justiça Federal e do Districto Federal

Supremo Tribunal Federal—Rua Primeiro de Março n. 26, 1º andar.

Juizo Seccional — 1ª e 2ª Varas, rua Primeiro de Março n. 26, pavimento terreo.

Côrte de Appellação — Rua do Lavradio n. 72, 1º andar.

Juizos—Provedoria e Residuos; Orphãos e Ausentes, 1ª e 2ª Varas; Commercio, 1ª, 2ª e 3ª Varas; Civil, 1ª, 2ª e 3ª Varas; Cri-

minal, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas, e Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal, rua dos Inválidos n. 108, 1º andar; Juizo dos Feitos da Saude Publica, rua do Lavradio n. 122.

Pretorias—1ª, rua Nova do Ouvidor n. 18, (2º andar); 2ª, rua da Prainha n. 20; 3ª, rua da Alfandega n. 246; 4ª, praia de Santa Luzia n. 5; 5ª, rua do Lavradio n. 164; 6ª, rua do Cattete n. 138; 7ª, rua Farani n. A 2; 8ª, praça da Republica n. 10; 9ª, rua Estacio de Sá n. 33; 10ª, rua Figueira de Mello n. 22; 11ª, rua de S. Christvão n. 96 D; 12ª, rua Dr. Dias da Cruz n. 23, estação do Meyer; 13ª, rua Dr. Archias Cordeiro n. 232, estação da Piedade; 14ª, rua do Campinho, estação de Cascadura; 15ª, estação de Campo Grande.

Sessões e audiencias de hoje

Juizo Seccional — 1ª Vara, ás 11 horas.
Côrte de Appellação — 2ª Camara, ás 11 horas.

Juizes de Direito — Commercio, 1ª Vara, ao meio-dia; 2ª Vara, ás 11 1/2 horas; 3ª, ás 11 3/4; Feitos da Fazenda Municipal, ao meio-dia.

Pretorias — 10ª, 11ª e 12ª, ao meio-dia.

Côrte de Appellação

Sessão da Primeira Camara, em 19 de julho de 1906

Presidencia do Sr. desembargador Tavares Bastos—Secretario, Dr. Evaristo da Veiga Gonzaga

Compareceram os Srs. desembargadores Dodsworth, Montenegro, Gama e Souza, Pitanga, e Dr. Moraes Sarmiento procurador geral do districto.

JULGAMENTOS

Habeas-corpus

N. 190 — Relator, o Sr. desembargador Souza Pitanga; paciente, Adam Bim Rows-tri.—Não se tomou conhecimento da impetrada ordem por não ser da competencia desta camara.

Aggravo de petição

N. 562 — Relator, o Sr. desembargador H. Dodsworth; aggravante, Joaquim Rodrigues da Silva; aggravado, o Banco da Republica do Brazil.—Negou-se provimento ao aggravo.

N. 564 — Relator, o Sr. desembargador Gama e Souza; aggravante, Carlos Teixeira Soares; aggravado, o juizo.—Negou-se provimento ao aggravo.

N. 565 — Relator, o Sr. desembargador Montenegro; aggravante, D. Maria Gonçalves Braga de Vasconcellos; aggravada, D. Antonia Monteiro Soares.—Negou-se provimento ao aggravo.

EM MESA

Aggravos de petição

Ns. 566, 574 e 576.

Recurso crime

Ns. 84.

PASSAGENS

Appellações commerciaes

N. 3.139—Ao Sr. desembargador Dodsworth.

N. 2.803—Ao Sr. desembargador Souza Pitanga.

Ns. 323 e 2.991—Ao Sr. desembargador Lima Drummond.

N. 2.900—Ao Sr. desembargador Gama e Souza.

Appellações civeis

N. 3.169—Ao Sr. desembargador Dods-worth.

Ns. 149, 153 e 146—Ao Sr. desembargador Souza Pitanga.

N. 173—Ao Sr. desembargador Lima Drummond.

N. 2.823—Ao Sr. desembargador Gama e Souza.

Appellação crime

Ns. 156 e 144—Ao Sr. desembargador Gama e Souza.

Juizo de Direito da Primeira Vara Cível

JUIZ, DR. VIRGILIO DE SÁ PEREIRA—ESCRIVÃO, PAULA BASTOS

Despachos em 19 de julho de 1906

Supprimento de consentimento

Supplicante, Marcolina Ramos Brandão; supplicado, Dr. Augusto Brandão Filho.—Negou recebimento á appellação por termo a fls. por não ser caso desse recurso. Salvo ao appellante o recurso do § 8º do art. 669 do regulamento n. 737, de 1850.

Acções ordinarias

Autor, Manoel José da Silveira; ré, a Companhia City Improvements.—Julgo procedente a acção.

Autora, A Garantia da Amazonia; réo, João Nepomuceno de Azevedo Silva.—Indeferido o requerimento.

Appellações

Appellante, Victor Gonçalves Torres; appellado, Antonio dos Santos Gonçalves.—Vista ao Dr. juiz da 3ª vara.

Appellante, Antonio Moreira Guimarães; appellado, Dr. José Luiz Alvares da Silva Campos.—Negado provimento.

Appellante, Joaquim Fernandes da Costa; appellada, Maria Candida do Carmo.—Julgado não provados os embargos.

Appellante, J. G. do Nascimento; appellada, Augusta Alexandrina da Cunha.—Faça-se a convocação dos juizes.

Precatorias

Deprecante, o Juizo de Direito da 1ª Vara da comarca de Santos.—Julgada provada a excepção.

Deprecante, o Juizo Municipal de Macahé, —Deixou de conhecer dos embargos.

Deprecante, o Juizo de Direito da comarca da capital de S. Paulo.—Ao Dr. curador de orphãos.

Honorarios medicos

Autor, Dr. Augusto Hyzino; ré, Clementina Martins Costa.—Julgados não provados os embargos.

Inventario

Fallecido, Joaquim José de Queiroz Maia; inventariante, Carlos Alberto de Queiroz Maia.—Sobre a petição de fls. diga o inventariante.

Requerimento

Supplicante, José Vicente Marella.—Expeça-se o alvará.

Deposito

Autor, Antonio Albernaz da Silveira Bitencourt; réo, Francisco Alves Rollo.—Recebidos os embargos.

Divorcio

Supplicants, capitão-tenente Bernardino José Coelho e sua mulher.—Remettam-se os autos á Córte de Appellação.

Precatoria

Autor, Americo Antonio Coelho; réo, Antonio Joaquim de Miranda.—Deferida a petição de fls. para o fim de receber a cota de fls.

Requerimento

Supplicante, Leocadia de Barros.—Autorizado o respectivo cancellamento.

Ordinaria

Autor, Dr. Martinho Garcez; réo, Alvaro Muniz.—Recebidas a contestação e reconvenção, dê-se vista ao autor.

Juizo de Direito da Segunda Vara Cível

JUIZ, DR. DIOGO DE ANDRADA — ESCRIVÃO, BARROS

Acção dividendo

Autor, Roberto Reyheuer; réos, Paulo Bouchet e outros.—Julgada a presente acção para o fim de decretar como de facto decreta a divisão.

Inventario

Fallecido, Alexandre Pinto Ribeiro; inventariante, Manoel Pinto Moreira.—Julgada a partilha.

Fallecido, Antonio de Souza Ribeiro; inventariante, Dr. Izidoro de Souza Ribeiro.—Deiro a petição de fls. 94, em vista do que consta dos autos.

Acção ordinaria

Autor, Antonio Bernardo Lopes; réos, Luiz Pereira da Rocha Vianna e outros.—Julgada a presente acção e condemnou os réos a pagarem ao autor a quantia de 16.000\$000.

Acção de despejo

Autores, Elvira Gambôa Torreão Oliveira e outro; réo, Geralino Antonio da Silva Braga.—Julgada a desistencia.

Petição para alvará

Supplicante, Marcolina Rosa Ferreira do Araujo.—Julgada por sentença a justificação.

Penhora executiva

Autora, Virginia Jacintha de Araujo Marinho; réo, Diniz Francisco de Miranda.—Recebida a appellação no effeito devolutivo tão somente.

Aggravato

(5ª Pretoria)

Aggravantes, Auler & Comp.; aggravado, Augusto Barthel.—Não tomo conhecimento do agravato interposto a fls. pelos motivos constantes do despacho de fls. 116 v, deve entretanto dizer que á sentença de fls. 102.

Obra nova

Autor, Felizardo Villela Rodrigues Morgado; réo, J. A. Vieira Lima.—Deiro a petição de fls. 26.

Acção ordinaria

Autores, D. Perpetua Torres da Costa Braga e sua mulher; réo, Francisco Benficia de Menezes.—Em prova.

Autor, Antonio Bernardo Lopes; réos, Luiz Pereira da Rocha Vianna e sua mulher.—Recebida a appellação nos seus effeitos regulares.

Inventario

Fallecido, conselheiro Francisco de Faria Lemos; inventariante, Isabel Vianna de Faria Lemos.—Julgada por sentença a desistencia.

Acção de dez dias

Autor, Joaquim Francisco Guimarães; réo, Manoel Machado Ferreira.—Julgada por sentença, para que produza os effeitos de direito, a confissão de fls. 13.

Juizo de Direito da Terceira Vara Cível

JUIZ, DR. BUARQUE DE LIMA — ESCRIVÃO, CRUZ GALVÃO

Execução

Exequentes, S. Lino & Lourenço; executado, Alexandre Monteiro.—Respondido o agravo.

Extinção de uso-fructo

Fallecido, Julio Pereira Monteiro; supplicants, Marietta Pereira Monteiro e outros.—Ao Dr. curador de residuos.

Appellações

(3ª Pretoria)

Appellante, Manoel da Silva Gomes; appellado, José Joaquim Pires.—Vista ás partes.

Appellante, Honorio Hermeto Carneiro Leão de Barros; appellado, Antonio Vetro-nilli.—Vista ás partes.

(15ª Pretoria)

Appellante, Guilherme Scabra; appellado, Luiz Telles da Menezes.—Habilitem-se os herdeiros do appellado.

Summaria de nullidade de casamento

Autora, Adla Nozer Bomfayle; réo, Salomão Saty.—Affim de ser feito o exame na autora, baixam os autos a cartorio com o preparo.

Inventarios

Fallecidos, Antonio Francisco de Mello o sua mulher.—Vista ao 3º procurador seccional.

Fallecidos, Francisco Antunes e sua mulher Maria Luiza.—Na fórma do requerimento do Dr. procurador seccional.

Fallecido, João Fernandes Pereira Pinto.—Ao contador.

Notificações

Notificante, Luiz José Robalinho; notificado, Francisco Ferreira de Azevedo.—Ao distribuidor para fazer a distribuição por dependência.

Notificante, Dr. Abelardo Saraiva da Cunha Lobos; notificado, Dr. José Augusto Ludolf.—Recebidos os embargos de fls. 14 como contestação, em prova.

Embargos de nullidade

(6ª Pretoria)

Embargante, Constantino Soares Valente; embargado, Dulcino Cerqueira Monteiro da Silva.—Convertido o julgamento em diligencia affim de serem os autos concluídos ao Dr. juiz da 10ª Pretoria, por ser impedido o juiz da 2ª vara.

Supprimento de consentimento para a venda de bens de raiz

Supplicante, José Porphirio Teixeira de Mendonça; supplicada, Maria Pereira de Aguiar Filha.—Julgada procedente a justificação affim de ser feita a citação por edital com o prazo de 30 dias.

Protesto

Supplicante, Maria Pourchet; supplicada, a administração da Santa Casa de Misericórdia.—Julgado por sentença o protesto para que produza seus legaes effeitos.

Aggravo

(3ª Pretoria)

Aggravantes, Muratory & Carneiro; agravada, a Sociedade Anonyma O Paiz. — Negado provimento.

Acção ordinaria

Autora, Carolina Thereza do Carvalho; réo, Dr. João Victorio Pareto Junior. — Em prova.

Juizo dos Feitos da Saude Publica

JUIZ, DR. ELIEZER G. TAVARES — ESCRIVÃO, CAPITÃO FRANCISCO M. DE MORAES

Sentenças e despachos de 19 de julho de 1906

Processos crimes por infracção sanitaria

Autora, a justiça sanitaria; réo, Dr. Francisco Antonio Coelho. — A vista da conta de fls. 17 e do conhecimento de fls. 19, julgo o processo findo.

Autora, a mesma; réo, Costa Guimarães, representante da Ordem de S. Francisco de Paula. — A vista da conta de fls. 15 e do conhecimento de fls. 18, julgo o processo findo.

Despejo de predio

Autora, a Saude Publica, representada pelo Dr. procurador dos feitos; réo, Lucio da Costa Paiva, proprietario do predio. — Na forma requerida.

Juizo da Oitava Pretoria

JUIZ, DR. CARVALHO E MELLO — ESCRIVÃO, CORRÊA DE MENEZES

Despachos em 19 de julho de 1906

Crime

Autora, a justiça; réo, Bemvinda Vieira dos Santos (art. 399 do Codigo Penal). — Intime a ré para a defesa no prazo legal.

Autora, a justiça; réo, José Vital ou José Ferreira dos Santos. — Vista ao Dr. promotor.

Autora, a justiça; réos, Philomena Guigniana e Hilario Graciano (art. 303 do Codigo Penal). — Idem.

Autora, a justiça; réo, Francisco Sereno (art. 303 do Codigo Penal). — Idem.

Autora, a justiça; réo, Pedro Pereira (art. 303 do Codigo Penal). — Idem.

Julgamentos

Autora, a justiça; réo, Victorino Alves de Mello (art. 399 do Codigo Penal). — Condenado a 22 1/2 dias de prisão e a assignar termo.

Autora, a justiça; réo, Bellarmino Nery Quintanilha (art. 399 do Codigo Penal). — Idem.

Autora, a justiça; ré, Maria da Gloria (art. 309 do Codigo Penal). — Idem.

Autora, a justiça; ré, Rita de Christo Rangel (art. 400 do Codigo Penal). — Idem a Colonia C reccional dos Dous Rios pelo tempo de dous annos.

Juizo da Decima Terceira Pretoria

JUIZ, DR. JOSÉ NODDEN DE ALMEIDA PINTO — ESCRIVÃO, HENRIQUE FERREIRA DE ARAUJO

Despachos de 17 de julho de 1906

Acção s crimes

Autora, a justiça; réos, Agueda Izidora do Freitas e João Desiderio da Costa (art. 303 do Codigo Penal). — Nos termos da promoção em frente.

Autora, a justiça; réo, José Rodrigues dos Anjos (art. 294, § 1º do Codigo Penal). — Seja presente ao Dr. juiz da 3ª vara criminal.

Prisões em flagrante

Autora, a justiça; offendida, Luiza Cardoso; accusado, Pedro José Cardoso. — Ao Dr. promotor.

Autora, a justiça; réos, Paulino Estanislão Ferreira e Joaquim Tavares (art. 303 do Codigo Penal). — Ao Dr. promotor.

Autora, a justiça; réo, João José de Freitas (art. 303 do Codigo Penal). — Ao Dr. promotor.

Offensas phisicas

Autora, a justiça; réo, José Velhinho ou José de Souza Velhinho. — Ao Dr. promotor.

Autora, a justiça; réo, João Antonio Pereira (art. 266, paragrapho unico do Codigo Penal). — Como requer o Dr. promotor.

Autora, a justiça; réo, Valeriano Pereira da Cunha (art. 301 do Codigo Penal). — Expeça-se a preccatoria requerida, intimado o réo.

Autora, a justiça; réo, Manoel Gomes Monteiro (art. 303, agr. pela circ. do artigo 39, § 12). — Nos termos do officio do Dr. promotor.

Autora, a justiça; réo, Pedro de Alcantara Siqueira. — (art. 268 do Codigo Penal). — Renovem-se as diligencias.

Autora, a justiça; réo, Joaquim Gonçalves de Souza Junior (art. 267 do Codigo Penal). — Nos termos do officio em frente.

Autora, a justiça; ré, Francisca Maria da Conceição (art. 303 do Codigo Penal). — Indique o official que certificou, a fls. 33, qual o logar certo em que se acha a ré.

Autora, a justiça; réo, Antonio Alves do Amorim (art. 303 do Codigo Penal). — Como requer o Dr. promotor.

Autora, a justiça; réo, Americo Francisco da Costa (art. 303 do Codigo Penal). — Nos termos do officio em frente.

Autora, a justiça; réo, Adolpho Alves Barroso (art. 303, agr. p., art. 39, § 4º do Codigo Penal). — Nos termos do officio em frente.

Autora, a justiça; réo, Severino Moreira (art. 270, § 2º do Codigo Penal). — Nos termos do officio em frente.

Autora, a justiça; réo, Raymundo Nonato dos Santos (art. 377 do Codigo Penal). — Seja renovada a diligencia recommendada pelo despacho a fls.

Autora, a justiça; réo, Izidro Dias (art. 303 do Codigo Penal). — Seja intimada a testemunha José Carlos de Azevedo.

Autora, a justiça; réos, Francisco da Silveira Machado e José Jacob Sewaybricher (art. 303 do Codigo Penal). — Como requer o Dr. promotor.

Autora, a justiça; réo, Francisco Gonçalves Graça (art. 303 do Codigo Penal). — Como requer o Dr. promotor.

Autora, a justiça; réos, João Baptista da Costa e Fernando Azurara (art. 303 do Codigo Penal). — Como requer o Dr. promotor.

Inquerito

Autora, a justiça; offendido, Manoel João Ignacio. — Ao Dr. promotor.

EDITAES

Juizo de Direito da Segunda Vara Commercial

De praça, com o prazo de 20 dias, para venda e arrematação dos bens penhorados por D. Rosa Brum da Rosa e outros, herdeiros do finado Manoel Francisco da Rosa, a Manoel José do Rosa e sua mulher, na forma abaixo.

O Dr. Julio do Barros Raja Gabaglia, juiz de direito da Segunda Vara do Commercio, do Districto Federal.

Faz saber aos que o presente edital virom que por este juizo e cartorio do escrivão que este subserve processam-se os autos de executivo hypothecario em que é exoquente Rosa Brum da Rosa, e outros, herdeiros do finado Manoel Francisco da Rosa e executados Manoel José da Rosa e sua mulher, sendo-lhe nos mesmos dirigida a petição do teor seguinte: « Illm. Sr. Dr. Gabaglia, D. Juiz da 2ª Vara do Commercio — D. Rosa Brum da Rosa, por si, e tutora de seus filhos menores, tendo passado em julgado a sentença que julgon desistente a penhora contra Manoel José da Rosa e outros vem requerer que V. Ex. se digne nomear dous avaliadores para o predio penhorado, expedindo-se depois os competentes editaes de praça, depois de realizada a avaliação do immovel. Pede deferimento. Rio, 18 de maio de 1906. — J. M. Gomes de Paiva. (Estava legalmente sellada) — Sendo a petição acima transcrita deferida, passou-se o presente edital pelo teor do qual o official semanario trará a publico pregão de venda e arrematação em praça deste juizo, ás 11 1/2 horas da manhã, depois da audiencia do estylo, no dia 20 de julho do corrente anno, ás portas do edificio á rua dos Invalidos n. 108, onde funciona o Forum, os bens penhorados e constantes da avaliação junta aos autos, a saber: Um predio assobradado á rua Ernesto de Souza n. 1 (antiga rua São Justino ns. 1 e 3) freguezia do Engenho Velho, em Andarahy Grande tendo de freate 12^m, 18 e de fundos 14^m, 25, sua formação, pedra, cal e tijollo, com quatro janellas e porta na frente, tendo nesta porta escada de pedra de cantaria com grade de ferro que dá servidão ao predio; no porão, quatro mesaninos, de um lado cinco janellas e porta, tendo tambem nesta porta escada com vedra de cantaria com gradil de ferro e corrimão que dá servidão ao predio; no porão cinco mesaninos; do outro lado tres janellas e oito mesaninos no porão, tudo com portadas de madeira, dividido em duas salas e cinco quartos, um puxado no fundo com duas janellas para um lado, tendo 4^m, 50 por 3^m, 45 de largura, dividido em sala, dispensa, e quarto com privada. Em continuação outro puxado com 7^m, 90 por 12^m, 15 de largura com porta e janella para o fundo e uma porta de um lado, dividido em cozinha e dous quartos. O predio acima descripto está edificado em um terreno que tem de freate 42^m, 0 e de funde até a rua Souza Cruz 60^m, 0, fechado de um lado, fundo o frente com muro de pedra e cal, portão com grade de ferro na frente; do outro lado, fechado com folhas de zinco; ha neste terreno diversas arvores fructíferas, tanque o privada, ha mais uma meia-agua com banheiro; dado o valor de 10.000\$, preço por quanto vão á praça os referidos bens, a qual se fará mediante pagamento á vista ou fiança idonea por tres dias. E, quem os mesmos pretender arrematar deverá comparecer no local, dia e hora acima designados afim de effectuar-se a praça. Para constar passaram-se este e outros de igual teor, que serão publicados

e affixados na fôrma da lei. Dado e passado nesta Capital Federal aos 25 de junho de 1906. E eu, Arnaldo da Silva Trillo, escrevô interino, o subscrevi. — *Julio de Barros Raja Gabaglia.*

Juizo da Setima Pretoria

De praça, com o prazo de 10 dias, na fôrma abaixo

O Dr. Flaminio Barbosa de Rezende 1º supplente em exercicio da 7ª Pretoria do Districto Federal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem ou delle noticia tiverem que, em praça publica deste juizo, a realizar-se no dia 24 do corrente mez de julho, ao meio dia, ás portas desta pretoria, á rua Farani n. A 2, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação a quem mais der e maior lance offerecer acima do preço da avaliação os bens que foram penhorados na ação de penhora executiva movida por Tertuliano José de Carvalho contra Clemente Facioli, constantes da avaliação do teor seguinte: Os abaixo assignados, peritos nomeados e juramentados pelo Exm. Sr. Dr. juiz da setima Pretoria para avaliar os bens penhorados por Tertuliano José de Carvalho nos autos de penhora executiva contra Clemente Facioli, que se acham á rua do Jardim Botanico n. 32, tendo dado cumprimento ao respeitavel mandado do referido Dr. juiz, lavram o presente auto: Avaliação — Uma armação de pinho envidraçada, em máo estado, 50\$; um relógio de parede, 5\$; um balcão com coberta de marmore, 50\$; um dito menor, 10\$; um terno completo de medidas para secco, 10\$; um dito para liquidos, 10\$; tres fuus, 1\$500; uma balança, conchas e pesos, 50\$; uma escada e engradado, 2\$; duas caixas para deposito de generos, 10\$; uma lata de folha de Flandres para deposito de kerozene, 5\$; dous bancos de madeira, 1\$; duas mesas com pés de ferro e tampo de marmore, 10\$; uma lata para café, 2\$; oito torneiras de chumbo e um pedaço de pedra marmore, 5\$; 221\$500. Avaliamos em 221\$500. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1906. — *M. de Mattos Fonseca.* — *Alberto Porto.* E quem nos mesmos quizer lançar, compareça no referido dia, logar e hora designados. Do que mandou passar o presente para ser affixado, publicado e junto por cópia aos autos. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 13 de julho de 1906. Eu, Luiz Martins, escrevô, o subscrevi. — *Flaminio Barbosa de Rezende.*

MARCAS REGISTRADAS

N. 4.633

Manoel Francisco Pacheco, negociante estabelecido nesta praça, vem apresentar a esta junta a marca acima, a qual consiste no seguinte: Um rótulo de fundo branco de fôrma rectangular, guarnecido de linhas e arabescos dourados, vendo-se ao lado direito, na parte superior, a figura de um indio vestido a caracter, e acima deste os dizeres «Deliciosa Bebida» que rivaliza com o melhor «Cognac» e transversalmente leem-se as palavras «Nectar Fluminense» Isento do imposto de consumo. Na parte inferior, do lado esquerdo, vê-se o desenho de uma estrella radiosa, lendo-se abaixo desta a firma «Manoel Francisco Pacheco». A referida marca será usada pelo supplicante nas garrafas e demais vasilhas que contiverem a bebida de sua preparação denominada «Nectar Fluminense» podendo variar de cores e dimensões, afim de bem distinguir e melhor garantir os seus direitos de propriedade. Rio de Janeiro, 20 de

março de 1906. — *Manoel Francisco Pacheco.* (Sobre uma estampilha de 300 réis.)

Apresentada na Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, á 1 hora da tarde de 1 de maio de 1906. — O secretario, *Cesar de Oliveira.*

Registrada sob n. 4.653, por despacho da Junta Commercial, em sessão de hoje. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1906. — O secretario, *Cesar de Oliveira.* (Ao lado o carimbo da Junta Commercial.) Por despacho da Junta Commercial em sessão de hoje, annotou-se, no registro sob n. 4.653 da marca de cognac «Nectar Fluminense» de Manoel Francisco Pacheco, o acrescimo do seu nome na dita marca entre o indio e o traço que fôrma o quadro da etiqueta. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1906. — O secretario, *Cesar de Oliveira.*

N. 4.762

John Doyle & Comp., negociantes, estabelecidos na estação do Engenho de Dentro, com commercio e fabrica de phosphoros, vem apresentar á meritissima Junta Commercial a marca acima collada, adoptada pelos supplicantes, para distinguir o producto phosphoros, denominado «Phosphoros Baratos», do seu fabrico, a qual consiste no seguinte: Um rótulo em papel branco, dividido rectangularmente por dous traços finos de cor preta. No alto, lê-se a inscripção: «Grande Fabrica de John Doyle & Comp.», em seguida os dizeres: «Industria Nacional» — «Rio de Janeiro» e em sentido sinuoso e typos grandes, a indicação: «Phosphoros Baratos». Entre duas carrancas lateraes, uma com a physionomia sisuda e a outra com ar jovial, lê-se ao centro: «Para o Zé Povinho», e inferiormente, em duas linhas, os seguintes dizeres: «Resistem a toda humidade na Inglaterra, na França, na Alemanha e aqui». O referido rótulo será usado em dimensão maior e menor, sendo a maior em pacotes que contiverem um numero convencionado de caixas e a menor aqui representada applicada nos tampo das referidas caixas, contendo o producto phosphoros de sua fabricação, ficando ainda o direito aos supplicantes de alterar a respectiva cor em todo e qualquer papel e tinta, afim de tudo bem distinguir e assim melhor garantir os seus direitos de propriedade, commercio e fabrico. Sobre uma estampilha de 300 réis inutilizava o seguinte: Rio de Janeiro, 10 de julho de 1906. — *John Doyle & Comp.*

Apresentada na Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 11 horas da manhã de 11 de julho de 1906. — O secretario, *Cesar de Oliveira.*

Registrada sob n. 4.762, por despacho da Junta Commercial, em sessão de hoje. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1906. — O secretario, *Cesar de Oliveira.* (A margem estava o carimbo do grande sello da Junta Commercial.)

N. 4.766

Fornasini & Comp., negociantes, estabelecidos nesta praça, com escriptorio e deposito á rua de S. Pedro n. 11 e fabrica de manteiga de puro leite de vacca, na estação de Rodeio, Estado do Rio, vem apresentar á meritissima Junta Commercial a marca acima collada, adoptada pelos supplicantes para distinguir a manteiga de seu fabrico, a qual consiste no seguinte: um rótulo de fôrma circular, em papel branco, margeado esse circulo por uma larga faixa formada por duas linhas, com os dizeres em typos brancos e grandes: «Fornasini & C.» na parte superior e em semicirculo; «Rodeio» na inferior, separado por duas rosetas redondas,

com traços de arabescos em cada uma. No centro, vê-se representada dentro de um polygono de quatro faces curvilineas, uma galante monina sentada no chão com as pernas estendidas e os pés cruzados, tendo na mão esquerda, com o braço em curvatura, um pedaço de pão e a direita estendida, descansa a mão sobre o sólo, o seu olhar fixa-se de revés para a direita, observando qualquer cousa. Ladeando essa menina, leem-se as palavras: «Marca registrada». Este desenho será applicado no tampo das latas de manteiga e estampado na propria folha e o que se acha ao lado desta inscripção, representado por uma larga faixa de xadrez preto e branco com tres ellipticas em linha paralela, de fundo preto e circulo branco, lendo-se na do centro a firma: «Fornasini & Comp. — Rodeio» — dentro de um quadro rectangular e «Estado do Rio» na parte inferior em fôrma curvilinea, lateralmente nas outras duas repetidos os dizeres: «Manteiga pura de vacca». Esta faixa que envolvera tambem as latas será estampada na propria folha, sendo todo o desenho applicado em tintas de toda e qualquer cor, dourada ou prateada, afim de bem distinguir esse producto e melhor garantir aos supplicantes os seus direitos de propriedade, commercio e fabrico. Sobre uma estampilha de valor de 300 réis, inutilizava o seguinte: Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1906. — *Fornasini & Comp.* Declaro em tempo, que a referida marca será tambem usada para queijos e lacticinios do seu commercio e fabrico. Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1906. — *Fornasini & Comp.*

Apresentada na Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 11 horas da manhã de 9 de julho de 1906. — O secretario, *Cesar de Oliveira.*

Registrada sob n. 4.766, por despacho da Junta Commercial, em sessão de hoje. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1906. — O secretario, *Cesar de Oliveira.* (A margem estava o carimbo da Junta Commercial.)

Marcas depositadas

Ns. 40 e 45

Certifico que as marcas pertencentes a Poock & Comp., registradas na Junta Commercial da Bahia, sob ns. 40 e 45, foram depositadas nesta junta, em 28 de junho do corrente anno, com o *Diario da Bahia*, em que foram publicadas.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 10 de julho de 1906. — *Alfredo Antonio Pinheiro*, servindo de official maior. (Estavam duas estampilhas no valor de 1\$100 devidamente inutilizadas e á margem o carimbo do grande sello da Junta Commercial.)

N. 46

Certifico que a marca pertencente a Poock & Comp., registrada na Junta Commercial da Bahia, sob n. 46, foi depositada nesta junta, em 12 de julho do corrente anno, com o *Diario da Bahia*, em que foi publicada.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 17 de julho de 1906. — *Alfredo Antonio Pinheiro*, servindo de official maior. (Estavam duas estampilhas no valor de 1\$100 devidamente inutilizadas e á margem o carimbo do grande sello da Junta Commercial.)

NOTICIARIO

Correio — Esta repartição expedir malas pelos seguintes paquetes:

Hoje:

Pelo *Gonçalves Dias*, para os portos do norte, recebendo impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, di-

tas com porte duplo até ás 2 e objectos para registrar até ás 12 da manhã.
 Pelo *Industrial*, para Bahia, Villa Nova e Penedo, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até á 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Assú*, para o Estado do Rio Grande do Sul, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2 e ditas com porte duplo até ás 10.
 Pelo *Calderon*, para Santos, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2 e ditas com porte duplo até ás 8.

Pelo *Zambeze* (lugar), para Cap Town, recebendo impressos até ás 2 horas da tarde, cartas para o exterior até ás 3 e objectos para registrar até á 1.
 Pelo *Fidclense*, para Cabo Frio e S. João da Barra, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2 e ditas com porte duplo até ás 10.

Directoria de Meteorologia da Marinha — Repartição da Carta Maritima — Resumo meteorologico magnetico do dia 18 de julho de 1906: quarta-feira.

Estação	Horas	Barometro a 0°	Temperatura do ar	Tensão do vapor	Humidade relativa	Direcção e força do vento (Escala Beaufort)	Estado atmosferico	Meteóros	Nebulosidade	Observações feitas uma vez em 24 horas						
										Temperatura maxima (exposta)	Temperatura maxima (a sombra)	Temperatura minima	Evaporação a sombra	Chuva caída	Duração do brilho solar	
		m/m	°	m/m	%					0	0	0	m/m	m/m	h	
Central no morro de Santo Antonio	1 a.	763.01	20.2	14.98	85.0	ENE	3	—	—	—	—	—	—	—	—	
	2...	763.18	19.7	15.12	88.5	NNE	3	—	—	—	—	—	—	—	—	
	3...	763.13	19.7	15.12	88.5	N	3	—	—	—	—	—	—	—	—	
	4...	763.17	19.6	14.70	87.0	NNW	3	—	—	—	—	—	—	—	—	
	5...	762.69	19.4	14.82	88.2	NW	3	—	—	—	—	—	—	—	—	
	6...	763.11	19.4	14.82	88.2	N	3	Bom	Orvalho abundante	KC.SK	1	—	—	—	—	—
	7...	763.53	19.6	14.70	87.0	N	2	Bom	Nevoeiro tenu: baixo	—	5	—	—	—	—	—
	8...	764.00	20.8	15.24	83.0	N	2	Bom	Nevoeiro tenue baixo	—	6	—	—	—	—	—
	9...	764.38	22.1	15.90	89.9	N	3	Bom	Nevoeiro tenue baixo	KC.K	7	—	—	—	—	—
	10...	764.53	22.5	15.49	76.8	NNW	2	Bom	..	—	8	—	—	—	—	—
	11...	764.19	23.9	15.51	70.3	NNW	2	Bom	Nevoeiro tenue baixo	—	9	—	—	—	—	—
	12...	763.68	23.2	15.43	73.0	N	2	Bom	..	KC.K	4	—	—	2.00	—	—
	13...	763.20	23.2	15.43	73.0	SSE	5	Claro	..	—	3	—	—	—	—	—
	14...	762.88	23.3	16.22	76.5	SSE	5	Claro	..	—	3	—	—	—	—	—
	15...	762.56	22.8	16.33	79.4	SSE	6	Claro	..	KC.K	2	—	—	—	—	—
	16...	762.54	22.9	16.29	78.0	SSE	5	Claro	..	—	1	—	—	—	—	—
	17...	762.74	22.6	16.31	80.3	SSE	5	Bom	..	—	2	—	—	—	—	—
	18...	762.89	22.0	16.16	82.0	SSE	3	Encoberto	..	—	10	—	—	—	—	—
	19...	762.98	22.1	15.73	79.8	ESE	4	Bom	Nevoeiro tenue	—	4	—	—	—	—	—
	20...	763.25	21.8	14.95	77.2	E	3	Bom	Nevoeiro tenue	—	4	—	—	—	—	—
	21...	763.27	21.4	15.20	80.2	E	3	Bom	Nevoeiro tenue baixo	..	0	—	—	—	—	3.3
	22...	763.28	21.2	14.85	79.0	ESE	5	Bom	Nevoeiro tenue baixo	..	0	—	—	—	—	—
	23...	763.45	21.0	14.81	80.0	ESE	3	Bom	Nevoeiro tenue baixo	..	0	24.8	24.0	18.9	—	—
	24...	763.53	20.5	14.15	79.0	ENE	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—

RESULTADOS MAGNETICOS DA ESTACAO CENTRAL — Declinação = 9° 57' 25" NW

Capital Federal, 19 de julho de 1906. — Observações meteorologicas simultaneas. — A 0 h. m. de Greenwich ou (9 h. 07 m. a. T. m. do Rio).

ESTAÇÕES	Pressão ao nível do mar	Temperatura a sombra	Tensão do vapor de agua	Temperatura media na vespera		Pressão ao nível do mar	Temperatura a sombra	Tensão do vapor de agua	Temperatura media na vespera
Belém.....	763.02	25.8	21.07	27.70	Capital.....	770.02	22.2	15.19	21.45
S. Luiz.....	—	—	—	28.75	S. Paulo.....	769.05	13.7	10.87	18.10
Parnahyba.....	—	—	—	—	Santos.....	768.68	22.0	16.33	21.80
Fortaleza.....	761.20	28.6	19.34	25.45	Paranaguá.....	768.30	22.0	17.02	21.20
Natal.....	—	—	—	—	Curitiba.....	771.26	12.6	10.62	14.85
Parahyba.....	—	—	—	25.05	Guarapuava.....	—	13.5	10.59	21.50
Recife.....	765.98	25.8	16.98	23.99	Asuncion.....	—	—	—	—
Joazeiro.....	?	21.5	13.21	22.09	Posadas.....	—	—	—	—
Maceió.....	—	—	—	25.55	Florianopolis.....	769.35	27.4	12.00	21.50
Aracajú.....	767.35	25.2	16.57	24.45	Corrientes.....	—	—	—	—
Ondina (Bahia).....	766.70	22.5	18.48	22.55	Itaquí.....	762.01	18.7	12.22	20.85
S. Salvador.....	767.68	22.7	18.72	24.35	Porto Alegre.....	761.54	20.6	14.09	21.75
Cuyaba.....	—	—	—	—	Rio Grande.....	762.28	26.8	12.32	20.65
Victoria.....	769.90	21.0	16.09	21.10	Cordoba.....	—	—	—	—
Barbacena.....	769.31	15.2	10.35	15.10	Rosario.....	—	—	—	—
Juiz de Fora.....	—	18.6	12.86	19.25	Menozza.....	—	—	—	—
Campinas.....	—	18.6	16.26	18.50	Buenos Aires.....	—	—	—	—
					Montevideo.....	756.50	20.0	11.83	20.00

Em S. Paulo cabiu chuva passageira hontem á noite.
 Em Curitiba houve nevoeiro denso na madrugada e na manhã de hoje.

Probabilidades, na Capital, até amanhã ao meio dia: Tempo bom. Ventos normaes.

Aviso — A previsão é válida durante 24 horas.
 Nota — As observações com este signal (x) são de hontem.
 Até ás 2 hs. 25 m. p. não se recebeu mais telegramma algum.

Errata — A declinação magnetica de 17 do corrente mez, foi 8° 59' 15" NW não a que sahiu publicada.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda dos dias 2 a 18 de julho de 1906.....	3.898.622\$892
Idem do dia 19:	
Em papel.. 201:013\$471	
Em ouro.... 123:909\$196	324:922\$667
	4.223.545\$559
Em igual periodo de 1905..	3.914:472\$220

RECEBEDORIA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 19 de julho de 1906

Interior.....	22:53\$378
Consumo:	
Fumo.....	4.629\$000
Rebidas.....	1:568\$800
Phosphoros.....	600\$000
Calçado.....	2.680\$000
Velas.....	3:750\$000
Perfumarias...	34\$000
Especialidade s pharmaceuti- cas.....	316\$000
Vinagre.....	351\$000
Conservas.....	125\$000
Chapéus.....	1:161\$000
Tecidos.....	17:345\$500
Registro.....	650\$000
	33:524\$300
Extraordinaria.....	13:477\$670
Deposito.....	81\$000
Renda com applicação espe- cial.....	1:243\$088
	70:849\$436
Renda da 1 a 18 de julho de 1906.....	1.007:875\$803
Total.....	1.168:725\$239
Em igual periodo de 1905....	1.115:737\$352

EDITAES E AVISOS

Faculdade de Direito do Recife

De ordem do Sr. Dr. director, faço publico que fica marcado o prazo de tres mezes, a contar desta data, para inscripção dos que pretenderem concorrer ao logar de lente substituto da 1ª secção desta faculdade, actualmente vago.

O concurso será feito nos termos do decreto n. 3.890, de 1 de janeiro da 1901 e versará sobre philosophia do direito e direito romano.

Os pretendentes deverão apresentar-se desde já nesta secretaria, para assignar seus nomes no livro competente, e, no caso de indeferimento, a inscripção poderá fazer-se por procuração (art. 65).

Os candidatos deverão apresentar, no acto da inscripção, seus diplomas e titulos ou publicas-formas destes, justificada a impossibilidade de apresentação dos originaes, folha corrida (art. 59).

Só podem ser admittidos ao concurso os brasileiros que se acharem no gozo dos direitos civis e politicos e possuirem o grão de doutor em direito ou de bacharel em sciencias juridicas e sociaes por este estabelecimento ou por outros ao mesmo equiparados, e tambem os brasileiros que, tendo esse grão por instituições estrangeiras, se houverem habilitado perante algum dos referidos estabelecimentos (art. 57).

E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou o Sr. Dr. director affixar o

presente, que será publicado nos jornaes desta cidade e nos da Capital Federa.

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 21 de junho de 1906.—O secretario, *Henrique Martins*.

Directoria Geral de Saude Publica

De ordem do Sr. Dr. director geral de Saude Publica, convido os proprietarios, arrendatarios ou seus procuradores legaes, da denominada «Chacara da Floresta» a assistirem a vistoria sanitaria que vai ser effectuada nos predios que a compoem e que deverá começar no dia 16 do corrente ás 12 1/2 horas da tarde.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, em 12 de julho de 1906.—O secretario, *Dr. J. Pedrosa*.

De ordem do Sr. Dr. director geral de saude publica, convido os proprietarios, arrendatarios ou seus procuradores, dos predios abaixo mencionados, a comparecerem nesta directoria, dentro do prazo de 10 dias, contados desta data, afim de tomarem conhecimento das intimações: que lhes foram feitas pelo inspector sanitario da zona em que se acham situados os referidos predios, sob as penas da lei:

Rua d. s Arcos n. 68. (2 intimações);
Rua de S. Luiz n. 29;
Rua de Garibaldi n. 1;
Rua de Maria José n. 2;
Rua do Dr. Pessoa de Barros n. 8;
Rua D. Felicidade n. 270, (sobrado);
Rua D. Maria n. 30;
Rua Fagundes Varella n. 70;
Rua Dr. José Felix n. 1, (avenida);
Rua do Engenho Novo n. 22;
Rua de Daniel Carneiro n. 55;
Rua do Dr. Bulhões n. 17;
Rua Chaves Faria n. 22;
Rua de Catumbé ns. 86 e 87 (estalagem);
Rua de Leste ns. 9 (loja) e 13;
Rua de S. Carlos ns. 8, 14, 65 C;
Rua S. Luiz Gonzaga ns. 1 (cocheira),
3 (cocheira), 129, 236 e 238;
Praia Retiro Saudoso n. 72;
Travessa D. Maria n. 1.

Rio de Janeiro, Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 17 de julho de 1906.—O secretario, *Dr. J. Pedrosa*.

INFRAÇÕES DO REGULAMENTO SANITARIO

Foram intimados a satisfazer nesta directoria geral, no prazo de cinco dias, as multas que lhes foram impostas, ou, findo esse prazo, se verem processar de accordo com o regulamento sanitario:

Pela 5ª Delegacia de Saude:
Adriano Braga, residente á ladeira João Homem n. 46, multado em 200\$, por não ter cumprido a intimação que aceitou sob n. 4.251, para melhoramentos no predio n. 46 da ladeira João Homem, infringindo o § II do art. 98 do citado regulamento.

Pela 6ª Delegacia de Saude:
Dr. João Nery Ferreira, como procurador da Ordem 3ª de S. Francisco de Paula, residente á rua General Camara n. 6 (sobrado) ou rua do Catete n. 136, multado em 125\$, por não ter cumprido a intimação n. 31.944, para melhoramentos no predio da rua General Pelra n. 199, infringindo o § I do art. 98 do citado regulamento;

D. Alfenna de Jesus, residente á rua do Lavradio n. 17 (1ª) multa em 200\$, por não ter desocupado a loja que occupa com quitanda e dormitório em pessimas condições de hygiene, de conformidade com a intimação n. 38.594, infringindo o art. 91 do citado regulamento;

João Antonio de Oliveira, residente á rua America n. 132, multado em 200\$, por não ter cumprido a intimação n. 31.345, para

melhoramentos no predio da rua Visconde do Sapucahy n. 16 B, infringindo o § I do art. 98 do citado regulamento.

Pela 9ª Delegacia de Saude:
Evaristo Tavares Larangeira, residente á rua Lucidio Lago n. 18, multado em 125\$, por não ter communicado por escripto a esta Delegacia que ficara deshabitado o predio n. 18 á rua Lucidio Lago, infringindo a lettra a do art. 87 do mesmo regulamento.
Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 19 de julho de 1906.—O secretario *Dr. J. Pedrosa*.

Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal

FAZENDA NACIONAL DE SANTA CRUZ

Aforamento do terreno da rua dos Andradas com 11m,0 de frente requerido por *Joaquim Gonçalves*

Por esta directoria se declara que se acha aberta concorrência publica para o aforamento do citado terreno recebendo-se propostas até a 1 hora da tarde do dia 10 de agosto proximo futuro, dia e hora em que serão abertas, sob as seguintes condições:

1ª

As propostas deverão ser devidamente seladas e lacradas, em carta fechada, sem emendas, razuras ou qualquer defeito que dê logar a duvidas.

2ª

Os concurrentes, no acto da apresentação das propostas, exhibirão certificado de haverem depositado na Thesouraria Geral do Thesouro Federal a quantia de 50\$000 para garantia da assignatura do respectivo termo.

3ª

De accordo com o paragrapho unico do art. 5º das Instruções de 3 de outubro de 1891, versará a concorrência sobre o preço do fóro e da joia, sendo os minimos estabelecidos para aquelle de 22\$000 e do 100\$000 para esta, devendo o proponente preferir o que offerecer maior joia, entrar para os cofres publicos, no prazo de 15 dias depois da publicação do despacho no *Diario Official*, com a joia offerecida e a importancia da medição do terreno que é de 80\$, sob pena de perder em favor do mesmo Thesouro a caução a que se refere a clausula 2ª.

Na secção dos Proprios Nacionaes ou na Superintendencia da Fazenda Nacional de Santa Cruz, os Srs. concurrentes poderão pedir quaesquer esclarecimentos a respeito deste aforamento.

Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal, 12 de julho de 1906.—*A. F. Cardoso de Menezes e Sousa*, director interino.

Capitania do Porto

De ordem do Sr. Capitão do Porto, intimo o Sr. Agostinho da Silva Pedruca, empregado na estancia de lenha do Sr. Alonzo, ponta do Cajú, a pagar ou mandar pagar nesta Capitania, no prazo de oito dias, a multa de 500\$, de accordo com o art. 423, do regulamento das Capitancias, por ter construido uma crechada na ponta do Manguinho, na noite de 9 para 10 deste mez e que, denunciada pelo destacamento de soldados de infantaria de marinha do Mattoso, foi immediatamente demolida pelo pessoal desta Repartição, e ao ser intimado declarar pertencer a Adolpho Monte Bello, ignorando ello a residencia, o que não é admissivel; findo o prazo será a multa cobrada executivamente.

Secretaria da Capitania do Porto do Rio de Janeiro, 19 de julho de 1906.—*José A. Ayrosa*, secretario.

Capitania do Porto

De ordem do Sr. capitão do porto, intimo aos Srs. proprietários de cercadas abaixo mencionados que possuem clandestinamente em diversos pontos desta bahia a virem ou mandarem pagar nesta Capitania a multa de 500\$ por cada uma, de accordo com o artigo 423 do regulamento das capitancias, e a demolil-as no prazo improrogavel de oito dias. Findo este prazo será a multa cobrada executivamente e a cercada demolida pelo pessoal desta repartição:

Timotheo de Rezende, morador no Porto Velho, Irajá, 500\$ de uma cercada no Rio de S. João de Merity; Antonio José Soares, morador no Porto de Irajá, 500\$ de uma cercada no Rio de S. João de Merity; Marcolino Antonio Rodrigues, morador na Ilha de Saravata, 1:00\$ de duas cercadas na bocaina do Rio S. João de Merity; Leopoldo Baptista, morador no porto da Tubiacanga, 500\$ de uma cercada ao N. da Ilha do Governador no Saco dos Gallegos; Constantino Miguel Violeta, morado: no porto da Opa, Rio da Estrella, 1:00\$ de duas cercadas no Rio da Estrella; Francisco Pereira da Encarnação, morador em S. Francisco de Croara, 1:00\$ de duas cercadas no morro de S. Lourenço.

Secretaria da Capitania do Porto do Rio de Janeiro, 18 de julho de 1906. — José A. Airoza, secretario.

Commissariado Geral da Armada**COSTURAS**

Esta repartição distribue costuras, no dia 21 do corrente, ás senhoras matriculadas sob os ns. 1 a 10, das quatro categorias.

Commissariado Geral da Armada, 19 de julho de 1906.—O secretario, Pedro Nunes Corrêa de Sá.

Deposito do Material Sanitário do Exercito**CONCURRENCIA**

De ordem do Sr. coronel Dr. presidente do conselho de compras desta repartição, reunir-se-ha no dia 25 do corrente, ás 12 horas da manhã, o referido conselho a fim de receber proposias para o fornecimento, durante o fluente anno, de barracas hospitaes com capacidade para uma média de 20 a 30 doentes cada uma, e segundo os desenhos e descrições (modelo) existentes nesta repartição e que se acham á disposição dos Srs. pretendentes. As condições são: ser negociante matriculado ou casa importadora; haver pago o imposto de sua casa commercial no semestre findo e ter caucionado na Direcção Geral da Contabilidade da Guerra, para garantia da assignatura do contracto e fiel execução do mesmo, a quantia de um conto de réis (1:000\$). As propostas deverão ser em duplicata, selladas as primeiras vias e fechadas, e mencionarão o nome do proponente, o preço e o prazo da entrega e mais condições de fornecimento, indicação da casa commercial, declaração explicita de sujeitar-se a multa de 5% da importancia relativa á barraca hospital acceita, no caso de não comparecer para assignar o respectivo termo de contracto, dentro do prazo nunca maior do 4 dias uteis, que lhe forem notificados por edital publicado no *Diario Official*.

Secretaria do Deposito do Material Sanitário do Exercito, Rio, 16 de julho de 1906. —O ajudante, Dr. Luiz Jansen de Mello, capitão medico.

PARTE COMMERCIAL**Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal****CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA****METALLICA**

	90 d/o	A' vista
Sobre Londres.....	16 29/32	16 3/4
» Pariz.....	565	\$575
» Hamburgo.....	697	\$705
» Italia.....	—	\$581
» Portugal.....	—	\$316
» Nova York....	—	2\$960
Libra esterlina, em moeda.....		14\$450
Ouro nacional, em vales, por 1\$000		1\$610

CURSO OFFICIAL DOS FUNDOS PUBLICOS**E PARTICULARES**

Aplices geraes de 5 %, miudas.	1:007\$000
Ditas idem de 5 %, 1:000\$000...	1:011\$000
Ditas do Emprestimo Nacional de 1895, nom.....	1:005\$000
Ditas idem idem de 1897, nom....	1:008\$000
Ditas idem de 1903, port.....	1:010\$000
Ditas do Emprestimo Municipal, de 1896, port.....	188\$500
Ditas idem idem de 1904, port...	276\$000
Ditas idem idem de 1906, port...	155\$500
Ditas idem idem de 1906, nom...	161\$000
Ditas do Estado de Minas Geraes, de 1:000\$, 5 %, port.....	803\$000
Ditas idem idem de 1:000\$, 5 %, nom.....	800\$000
Ditas do Estado do Rio de Janeiro, de 100\$, 4 %, port....	66\$500
Banco do Brazil.....	137\$000
Dito do Commercio, integ.....	185\$000
Comp. Terras e Colonização....	3\$500
Dita Internacional de Docas e Melhoramentos no Brazil, c/ 22 1/2 %.....	7\$500
Dita Loterias Nacionais do Brazil	14\$500
Dita Ferro Carril do Jardim Botânico.....	223\$000
Dita Tecidos Confiança Industrial	200\$000
Dita Tecidos Progresso Industrial do Brazil.....	245\$000

Secretaria da Camara Syndical do Rio de Janeiro, 19 de julho de 1906.— José Claudio da Silva, syndico.

Junta dos Corretoras

COTAÇÕES DO DIA 18 DE JULHO DE 1906

Algodão em rama, regular, de Mossoró, 8\$700 por 10 kilos.

Assucar branco, crystal, de Maceió, 215 réis por kilo.

Dito branco, usina, da Bahia, 195 réis por kilo.

Dito branco, 3ª sorte, de Pernambuco, 185 réis por kilo.

Dito mascavo, de Sergipe, 135 réis por kilo.

Café 6\$700 a 7\$ por arroba.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1906. — João Severino da Silva, presidente.— Sebastião S. da Rocha, secretario.

SOCIEDADES ANONYMAS**Estatutos da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro**

(Fundada em 1891)

Titulo I**[CAPITULO I****Da Faculdade, seus fins e organização**

Art. 1.º A Faculdade Livre de Direito, fundada nesta cidade do Rio de Janeiro a 11 de junho de 1891, e a que o decreto n. 639, de 31 de outubro de 1891, concedeu todas as

regalias das Faculdades officiaes, destina-se a ensinar as materias comprehendidas nos cursos das Faculdades de Direito federacs ou outras que forem regularmente adoptadas.

§ 1.º E' constituída pelos lentes actuaes e pelos que la futuro fizerem parte do seu corpo docente.

§ 2.º Rege-se pelos presentes estatutos e pelas disposições da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, decretos ns. 3.890, de 1 de janeiro de 1901 e 3.903, de 12 de janeiro de 1901 e mais actos em vigor do Governo Federal.

§ 3.º A sua direcção é confiada á congregação dos lentes, ao director, vice-director e thesoureiro, nos termos indicados nestes estatutos.

§ 4.º Confere aos que se tiverem devidamente habilitado os grãos scientificos conferidos pelas Faculdades officiaes, com os mesmos privilegios e regalias a estes inherentes.

Art. 2.º O ensino é ministrado :

- pelas lições nas aulas;
- pela *Revista* periodicamente publicada
- pela bibliotheca franqueada aos alumnos;
- por meio de conferencias.

CAPITULO II**Das disciplinas e sua distribuição**

Art. 3.º O ensino na Faculdade Livre comprehende as seguintes materias :

- Philosophia do Direito.
- a) Direito Internacional, Publico e Privado.
 - Diplomacia.
- a) Direito Publico.
 - Direito Constitucional.
- a) Economia Politica.
 - Sciencia das Finanças.
 - Contabilidade do Estado.
- a) Sciencia da Administração.
- Direito Administrativo.
- Medicina publica.
- Direito Romano.
- Direito Civil.
- Direito Criminal.
- Direito Commercial.
- Theoria e pratica do Processo Civil, Commercial e Criminal.
- Legislação comparada sobre o Direito Privado.
- Historia do Direito e especialmente do Direito Nacional.

Art. 4.º O curso é feito em cinco annos, por 17 lentes, distribuidos pelas seguintes cadeiras

1º anno

- cadeira — Philosophia do Direito.
- cadeira — Direito Romano.

2º anno

- cadeira — Direito Publico e Constitucional.
- cadeira—Direito Internacional Publico e Privado e Diplomacia.
- cadeira—Direito Civil (1ª parte).

3º anno

- cadeira—Direito Civil (2ª parte).
- cadeira—Direito Criminal (1ª parte).
- cadeira—Direito Commercial (1ª parte).
- cadeira—Historia do Direito, especialmente do Direito Nacional (facultativo).

4º anno

- cadeira—Direito Civil (3ª parte).
- cadeira—Direito Commercial, especialmente Direito Maritimo, fallencias e liquidações judiciais (2ª parte).
- cadeira — Direito Criminal, especialmente Direito Militar e regimen penitenciario (2ª parte).
- cadeira — Economia Politica, Sciencia das Finanças e Contabilidade do Estado.

5º anno

1ª cadeira—Theoria e pratica do Processo Civil, Commercial e Criminal.

2ª cadeira—Sciencia da Administração e Direito Administrativo.

3ª cadeira—Medicina Publica.

4ª cadeira—Legislação comparada sobre o Direito Privado.

Art. 5.º Essas cadeiras constituem oito secções com outros tantos lentes substitutos, distribuindo-se do seguinte modo :

1ª secção—Philosophia e Historia do Direito e Direito Romano.

2ª secção—Direito Publico e Constitucional, Direito Interaccional Publico e Privado e Diplomacia.

3ª secção—Economia Politica, Sciencia das Finanças e Contabilidade do Estado, Sciencia da Administração e Direito Administrativo.

4ª secção—Medicina Publica.

5ª secção—Direito civil e legislação comparada do Direito Privado.

6ª secção—Direito Criminal.

7ª secção—Direito Commercial.

8ª secção—Theoria e pratica do Processo Civil, Commercial e Criminal.

§ 1.º Os substitutos da primeira, segunda, terceira e oitava secções farão cursos complementares : o da primeira de Direito Romano ; o da segunda, do Direito Interaccional Privado ; o da terceira, de Sciencia de Finanças ; e o da oitava, de Pratica do Processo Civil, Commercial e Criminal.

§ 2.º Estes cursos começarão quando entender conveniente a congregação, nunca, porém, depois de tres mezes da abertura das aulas.

§ 3.º Os demais substitutos sómente farão cursos complementares, quando assim deliberar a congregação sobre requisição de lente da cadeira.

Art. 6.º Os lentes das cadeiras de Direito Civil, Commercial e Criminal, que se distribuem por mais de um anno, deverão proseguir nellas até a terminação do curso respectivo.

CAPITULO III

Do tempo dos trabalhos e exercicios escolares

Art. 7.º Os cursos da Faculdade abrem-se no dia 1 de abril e fecham-se a 14 de novembro.

Os outros trabalhos principiam a 1 de março e terminam no ultimo dia de dezembro.

Art. 8.º A lição durará uma hora e será dada cinco vezes por semana.

Aos lentes é permitido ouvir os alumnos sobre a materia da lição anterior e designar exercicio ; geraes (sabbatinas), ao menos duas vezes por mez.

Serão duas por semana as lições dos cursos complementares.

Art. 9.º Quinze dias antes da abertura dos cursos, a congregação se reunirá para organizar o horario respectivo, verificar a presença dos lentes e designar os substitutos que devem reger as cadeiras, cujos lentes se acharem impedidos.

O director fará publicar por edital e pela imprensa o resultado desta sessão da congregação.

Paragrapho unico. O lente cathedratico pôde accumular o ensino de mais de uma disciplina, em substituição do lente impedido, de preferencia ao substituto, si assim deliberar a congregação.

Art. 10.º Approvado o horario, nos termos do artigo antecedente, só poderá ser alterado por deliberação ulterior da congregação, si assim o exigirem as conveniencias do ensino.

Art. 11.º Cada lente será obrigado a apresentar, na sessão de abertura dos trabalhos, para ser approvedo, o programma do ensino da respectiva cadeira, dividido em pontos distinctos.

O ensino será ministrado sob esse programma, que igualmente servirá para os exames finais.

Art. 12.º Apresentados os programmas, o director nomeará uma comissão de tres lentes para uniformizal-os, de modo que exprimam o ensino completo das materias professadas na faculdade.

§ 1.º A comissão apresentará seu parecer motivado em sessão da congregação, que deverá effectuar-se oito dias antes da abertura das aulas.

O parecer será discutido e votado na mesma sessão.

§ 2.º Os programmas, depois de approvedos, serão impressos e distribuidos, e só poderão ser alterados na primeira sessão do seguinte anno lectivo.

Os lentes deverão preencher-os até o dia do encerramento dos cursos, cabendo ao director providenciar para que os substitutos nos cursos supplementares auxiliem os lentes no preenchimento do ensino dos pontos do programma.

Art. 13.º Os programmas serão revistos annualmente, podendo, os que forem approvedos em um anno, servir para os seguintes, si a congregação, por si ou por proposta de seus autores, não julgar conveniente alteral-os.

Art. 14.º A frequencia dos estudantes é obrigatoria. Trinta faltas em qualquer das cadeiras fazem perder o anno, não podendo o estudante que as tiver dado fazer exame na primeira época.

§ 1.º Para a verificação de frequencia nas aulas, haverá um livro especial, no qual escreverão os alumnos os seus nomes, ao entrarem no recinto das aulas, sob a fiscalização do guarda respectivo e á vista do lente.

Este livro ficará sob a guarda do lente, o qual o transmittirá, no fim de cada mez, ao secretario da faculdade, que delle extrahirá as respectivas notas para o conhecimento do numero das faltas dadas, afixando-s; edital na porta do edificio em que funciona a Faculdade, afim de que possam ser feitas, perante o lente ou a congregação as devidas reclamações.

Essas reclamações deverão ser apresentadas dentro de dez dias posteriores á afixação do edital.

CAPITULO IV

Da matricula

Art. 15.º A matricula se fará desde o dia 1 de março até á vespera da abertura dos cursos (31 de março).

Art. 16.º As matriculas serão annunciadas por editaes, afixados nos logares mais frequentados do estabelecimento e publicados pela imprensa, oito dias antes das épocas determinadas nestes estatutos.

Paragrapho unico. Para a matricula em alguma ou em todas as cadeiras do 1º anno, o estudante deverá provar, em requerimento ao director :

- 1º, ter sido vaccinado ;
- 2º, haver pago a taxa escolar ;
- 3º, identidade de pessoa.
- 4.º Exibir titulo de bacharel em sciencias e letras ou certificado de haver sido approvedo em algum estabelecimento de instrução secundaria official ou reconhecido pelo Estado, nos seguintes preparatorios :
 - a) portuguez ;
 - b) francez ;
 - c) inglez ou allemão ;
 - d) latim ;
 - e) arithmetica ;
 - f) geometria ;
 - g) geographia, especialmente do Brazil ;
 - h) historia universal, especialmente do Brazil ;
 - i) elementos de physica e chimica ;
 - j) elementos de historia natural.

A prova de identidade será por meio de attestado escripto de um lente ou de duas pessoas fidedignas.

Art. 17.º Para a matricula em alguma ou em todas as cadeiras do anno seguinte o alumno deverá apresentar :

1.º Certidão de approvação nas materias do anno anterior.

2.º Conhecimento de haver pago a respectiva taxa.

§ 1.º E' facultada a matricula de pessoas do sexo feminino, para as quaes haverá nas aulas logar reservado.

§ 2.º A inscripção da matricula poderá ser feita por procurador.

Art. 18.º O secretario, logo que lhe for apresentado o despacho do director, mandando matricular algum estudante, abrirá termo de matricula, no livro respectivo fazendo menção do nome, filiação, naturalização e idade do matriculando, sendo este termo assignado pelo mesmo ou seu procurador.

Paragrapho unico. Os termos serão lavrados seguidamente e sem que fiquem de perneio linhas ou espaços em branco.

Art. 19.º A inscripção será feita pela ordem em que forem recebidos os requerimentos e, si dous ou mais estudantes se apresentarem simultaneamente com despacho do director para se inscreverem na mesma cadeira ou no mesmo anno, prevalecerá a precedencia determinada pela ordem alfabética dos nomes.

Paragrapho unico. No dia determinado para se fecharem as matriculas, escreverá o secretario, em seguida ao ultimo termo, e do encerramento e o assignará com o director.

Em seguida, o secretario organizará uma lista geral dos matriculados em cada um dos annos, com declaração da naturalidade, idade e filiação e a fará imprimir sem demora, para ser distribuida pelos lentes e enviada ao Governo.

Art. 20.º E' nulla a inscripção da matricula feita com documento falso, assim como são nullos todos os actos que a ella se seguirem, e aquelle que, por esse meio a pretender ou obtiver, além da perda da importancia das taxas pagas, fica sujeito ás disposições do codigo geral e prohibido, pelo tempo de dous annos, de se matricular ou de prestar exames.

Art. 21.º Serão considerados alumnos da Faculdade Livre de Direito sómente os que nella se houverem matriculado.

Paragrapho unico. Cada alumno receberá do secretario um cartão impresso, assignado pelo director, contendo o nome do alumno e a designação do anno ou cadeira em que se houver inscripto.

CAPITULO V

Da policia academica

Art. 22.º A congregação dos lentes, ao director, a cada um dos lentes e a particular, ao secretario e demais empregados da Faculdade é commettida a manutenção da ordem e disciplina academicas, na parte que lhes toca, e observa las as seguintes bases :

§ 1.º O estudante que perturbar o silencio, causar desordem dentro da aula ou nella proceder mal, será reprehendido pelo lente.

Si não se contiver, o lente o fará immediatamente sair da sala, levando o facto ao conhecimento do director.

Si a ordem não se puder restabelecer, o lente suspenderá a lição, dando ao director relação do occorrido.

§ 2.º O director, logo que tiver noticia dos factos narrados, no paragrapho antecedente, fará vir á sua presença o culpado ou culpados e, depois de ler publicamente a parte do lente, convocará immediatamente a Congregação, que imporá por votação no-

minal, e depois de ouvidos os delinquentes, a pena de suspensão de um a dous annos de estudos na Faculdade e nas outras Faculdades federaes ou a estas equiparadas, conforme a gravidade do caso.

§ 3.º Si a desordem tiver occorrido dentro do edificio, mas, fóra das aulas, qualquer lente ou empregado, que a presenciar, procurará conter os promotores della.

Não sendo attendidas as admoestações ou si o successo for de natureza grave, o funcionario que presenciar deverá immediatamente levar o conhecimento do director.

§ 4.º O director, ao receber a participação ou tendo noticia do occorrido, fará comparecer na Secretaria, por intermedio do porteiro ou bedéis, o alumno ou alumnos inculcados e, si depois das convenientes indagações, verificar que o alumno merece correção maior que uma simples advertencia em particuliar, o reprehenderá publicamente.

A reprehensão será, neste caso, dada na Secretaria em presença de dous lentes, dous empregados e do quatro a seis estudantes.

Poderá a mesma ser feita na aula a que o estudante pertence, presentes o lente da cadeira e os outros estudantes da mesma aula, que se conservarão nos seus logares.

A estes actos assistirá o secretario, e de todos elles, bem como dos anteriores, se lavrará termo, que será presente na primeira sessão na congregação e relata lo nas informações prestadas ao Governo acerca do procedimento dos estudantes.

§ 5.º Si a perturbação do silencio, a falta de respeito ou a desordem for praticada durante os exames ou em qualquer acto publico da Faculdade, se applicará o disposto nos §§ 1.º e 2.º deste artigo.

§ 6.º Si algum dos factos de que tratam os paragraphos antecedentes for praticado por estudante que já tenha feito os exames do ultimo anno, o director levará tudo ao conhecimento da Congregação, a qual poderá substituir a pena de reprehensão publica pela de adiamento da collação do grão ou retenção do diploma até um anno.

§ 7.º Si o director entender que o delicto mencionado no § 1.º deste artigo merece, pelas circumstancias que o acompanharam, mais severa punição que a reprehensão publica, mandará lavrar termo de tudo pelo secretario e o apresentará á Congregação com as razões que o estudante allegar em sua defesa e com o depoimento das testemunhas que souberem do facto.

A Congregação, depois de proceder ás necessarias diligencias para a exacta verificação do facto, condemnará o delinquente na pena de suspensão por um a dous annos de estudos nas faculdades officiaes ou a estas equiparadas.

Art. 23. O estudante que de proposito estragar ou inutilizar livros, modelos, mapas ou moveis, será obrigado a restituir o objecto por elle damnificado e, na reincidencia, além da restituição, será admoestado pelo director, á vista da participação do lente ou empregado.

A Congregação poderá igualmente impôr ao culpado a pena de suspensão de estudos por um a dous annos.

Art. 24. Sempre que se verificar qualquer desaparecimento de objectos, tanto da secretaria como das demais dependencias da Faculdade, o secretario comunicará por escripto o facto ao director, que nomeará uma comissão de tres lentes para proceder ás respectiva indagações.

§ 1.º O bibliothecario levará igualmente ao conhecimento do director quaesquer subtrações occorridas na bibliotheca, praticando-se a tal respeito o que fica determinado em relação á secretaria e ás outras dependencias.

Art. 25. Descoberto o autor do delicto, será reprehendido pelo director e obrigado á restituição do objecto subtraído, sem prejuizo do procedimento criminal que no caso couber.

Art. 26. Os estudantes que dentro ou fóra do edificio escolar, praticarem acto de injuria, por palavra ou por escripto ou por qualquer outro modo, contra o director ou qualquer membro do corpo docente, serão punidos com a pena de suspensão de um a dous annos de estudos em qualquer faculdade official ou a ella equiparada.

Art. 27. Si os actos forem offensivos da moral publica, ou consistirem em ameaças de tentativa de aggressão contra as pessoas indicadas no artigo antecedente, serão as penas elevadas ao dobro.

§ 1.º Si a aggressão se consummar, os delinquentes serão punidos com a exclusão dos estudos.

§ 2.º As penas disciplinares deste artigo e do antecedente não ientam os delinquentes das em que incorrem segundo a legislação commum.

Art. 28. Si os delictos dos artigos antecedentes, forem praticados por estudantes do ultimo anno, serão elles punidos com a suspensão do exame; si este já tiver sido feito, com a demora da collação do grão ou com a retenção do diploma, pelo tempo correspondente ao das penas marcadas nos mesmos artigos.

Art. 29. Das penas de suspensão de estudo ou de exame, demora da collação do grão ou retenção de diploma, cabe recurso voluntario para o Governo.

§ 1.º Este recurso será interposto dentro de oito dias contados da data da intimação, que é feita pelo porteiro.

§ 2.º Será interposto por simples petição, a que o recorrente juntará as razões e documentos que entender convenientes.

§ 3.º O seu effeito só é suspensivo quando a pena imposta for a de suspensão de estudos ou a de exclusão.

Art. 30. O Governo, a que será presente todo o processo, resolverá definitivamente, confirmando, revogando ou modificando a decisão da Congregação.

Art. 31. O estudante que, chamado pelo director, não comparecer, será coagido a vir á sua presença, depois de lavrado o termo de desobediencia, pelo empregado que o for chamar, requisitando o mesmo director auxilio da autoridade policial.

Art. 32. Os lentes exercerão a policia dentro das respectivas aulas, e nos actos escolares que presidirem deverão auxiliar o director na manutenção da ordem dentro do edificio.

§ 1.º Não estando presente o director, deverão substitui-lo, na manutenção da ordem, o vice-director, e os lentes por ordem de antiguidade e, na falta de todos elles, o secretario.

§ 2.º O porteiro, serventes e os bedéis velarão na manutenção da ordem e do asseio dentro do edificio, advertindo, com toda a urbanidade, os infractores.

Si as suas advertencias não bastarem, tomarão os nomes dos ditos infractores e darão immediatamente parte do occorrido ao director e, na sua ausencia, a qualquer membro do corpo docente ou ao secretario.

Art. 33. Si qualquer pessoa estranha ao estabelecimento praticar algum ou alguns dos actos puniveis por estes estatutos, será o facto levado ao conhecimento do director, afim de que faça tomar por termo o occorrido e dê de tudo conhecimento á competente autoridade policial, para proceder na conformidade das leis.

Poderá tambem o director prohibir ao autor daquelles actos a entrada no edificio da Faculdade.

CAPITULO VI

Da inscripção para os exames

Art. 34. Haverá duas épocas de exames. § 1.º A inscripção para a primeira época se fará nos ultimos quinze dias do curso lectivo.

Os exames começarão no segundo dia depois do encerramento do curso e não excederão o prazo de quarenta e cinco dias.

§ 2.º A inscripção para a segunda época se fará nos ultimos oito dias das férias escolares.

Os exames começarão no dia seguinte ao da abertura dos trabalhos (2 de março) e terminarão na vespera da abertura dos cursos (31 de março).

§ 3.º Si, pelo crescido numero de examinandos, parecer ao director que é insufficiente o prazo indicado nos paragraphos antecedentes, serão examinadas duas turmas por dia.

Art. 35. Aos exames da primeira época serão sómente admittidos os alumnos matriculados.

Art. 36. Aos exames da segunda época serão admittidos:

I, os alumnos não matriculados;
II) os matriculados que durante o anno houverem dado 30 faltas, comprehendidas as dos cursos complementares, sendo o exame restricto ás cadeiras em que tiverem dado as ditas faltas;

III) os que na primeira época não tiverem feito exame do anno ou de alguma das cadeiras que o compõem;

IV) os reprovados na primeira época sómente em uma das materias do anno.

Art. 37. Os exames da primeira época comprehenderão sómente a materia explicada durante o anno lectivo; os da segunda abrangerão toda a materia do programma e versarão, uns e outros, nas provas que os permitirem sobre pontos formulados no acto.

Art. 38. O alumno que tiver prestado exame das materias de um anno na primeira época não poderá ser admittido, na segunda, a exame das materias do anno subsequente.

Art. 39. Os candidatos a exame deverão dirigir um requerimento ao director, demonstrando o preenchimento das seguintes condições:

I) certidão de habilitação ou de approvação nas materias que antecedem ao exame requerido, segundo a ordem do programma official;

II) identidade de pessoa;

III) pagamento da taxa;

IV) attestado de vaccina.

Parapho unico. As condições I, II e IV não se exigirão dos alumnos matriculados; a de vaccina será exigida dos não matriculados sómente para a inscripção do primeiro exame.

Art. 40. O candidato em nome de quem e com cujo consentimento algum individuo houver obtido inscripção ou feito exame, perderá este e todos os demais exames prestados até esta data, sem embargo do procedimento criminal, que no caso couber contra as pessoas implicadas no facto.

Para esse effeito o director dará conhecimento do facto ao Governo e aos directores dos outros estabelecimentos.

Art. 41. Ao director compete ordenar que o secretario faça as inscripções de exame dos estudantes, cujos requerimentos estejam conformes ás disposições antecedentes.

Art. 42. As inscripções para os exames serão lançadas, como as inscripções para a matricula, em livros especiais para cada cadeira ou anno, com termo de abertura e de encerramento lavrados pelo secretario e assignados pelo director.

Os lançamentos serão feitos de modo que fique uma margem no livro respectivo, em

que se possa mencionar o resultado do exame de qualquer materia ou o anno em que o estudante tenha sido examinado.

Art. 43. Os alumnos serão chamados pela ordem da respectiva inscripção.

Art. 44. O pagamento da taxa para inscripção do exame só dá direito a este na época em que tiver sido effectuado.

Art. 45. É extensivo á inscripção de exame, no que lhe for applicavel, o disposto no capitulo IV, sobre a matricula.

CAPITULO VII

Dos exames

Art. 46. No dia seguinte ao do encerramento dos cursos, ou no da abertura dos trabalhos, se reunirá a Congregação para a designação dos examinadores e determinação da ordem em que devem ser feitos os exames.

Art. 47. Os exames serão prestados por cadeiras e aulas.

As comissões examinadoras serão constituídas pelo lente do anno ou por quem o substituir na regencia das cadeiras, designando a Congregação o terceiro membro da comissão examinadora do primeiro anno.

§ 1.º No caso de incompatibilidade proveniente de parentesco por consanguinidade ou afinidade, em gráo prohibido, entre lentes, que devem compor a mesma comissão examinadora, cada um delles funcionará por sua vez em annos alternados.

§ 2.º Para os impedimentos que occorrerem no decurso dos exames, o director proverá na substituição.

Na falta dos lentes ou substitutos, poderão ser chamados os lentes em disponibilidade ou os doutores ou bachareis em direito, que tenham, pelo menos, cinco annos de pratica de advocacia.

§ 3.º As comissões que não poderem assim ser formadas, serão organizadas pela Congregação, como julgar mais conveniente.

Art. 48. As comissões examinadoras serão presididas pelo lente mais antigo, a quem incumbe decidir as questões de ordem e mais de outros tantos nomes que se lhes seguirem, os quaes, pela ordem da collocação, substituirão os examinandos que não comparecerem.

Art. 49. O secretario organizará a lista dos estudantes inscriptos, mandará, affixal-a em logar conveniente e remetterá, diariamente, á mesa examinadora, a relação dos alumnos que devem ser chamados a exame e mais de outros tantos nomes que se lhes seguirem, os quaes, pela ordem da collocação, substituirão os examinandos que não comparecerem.

Paragrapho unico. São prohibidas as trocas de logares para os exames entre os alumnos.

Art. 50. Cada turma terá o numero de examinandos que a congregação fixar.

Art. 51. O examinando que faltar á chamada para qualquer das provas, só poderá ser chamado de novo na mesma época, si justificar perante o director, com audiencia da comissão examinadora, o motivo de sua falta, não podendo, porém, sel-o mais de duas vezes na mesma época.

Art. 52. Haverá para cada cadeira duas provas, a saber: uma prova escripta, uma prova pratica e oral, ou somente oral nas cadeiras de ensino theorico.

§ 1.º A prova pratica e oral comprehenderá as cadeiras de medicina publica e theorica e pratica do processo civil, commercial e criminal, durando a arguição até meia hora.

§ 2.º Na sessão da Congregação, em que se deliberar sobre os exames, os membros das comissões examinadoras apresentarão a lista dos pontos para a prova pratica.

Quando os lentes forem designados pelo director, apresentarão essas listas dentro de 48 horas.

Art. 53. A prova pratica e oral será publica, a escripta feita a portas fechadas.

Art. 54. No dia designado para a prova escripta, collocar-se-hão em uma urna e em tiras de papel conveniente mente dobradas os numeros correspondentes aos artigos dos programma das cadeiras.

§ 1.º O primeiro alumno da turma, tirando da urna uma das tiras de papel, a entregará ao presidente, que, lendo em voz alta o numero, verificará o correspondente artigo do programma, formulando em seguida o lente da cadeira, com a approvação dos outros membros da mesa, as questões que devem fazer objecto do exame de toda a turma.

§ 2.º As questões formuladas serão transcriptas, por ordem do lente da cadeira, em uma taboa preta collocada á vista dos examinandos.

§ 3.º Feito o sorteio e chamado cada examinando pelo presidente da mesa, este lhe entregará uma folha de papel rubricada pelo fiscal do governo e as mais que posteriormente pedir, afim de escrever a sua prova, que assignará.

Art. 55. É vedado aos examinandos ter consigo papeis ou livros, excepção feita da legislação patria, não podendo communicar-se entre si, durante o preparo das provas.

Si algum precisar sahir da sala do exame, antes de terminado o trabalho, só poderá fazel-o com licença do presidente da comissão examinadora, que o mandará acompanhar por pessoa de confiança.

Art. 56. O examinando terá duas horas para a prova escripta, a qual se fará em tantos dias quantas forem as materias do anno.

Paragrapho unico. Na prova simplesmente oral, o lente arguirá o alumno até vinte minutos sobre o assumpto que escolher.

Art. 57. Recolhidas no tempo marcado e no estado em que se acharem as provas escriptas de toda a turma, lançará a comissão examinadora sobre cada uma dellas a nota que merecer: *optima, boa, soffrivel ou má*.

Art. 58. Será considerado reprovado o alumno que tiver escripto sobre assumpto differente do que lhe coube por sorte, ou nada tiver escripto, ou for sorprendido em consultas de apontamentos ou livros não permitidos, não lhe sendo concedido, neste ultimo caso, o direito de fazer exame na segunda época.

Art. 59. Realizadas as provas escriptas de todos os alumnos do anno, começará a prova pratica e oral.

§ 1.º A prova pratica e oral consistirá na execução de um trabalho pratico designado pela sorte, com arguição ulterior da materia delle e tambem de outros assumptos da mesma disciplina, á vontade do examinador.

§ 2.º Na prova simplesmente oral, como já foi dito, o lente examinará o alumno até vinte minutos sobre o assumpto que escolher.

§ 3.º Nesta prova, os examinandos serão arguidos segundo a ordem de chamada.

Art. 60. Terminados os exames, a comissão julgadora, tendo presentes as provas escriptas, procederá em seguida ao julgamento, que será por votação nominal e separadamente, sobre as materias de cada cadeira ou aula.

Art. 61. A qualificação do julgamento se fará do seguinte modo:

1.º Será considerado *reprovado* o alumno que não tiver a maioria dos votos favoráveis;

2.º Será *approvado p'enamente* o que, tendo obtido unanimidade de votos favoráveis, alcançar igual resultado em segundo escrutínio, a que immediatamente se procederá;

3.º Será *approvado com distincção* o que for proposto por algum dos membros da comissão julgadora e, em nova votação alcançar todos os votos favoráveis.

Nos outros casos de julgamento, o alumno terá a nota de *approvado simplesmente*.

Paragrapho unico. Haverá na approvação simples os grãos de 1 a 5, e na plena os de 6 a 9, que servirão para indicar, na escala ascendente, o merecimento das provas.

Approvação com distincção corresponderá ao gráo 10.

A determinação do gráo será objecto de nova votação.

Art. 62. Será permittido aos estudantes *approvados simplesmente* inscreverem-se de novo para o mesmo exame na época propria.

Neste caso, prevalecerá a nota do segundo exame, quer seja de approvação, quer de reprovação.

Art. 63. O alumno que, embora feita a prova escripta, não terminar na mesma época o exame da cadeira ou aula, terá de repetir a dita prova.

Paragrapho unico. A reprovação em uma ou algumas cadeiras não induz á perda do exame nas outras cadeiras do mesmo anno em que o alumno tiver sido *approvado*.

Art. 64. O fiscal do governo assistirá aos exames, rubricará os papeis para as provas e assignará com a comissão julgadora o termo lavrado no livro competente e de onde conste o resultado do julgamento.

CAPITULO VIII

Do gráo de bacharel

Art. 65. Aos que tiverem sido *approvados* em todas as materias do curso será conferido o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.

Art. 66. Este gráo, como nas faculdades officiaes, habilita para a advocacia, a magistratura, a diplomacia, o notariado e os outros cargos em que o mesmo é por lei exigido.

Art. 67. O distinctivo do gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes é um anel de rubi ladeado de dous brilhantes, tendo gravadas no aro, proximo ao engaste, de um lado a balança, e de outro a taboa da lei.

O bacharel póde, no exercicio de suas funções, usar becca de accordo com o figurino mandado adoptar por acto do Ministerio do Interior e da Justiça.

Art. 68. A collação do gráo de bacharel se fará em sessão solemne, sendo o respectivo dia designado pelo director da Faculdade e anunciado por edital nas folhas publicas.

Art. 69. Para essa sessão serão convocados os lentes e substitutos e convidadas as pessoas distinctas por titulos scientificos ou litterarios, ou por sua posição social.

Paragrapho unico. Aos alumnos será permittido, a expensas suas, dar todo o realce á solemnidade.

Art. 70. Terá começo a sessão com a leitura feita pelo secretario das notas de approvação nos exames do quinto anno de cada um dos bacharelandos.

Em seguida, serão chamados os graduados, cada um por sua vez, para receberem a investidura.

O primeiro a quem esta for conferida fará, na integra, a promessa constante do *Anuário*, ratificando os seguintes a mesma promessa.

Art. 71. O grão será conferido a cada alumno, segundo a ordem dos exames finais. Paragrapho unico. No momento da collação do grão, os membros do magisterio e expectadores se conservarão de pé.

Art. 72. Ao conferir o grão a cada alumno, o director pronunciará as palavras consignadas no *Anexo*.

Art. 73. Feita a collação do grão, aquelle dos novos bachareis que houver sido escolhido por seus companheiros, recitará um discurso congratulatorio, o qual será previamente apresentado ao director, que eliminará o que nelle houver de inconveniente.

A este discurso responderá o paranympho, que será um lente eleito pelos bachareis, dando-se em seguida por finda a cerimonia.

Art. 74. Aos alumnos que não poderem, por motivo justificado, a juizo do director, receber o grão em acto solemne, só depois o receberão no dia em que o director julgar conveniente e em presença de tres lentes.

Art. 75. Dos actos de collação do grão de bacharel se lavrará termo subscripto pelo secretario e assignado pelo director.

CAPITULO IX

Da defesa de theses

Art. 76. O bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade Livre de Direito ou por algumas das faculdades federaes ou a estas equiparadas, que pretender o grão de doutor, requererá ao director que o mande inscrever para defesa de these.

O seu requerimento será instruido :

1º, com a carta de bacharel ou com a publica-forma della, justificando a impossibilidade da apresentação do original ;

2º, com folha corrida no seu domicilio ;

3º, com quaesquer outros documentos, provando o exercicio de funções publicas, de advocacia, que entender conveniente apresentar ;

4º, certidão do pagamento da taxa.

Art. 77. A defesa de theses effectuar-se-ha dentro dos primeiros 15 dias posteriores á abertura dos trabalhos.

Paragrapho unico. Poderá ter logar durante as férias escolares, si assim o deliberar a Congregação.

Art. 78. No principio do anno lectivo, os lentes em exercicio enviarão ao director uma lista contendo dez questões sobre as materias de sua cadeira.

§ 1.º Estas questões, depois de approvadas pela Congregação e lançadas na acta da sessão respectiva, serão pelo secretario numeradas e transcriptas em livro especial, que será, em qualquer tempo, franqueado aos candidatos ao doutoramento.

2.º Dentre as ditas questões escolherá o doutorando aquella sobre que pretenda escrever as theses.

Art. 79. O requerimento para inscripção será entregue ao secretario, o qual passará recibo delle ao portador, declarando o nome do pretendente, os documentos apresentados e o dia da apresentação.

§ 1.º A inscripção se fará em livro especial, em que o candidato assignará conjuntamente com o secretario.

Feita ella, o director convocará a Congregação afim de designar dia para a apresentação das theses e sortear a commissão composta de tres lentes, que as tem de examinar e approvar.

§ 2.º As theses consistirão em tres proposições, pelo menos, sobre cada uma das materias do curso.

§ 3.º A commissão, no prazo de tres dias, contados do recebimento das theses, apresentará o parecer por escripto ao director, que delle incontinentemente dará conhecimento ao doutorando.

§ 4.º Si o doutorando não se conformar com o parecer da commissão, poderá delle recorrer por meio de requerimento ao director.

Este, immediatamente, convocará os dous lentes mais antigos entre os que não tiverem feito parte da commissão e com elles tomará conhecimento do recurso, sendo definitiva a decisão.

Art. 80. Approvadas as theses, serão impressas a expensas do doutorando, o qual entregará ao secretario cincoenta exemplares, dentro de vinte dias.

O frontespicio das theses deve conter simplesmente o seu objecto e fim e o nome do autor.

Paragrapho unico. Recebidas as theses pelo secretario, e communicado por elle immediatamente o seu recebimento ao director, será convocada a Congregação para proceder em sessão publica ao sorteio dos lentes, que devem compor a commissão julgadora.

Esta será de sete membros, a saber: o director, cinco lentes sorteados, um de cada anno, e o de medicina publica.

Si o director não fizer parte do corpo docente, será sorteado mais um lente.

Art. 81. Além das theses, o doutorando apresentará, no dia da defesa, uma dissertação sobre assumpto importante, á sua escolha, de quaesquer das disciplinas do curso.

Essa dissertação será lida pelo doutorando, na primeira hora e, em seguida, entregue ao presidente do acto.

Argui-o-ha sobre ella, si quizer, o lente mais antigo dos sorteados.

Será tambem impressa á custa do doutorando, si for approvado, e distribuida pelos lentes antes do dia da collação do grão.

Art. 82. O director marcará os dias e a hora das defezas de theses, que presidirá.

Paragrapho unico. Cada examinador arguirá o doutorando durante meia hora, começando pelo mais moderno.

Art. 83. Si as theses, depois de impressas, não combinarem em doutrina com o original approvado, o director não consentirá que sejam defendidas e mandará intimar o seu autor para reformal-as e reimprimil-as á sua custa.

Paragrapho unico. Si as alterações denunciarem má fé, o director levará o occorrido ao conhecimento da Congregação, para esse fim convocada.

Esta resolverá ou que o doutorando seja reprehendido pelo director perante ella ou adiará a defesa para a época seguinte, conforme a natureza e a gravidade das alterações.

Art. 84. Si forem dous ou mais os doutorandos, logo que se concluir o sorteio dos lentes para o primeiro, proceder-se-ha, pelo mesmo processo, ao sorteio da commissão examinadora do segundo e assim por deante.

Em seguida, o director mandará affixar no logar do costume e publicar pela imprensa um edital em que se declare o dia da defesa das theses de cada candidato, mandando distribuil-as por todos os membros da commissão.

Art. 85. A defesa das theses se realizará no oitavo dia depois do sorteio dos examinadores ou no immediato, si aquelle for feriado.

§ 1.º No dia e hora determinados, os lentes que estiverem em effectivo exercicio, precedidos do director, se dirigirão á sala dos actos solemnes, com as insignias do seu grão e, subindo ao doutoral, o director tomará o primeiro assento, seguindo-se os lentes e substitutos, na ordem da antiguidade.

§ 2.º O candidato será em seguida introduzido na sala pelo porteiro.

Recebido á porta pelo secretario, este o acompanhará ao logar que lhe é reservado,

ao lado do director, na mesma sala, perto do doutoral, onde estará uma mesa convenientemente ornada, e irá depois sentar-se do lado opposto, junto de outra mesa sobre a qual estará uma ampulheta de meia hora, para regular o tempo da arguição de cada examinador.

§ 3.º Terminada a defesa das theses, sahirão da sala o doutorando e os assistentes e, fechadas as portas, o presidente do acto e os examinadores procederão ao julgamento por lista assignada, cujo resultado o secretario lançará no respectivo livro, por termo que será subscripto pelos examinadores e pelo presidente.

Na declaração do resultado final, o secretario usará sempre de uma destas fórmulas *approvado com distincção — approvado plenamente — approvado simplesmente — reprovado*, conforme o numero e qualidade dos votos apurados, nos termos do art. 61.

Art. 86. No dia ou dias seguintes aos das defezas das theses do primeiro doutorando, ou no immediato, si aquelle for feriado, será arguido e julgado o segundo, e assim por deante até o ultimo, observando-se a respeito de cada um as formalidades declaradas.

Art. 87. O doutorando, que for approvado, entregará na secretaria da Faculdade com exemplares impressos de suas theses e dissertações.

Paragrapho unico. O director remetterá ao Governo, pelo menos, quatro exemplares das ditas theses e ás outras Faculdades do direito, federaes ou equiparadas, numero sufficiente para serem distribuidos pelos lentes e archivados nas respectivas bibliotecas.

Art. 88. A approvação simples não impedirá a collação do grão; todavia, o doutorando poderá defender novas theses, prevalecendo, neste caso, a nota do segundo julgando.

CAPITULO IX

Da collação do grão de doutor

Art. 89. Aos bachareis approvados em defesa de theses, será conferido o grão de doutor em sciencias juridicas e sociaes.

Paragrapho unico. Os distinctivos deste grão são: o anel com o rubi circundado de brilhantes, tendo gravados no aro, de um lado, a balança, e de outro, a taboa da lei, a borla e o capello.

Os doutores podem usar becca igual á dos bachareis.

Art. 90. Na collação do grão de doutor se observarão as seguintes formalidades :

1.º O doutorando escolherá um lente para lhe servir de paranympho, o qual o acompanhará em todos os actos, desde a sua chegada;

2.º Ao chegar á porta principal do edificio, será o doutorando recebido pelo porteiro e bedeis, que o levarão até uma sala, onde aguardará a hora marcada para a collação do grão;

3.º A essa hora, dirigir-se-hão para a sala, onde estiver o doutorando, o director e tolos os lentes, precedidos do secretario, porteiro e bedeis da Faculdade.

O doutorando virá enconral-os á porta e, ahí reunidos, seguirão para a sala dos grãos, onde haverá, no logar mais conveniente, uma mesa e cadeira de espaldar para o director e, ao lado esquerdo, duas cadeiras — uma para o doutorando e a outra para o paranympho, que lhe dará sempre a direita.

4.º Os doutores pelas Faculdades federaes ou a estas equiparadas, pelas academias e universidades estrangeiras, que comparecerem com as respectivas insignias, tomarão no doutoral assento promiscuamente, logo abaixo do substituto mais moderno.

Si entre esses doutores houver algum ou alguns que sejam lentes, estes precederão os outros aquelles, guardando entre si a ordem da antiguidade.

5.º Tendo todos tomado assento, fará o secretario leitura do termo de approvação.

Em seguida, o doutorando recitará um discurso analogo á solemnidade e terminará pedindo o gráo a que tem direito.

O discurso será préviamente submettido á apreciação do director, que eliminará o que nelle achar inconveniente.

6.º Findo o discurso, o paronympho do doutorando o apresentará ao director, o qual, depois de ouvir a promessa constante do Anexo, lhe ornará o dolo com o anel e conferirá o gráo, pondo-lhe a borla sobre a cabeça e revestindo do capello e proferindo as palavras igualmente mencionadas no Anexo.

7.º Recebido o gráo, o novo doutor cumprimentará o director e todos os lentes e irá sentar-se no doutoral, logo abaixo do lente mais moderno.

O paronympho dirigirá-lhe um discurso, congratulando-se pelo feliz resultado de seus esforços e mostrando-lhe a importancia do gráo que acaba de receber e o uso que na sociedade deve fazer de suas letras.

8.º O director declarará finda a cerimonia e o novo doutor será acompanhado até a porta do edificio da Faculdade pelo mesmo prestito que o acompanhou da sala de espera para a dos grãos.

Paragrapho unico. De todo este acto se lavrará termo, assignado pelo director, pelo paronympho e pelo secretario.

Art. 91. Si concorrer mais de um doutorando no mesmo dia, serão recebidos pela mesma maneira que o primeiro, na sala de espera, á proporção que forem chegando e dahi irão juntos para a sala dos grãos.

Paragrapho unico. Neste caso, o discurso será recitado pelo doutorando que para este fim houver sido escolhido pelos outros.

O mais antigo fará a promessa, por extenso, dizendo os outros simplesmente — *Ita responde*, e o gráo de doutor será conferido successivamente a cada um d'elles, pela ordem de precedencia na defesa das theses.

Cada doutorando poderá levar seu paronympho, mas proferirá o discurso aquelle que for escolhido pelos mesmos dourandos.

Art. 92. Haverá na sala do gráo logares reservados para o fiscal do Governo e as pessoas que pela congregação forem convidadas para assistirem ao acto.

Titulo segundo

CAPITULO I

Da administração da Faculdade

Art. 93. A administração, salvo os casos da competencia da Congregação, é exercida pelo director, vice-director e thesoureiro.

§ 1.º O director, vice-director e thesoureiro serão eleitos pela congregação biennialmente no dia 11 de junho, por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos.

§ 2.º A posse lhes é dada no mesmo dia.

§ 3.º Servirão por dois annos e, sómente no caso de renuncia, se effectuará nova eleição para o cargo vago, cabendo ao novo eleito completar o tempo de exercicio que competia aquelle a quem substituiu.

Art. 94. O director, vice-director o thesoureiro serão eleitos dentre os lentes cathedrauticos e exercerão as funcções sem prejuizo de suas cadeiras.

Art. 95. No caso de impedimento temporario do director, vice-director e thesoureiro, assumirá provisoriamente a directoria o lente mais antigo que, estiver em exercicio, e este providenciará sobre a substituição do vice-director e thesoureiro, chamando

para esses logares quaesquer dos lentes cathedrauticos.

Si o impedimento exceder de seis mezes, a Congregação resolverá.

Art. 95. Incumbe ao director:

1.º Convocar, por aviso expedidos a cada um dos lentes, a Congregação, não só nos casos determinados por estes estatutos, como naquelles em que, ou por deliberação propria ou sobre requisição escripta de qualquer lente, o mesmo director julgar necessaria a convocação, marcando a hora da reunião, de modo a evitar, tanto quanto possível, a interrupção das aulas ou dos exames.

2.º Presidir e dirigir as sessões da Congregação.

3.º Assignar com o secretario as actas das sessões da Congregação.

4.º Observar e fazer observar os presentes estatutos e os decretos e regulamentos expedidos pelo Governo Federal sobre o ensino superior.

5.º Nomear as comissões que não devem ser nomeadas pela Congregação.

6.º Assignar a correspondencia official, os termos e despachos lavrados em nome ou por deliberação da Congregação ou em virtude destes estatutos.

7.º Executar ou fazer executar as decisões da Congregação.

8.º Resolver acerca dos requerimentos cujo assumpto for de sua competencia e encaminhar os outros, segundo a especie, ou ao Governo ou á congregação.

9.º Providenciar sobre tudo quanto for necessario para as sessões da Congregação, celebração dos actos e serviços das aulas.

10.º Conceder licença aos lentes, quer cathedrauticos, quer substitutos, até quatro mezes.

11.º Organizar o orçamento da despesa annual e, de accordo com o thesoureiro, proceder ao rateio das quotas entre os lentes e ordenar o pagamento dos demais funcionarios e das demais despesas.

12.º Informar os recursos dos actos e decisões da Congregação.

13.º Regular os trabalhos da secretaria e da bibliotheca e prover em tudo quanto for necessario ao serviço do estabelecimento.

14.º Assistir, sempre que lhe for possível, ás aulas, exercicios praticos e exames.

15.º Inspeccionar os cursos livres, que por ventura, forem permittidos na Faculdade, por pessoas estranhas ou pelo corpo docente.

16.º Exercer a policia do estabelecimento, empregando a maior vigilancia na manutenção dos bons costumes, impondo as penas cuja applicação lhe cabe pelos presentes estatutos.

17.º Nomear ou demittir o porteiro, continuos, bedéis, guardas e serventes.

18.º Suspender, com privação de vencimentos, até 15 dias, o secretario ou bibliothecario.

19.º Remetter ao Governo, no fim de cada anno lectivo, um relatório circumstanciado sobre todos os trabalhos da Faculdade.

Art. 97. Incumbe ao vice-director substituir o director em seus impedimentos.

Art. 98. Incumbe ao thesoureiro:

1.º Zelar pela boa applicação dos haveres da Faculdade, orçanzado balaços mensaes da receita e despesa.

2.º Receber e ter sob sua guarda e responsabilidade a importancia das taxas, emolumentos e outras rendas da Faculdade.

3.º Apresentar, no fim do anno lectivo, á Congregação o balanço da despesa e receita e prestar á mesma as contas respectivas.

4.º Proceder ao rateio entre os lentes e ao pagamento dos demais funcionarios, de accordo com o director.

Art. 99. O director, o vice-director e o thesoureiro podem continuar no exercicio das

funcções dos respectivos cargos ainda no goso de licença como lentes.

CAPITULO II

Da Congregação dos lentes

Art. 100. A Congregação compõe-se de todos os lentes cathedrauticos e substitutos em exercicio.

Ella não póde exercer as suas funcções sem a presença de mais de metade dos lentes que estiverem em exercicio effectivo, excepto no caso de sessão solemne, que se fará com qualquer numero.

Art. 101. Salvo caso de força maior, a convocação dos lentes para as sessões da congregação será feita por officio do director, com antece lencia, pelo menos, de 24 horas.

Nesse officio, quando não houver inconveniente, será declarado o fim principal da reunião.

§ 1.º Si até meia hora depois da marcada não se reunir a maioria dos lentes convocados, o director fará lavrar uma acta, mencionando o nome dos presentes e marcará novo dia para a reunião, que poderá funcionar com a presença de sete membros, incluindo o director.

§ 2.º Nas sessões servirá de secretario o da Faculdade, que tomará parte nas discussões como informante, sem direito de voto, salvo si for lente em exercicio.

Art. 102. Aberta a sessão, o secretario procederá á leitura da ultima acta, a qual depois de discutida e approvada, será assignada pelo director o o mesmo secretario.

Em seguida, o director exporá em resumo o objecto da reunião e dará, para discutil-o a palavra aos lentes que a pedirem.

N. caso de conter esse objecto partes distinctas, poderá qualquer dos lentes requerer que seja cada uma dellas discutida o votada separadamente.

§ 1.º Durante a discussão, nenhum lente fallará mais de vinte minutos cada vez, nem mais de duas vezes sobre cada materia, salvo si tiver por fim dirigir a ordem dos trabalhos ou dar alguma explicação.

§ 2.º Finda a discussão de cada objecto, o director o sujeitará á votação, que, quando nominal, principiará pelo lente mais moderno, votando, porém, antes d'elle, o na mesma ordem, os substitutos em exercicio.

§ 3.º As deliberações da congregação serão tomadas por maioria dos membros presentes, excepto quando estes estatutos outra coisa determinarem.

Si o assumpto interessar particularmente a algum dos lentes, a votação se fará por escrutinio secreto, prevalecendo, no caso de empate, a opinião mais favoravel ao interessado.

Este poderá tomar parte na discussão, mas não vota nem assiste á votação.

§ 4.º O director, a fim do seu voto como lente, tem o de qualidade.

Art. 103. Resolvendo a congregação que fiquem em segredo algumas das suas decisões, lavrar-se-ha dellas uma acta especial, que será fechada e sellada com o sello da Faculdade.

Sobre a capa o secretario lançará a declaração, assigna-la por elle e pelo director, do que o objecto é secreto, e annotará o dia em que assim se deliberou.

Esta acta ficará sob a guarda e responsabilidade do mesmo secretario.

Art. 104. Esgotado o objecto principal da sessão, os lentes terão o direito de propor o que lhes parecer conveniente á boa execução destes estatutos, ao desempenho do serviço, ao progresso e aperfeiçoamento do ensino e repressão dos abusos introduzidos ou praticados por lentes, empregados ou estudantes.

§ 1.º Si, por falta de tempo, algumas das questões propostas não puderem ser decididas na mesma sessão, ficarão adiadas, marcando, neste caso, a Congregação o dia em que a discussão deve continuar, avisando-se para isso os lentes que não estiverem presentes.

§ 2.º O secretario lançará por extenso na acta de cada sessão as indicações propostas e o resultado das votações e, por extractos, os requerimentos das partes e mais papeis submettidos à Congregação, assim como as deliberações tomadas por ella, as quaes serão transcriptas em forma de despacho nos requerimentos destinados, conforme seu objecto, a serem archivados ou devolvidos às partes.

A Congregação poderá, não obstante, mandar inserir por extenso as suas resoluções nos papeis em que julgar devam ellas ficar assim registradas.

Art. 105. Cada sessão durará duas até tres horas, podendo ser prorogada por deliberação da maioria dos lentes.

Art. 106. A Congregação compete em geral tomar todas as medidas ordinarias ou extraordinarias a bem do ensino e da direcção collectiva dos negocios da Faculdade.

Compete-lhe particularmente, além das attribuições que lhe são conferidas em outros artigos dos presentes estatutos:

1.º Representar a Faculdade e corresponder-se com as faculdades e corporações scientificas nacionaes ou estrangeiras, com o governo e com o fiscal, por si e por intermedio do director.

2.º Eleger biennialmente o director, o vice-director e o thesoureiro, nomear os lentes e autorizar a troca das respectivas cadeiras.

3.º Conferir o titulo de professor honorario a juriscultos patrios ou estrangeiros de reconhecida nomeada.

4.º Approvar ou alterar os programmas do ensino das differentes cadeiras e os pontos para o concurso e defesa de theses.

5.º Conceder aos lentes em exercicio licença, desde que o pedido exceda de quatro mezes.

6.º Exercer inspecção sobre os methodos de ensino e execução dos programmas das licções.

7.º Eleger as commissões que julgar necessarias para os trabalhos da Faculdade.

8.º Distribuir o serviço do ensino e dos exames e marcar o horario das aulas.

9.º Prestar todo o auxilio ao director para que se mantenha na Faculdade o regimen disciplinar e a policia academica.

10.º Resolver sobre as propostas apresentadas pelo director e lentes e sobre os requerimentos da sua competencia e que lhe forem dirigidos.

11.º Designar, na primeira reunião do anno, o lente que redija a *Memoria historica* dos acontecimentos mais notaveis que occorrerem nesse anno escolar.

12.º Fixar, sob proposta do director, o numero e vencimento dos empregados.

13.º Nomear o secretario, sob proposta do director, suspendel-o e demittil-o.

14.º Approvar o orçamento annual da despesa e as contas respectivas, bem como autorizar as despesas extraordinarias.

15.º Organizar os regulamentos necessarios e reformal-os, bem como os presentes estatutos.

Art. 107. Na falta do director, a Congregação será presidida pelo vice-director e, na deste, pelo mais antigo dos cathedraticos presentes.

CAPITULO III

Das lentes, sua nomeação e posse

Art. 108. O corpo docente compõe-se de dezesseis lentes cathedraticos e oito substitutos, correspondentes ao numero de cadeiras e secções de que tratam os arts. 4.º e 5.º.

Art. 109. Os lentes e substitutos são vitalicios desde a data da posse e exercicio; só podem perder os seus logares ou por expressa renuncia ou nos casos previstos nestes estatutos.

Art. 110. Cabe ao lente cathedratico:

1.º Reger a sua cadeira, conforme o horario e programmas adoptados.

2.º Dirigir os trabalhos praticos relativos à sua cadeira.

3.º Tomar parte nas congregações e nos exames.

4.º Auxiliar o director na manutenção da ordem.

5.º Manter a policia interna das aulas;

6.º Satisfazer as requisições do director ou da Congregação, no interesse do ensino.

Art. 111. Ao substituto incumbem:

1.º Substituir os lentes da respectiva secção, nos casos de impedimento e quando para esse fim forem chamados.

2.º Fazer os cursos complementares, de accordo com as disposições vigentes.

Art. 112. É licita aos lentes cathedraticos a permuta entre si das cadeiras que regem, precedendo a approvação da Congregação.

Paragrapho unico. O lente cathedratico tem direito, no caso da vaga de alguma cadeira, de requerer para ella a sua transferencia, sendo o lente substituto da respectiva secção nomeado cathedratico da cadeira vaga em virtude de opção.

Art. 113. Os lentes farão as preleções sobre compendio de sua livre escolha, si não o tiverem proprio, com inteira liberdade de doutrina, uma vez que não offendam a moral, os bons costumes e as leis do paiz.

Art. 114. O lente que deixar de comparecer, para exercer as suas funções, por espaço de seis mezes, sem solicitar licença nem fazer communicação alguma, será considerado resignatario e excluido do quadro do corpo docente.

§ 1.º No caso de um lente faltar a serviço da Faculdade seis vezes consecutivas sem causa justificada, o director providenciará no sentido da sua substituição, sendo permittida a accumulção de cadeiras quando o mesmo director assim julgar conveniente ao bom andamento do ensino e o lente convidado se prestar á accumulção.

§ 2.º Os lentes que durante um mez derem mais de seis faltas sem justificção perderão os vencimentos correspondentes ao numero de presenças em todo o mez.

§ 3.º Si as faltas se repetirem, embora sem attingirem o numero precedentemente indicado, o director deverá estabelecer um curso complementar da respectiva cadeira (quando ainda não o haja), convidando para esse fim um dos cathedraticos ou substitutos da secção.

Art. 115. Os lentes cathedraticos e substitutos usarão das suas insignias magistraes e doutoracs nos seguintes actos:

1.º Nas visitas do chefe do Estado, officialmente annunciadas.

2.º Nos exames.

3.º Nos concursos.

4.º Nos actos de defesa de theses.

5.º Na collação de grãos.

6.º Na posse do director e dos lentes.

Art. 116. Verificando-se qualquer vaga de lente cathedratico, será a mesma preenchida pelo substituto da secção, salvo si por ella optar qualquer outro lente.

§ 1.º Ao bacharel em sciencias juridicas e sociaes nomeado lente cathedratico ou substituto será conferido, depois da posse, o grão de doutor.

§ 2.º Os logares vagos de substitutos serão preenchidos, mediante concurso, na forma adiante indicada.

§ 3.º Todavia a Congregação pôde, por dous terços de votos de seus membros e por

escrutinio secreto, nomear lente substituto algum jurisculto notavel que se tenha distinguido por mais de seis annos no exercicio da profissão de advogado ou de cargos de magistratura ou que tenha publicado obras juridicas de reconhecido merecimento.

Art. 117. A posse dos lentes se fará em sessão especial da Congregação.

Os titulos das suas nomeações serão assignados pelo director e pelo secretario.

Paragrapho unico. A precedencia entre os lentes da Faculdade é regulada do seguinte modo:

1.º Os cathedraticos preferem aos substitutos, e em ambas as classes prevalecerá a antiguidade da nomeação ou a do grão de doutor, quando os lentes tiverem sido nomeados na mesma data;

2.º Entre os lentes cujo grão de doutor tiver sido collado na mesma data prevalecerá a antiguidade do grão de bacharel.

CAPITULO IV

Do concurso

Art. 118. Verificada a vaga de lente substituto de qualquer das secções, o director mandará annunciar o concurso para o seu preenchimento nas folhas da Capital Federal, marcando para a inscripção o prazo de dous mezes.

Si este prazo expirar durante as férias, conservar-se-ha aberta a inscripção nos dez dias uteis que se lhes seguirem.

Paragrapho unico. No caso de haver mais de uma vaga, a Congregação resolverá qual a ordem em que devam ser postas a concurso, regulando os prazos de sorte que haja concurso especial para cada vaga.

Art. 119. Poderão ser admittidas a concurso as pessoas que estiverem no gozo dos direitos civis e politicos e possuirem o grão de doutor ou bacharel em direito pelas Faculdades federaes ou a estas equiparadas, ou que, tendo estes grãos conferidos por academias estrangeiras, si houverem habilitado por qualquer das Faculdades nacionaes.

Paragrapho unico. Para provar as condições exigidas, os candidatos deverão apresentar á secretaria da Faculdade, no acto de sua inscripção, que poderá ser feita por procurador, seus diplomas e titulos ou publicas-formas destes, justificando a impossibilidade da apresentação dos originaes, conhecimento do pagamento da taxa e folha corrida.

Poderão igualmente exhibir quaesquer outros documentos em prova de serviços prestados á sciencia do direito.

Art. 120. Si no exame dos documentos exigidos suscitar-se duvida sobre a validade ou authenticidade delles, o director a decidirá, no prazo de tres dias, com audiencia do interessado, que poderá recorrer para a Congregação.

Art. 121. O candidato que quizer inscrever-se assignará o seu nome no livro destinado á inscripção, no qual o secretario fará lavrar para cada concurso termos de abertura e de encerramento.

Art. 122. No dia fixado para o encerramento da inscripção, que poderá ser prorogada pela Congregação, reunir-se-ha esta para decidir sobre a validade das inscripções.

§ 1.º O director fará extrahir pelo secretario uma lista dos candidatos habilitados o mandará publicar pela imprensa.

§ 2.º Fimdo o prazo da inscripção, nenhum candidato será a ella admittido.

Art. 123. Si, terminado o prazo, ninguém se houver inscripto, a Congregação poderá espal-o por mais dous mezes o si, terminado o novo prazo, ninguém apresentar-se, poderá fazer por votação de dous terços dos lentes presentes a nomeação, d'entre as pes-

soas de reconhecida competencia, e que reunirem as condições mencionadas no art. 119.

Art. 124. Si algum concorrente fôr accommetido de molestia antes ou depois de tirado o ponto, de modo que fique inhabilitado para fazer qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante a Congregação, que, si o julgar legitimo, espaçará o acto até oito dias.

§ 1.º Havendo um só candidato, o concurso será adiado pelo tempo que a Congregação parecer conveniente.

§ 2.º No caso de já haver sido tirado o ponto, dar-se-ha outro em occasião opportuna, observando-se novamente o processo respectivo.

Art. 125. O candidato que, ainda mesmo por motivos de molestia, retirar-se de qualquer das provas depois de começadas, ficará excluído do concurso.

Art. 126. Si, encerrada a inscripção, algum candidato entender que ha suspeição ou incompatibilidade de ordem moral entre si e qualquer membro da Congregação, poderá em requerimento dirigido á mesma Congregação argui-lo de suspeito.

Art. 127. Apreciando os fundamentos da allegação, a Congregação decidirá si o lente recusado deve ou não funcionar no concurso, e, no caso affirmativo, o director lhe designará substituto.

Art. 128. O concurso ao logar de substituto constará de tres ordens de provas a saber:

1.º Prova escripta sobre uma das cadeiras da secção designada por sorte.

2.º Provas oraes.

3.º Provas practicas.

§ 1.º As provas oraes serão tantas quantas as materias da secção, as practicas, tambem nas materias que as comportarem.

§ 2.º Quando a secção for constituída por uma só cadeira, e esta não admittir prova practica, haverá, no dia immediato ao da leitura da prova escripta, arguição sobre materia desta, nos termos do artigo seguinte:

Art. 129. No primeiro dia util depois do encerramento da inscripção, reunida a Congregação, os lentes da secção onde se deu a vaga, formarão para a prova escripta uma lista, de vinte pontos, sobre cada uma das materias da dita secção.

Paragrapho unico. Quando a secção fôr constituída por menos de tres cadeiras, a Congregação elegerá mais um ou dous lentes para compôr com o outro ou com os outros da secção uma commissão de tres, encarregada de formular os referidos vinte pontos.

Art. 130. O concurso para o logar de substituto da cadeira de medicina publica será feito em presença da Congregação perante um jury de sete membros, sendo tres lentes da Faculdade e quatro doutores em medicina, eleitos ou convidados pela mesma Congregação.

§ 1.º Essa eleição se effectuará em reunião da Congregação dez dias antes da terminação do prazo marcado para a terminação do concurso a que presidirá o director, sem todavia ter voto.

§ 2.º Terminado o concurso, serão o processo e a acta do julgamento submettidos á Congregação para a nomeação definitiva do substituto.

A mesma poderá divergir do voto emitido pelo jury, mandando que se proceda a novo concurso.

Art. 131. Podem concorrer para o logar de substituto da cadeira de medicina publica os doutores em medicina, sendo todavia, em igualdade de condições, preferidos para a nomeação os bachareis ou doutores em direito.

Paragrapho unico. Neste concurso serão dez os pontos da prova practica; a commissão incumbida de organizar-las e de fiscalizar a prova será eleita pelo jury.

Art. 132. Constituída a commissão organizardora, designar-se-ha dia e hora para o começo das provas, o que será annuciado pela imprensa com a devida antecedencia.

Art. 133. Os pontos para a prova escripta, depois de approvados pela Congregação, que os poderá modificar, serão numerados pelo director.

O secretario escreverá os numeros correspondentes em pequenas tiras do papel, iguaes em tudo, as quaes, depois de dobradas, serão lançadas em uma urna.

Paragrapho unico. O ponto, uma vez sorteado, não figurará na lista dos que tem de servir para as outras provas, nem para mais de uma turma.

Art. 134. Lançar-se-hão em outra urna tiras de papel com os nomes dos lentes que se acharem presentes.

Desta urna, o lente mais antigo extrahirá oito tiras, escrevendo-se os nomes dos lentes á proporção que forem sorteados.

§ 1.º Serão logo depois admittidos os candidatos. O primeiro, na ordem da inscripção, tirará um numero da urna dos pontos e, lido pelo director em voz alta o ponto correspondente, o secretario dará uma cópia delle a cada candidato.

§ 2.º Os candidatos se recolherão immediatamente a uma sala, onde terão, para dissertarem sobre o ponto sorteado, o prazo de quatro horas, devendo deixar em cada meia folha de papel uma pagina em branco.

§ 3.º A cada hora desse trabalho assistirão dous lentes dos oitos sorteados, na hora em que estiverem seus nomes, afim de manterem o silencio necessario e evitarem que qualquer dos concorrentes consulte livros ou papeis, salvo os volumes de legislação, ou tenha communicação com quem quer que seja.

§ 4.º Terminado o prazo, serão todas as folhas da prova de cada um rubricadas no verso pelos dous lentes que tiverem assistido ao trabalho da ultima hora e pelos outros candidatos.

§ 5.º Fechada e lacrada cada uma das provas e inscripto no envoltorio o nome do seu autor, serão todas encerradas pelo secretario em uma urna com tres chaves, uma das quaes será guardada pelo director e as outras duas pelos dous lentes a que se refere o paragrapho antecedente.

§ 6.º A urna será tambem cerrada com o sello da Faculdade impresso em laere sobre uma tira de papel rubricada pelo director e pelos dous referidos lentes.

Art. 135. No segundo dia util depois da prova escripta, a Congregação se reunirá para a organização dos pontos da prova oral e o sorteio daquelle, sobre que os candidatos terão de dissertar, observando-se para esse fim o processo retro indicado, sendo, porém, de trinta o numero dos pontos.

Paragrapho unico. Terminadas as provas oraes de uma materia, começarão as da outra, si houver mais de uma na secção.

Art. 136. A prova oral se realizará em sessão publica, vinte e quatro horas depois de tirarem o ponto, devendo os candidatos sob pena de exclusão, discorrer por espaço de uma hora.

Paragrapho unico. Emquanto fallar um candidato, os que se lhe seguirem não o poderão ouvir e estarão incommunicaveis.

Art. 137. Havendo mais de tres candidatos, serão divididos em duas ou mais turmas, que tirarão pontos diversos. A divisão se fará por sorte, no dia designado para a organização dos pontos, devendo cada turma tirar o seu ponto no dia em que a anterior

fizer a prova, sempre com antecedencia de vinte e quatro horas e não podendo figurar na lista o ponto que já houver sido sorteado.

Art. 138. A commissão creada nos termos dos artigos antecedentes organizará para a prova practica das cadeiras de medicina publica e theoria e practica do processo civil, commercial e criminal, o programma dos pontos, cujo numero será determinado pela Congregação.

§ 1.º Tirado o ponto pelo candidato e lido pelo director, o secretario entregará uma cópia á commissão, que, em acto continuo, formulará as questões relativas ao ponto, si no respectivo enunciado já não estiverem formuladas.

§ 2.º A prova practica se effectuará em uma ou mais sessões, a juizo da commissão, por programma especial, que, a respeito do modo pratico de proceder, for pela Congregação organizada, dando-se delle conhecimento aos interessados, com antecedencia de 24 horas, pelo menos.

§ 3.º A commissão acompanhará a execução da prova practica e apresentará á Congregação um relatorio acerca das aptidões reveladas nella pelos candidatos.

§ 4.º Todos os documentos resultantes da prova practica serão, no acto da entrega, rubricados pela commissão, lacrados, rubricados e guardados na secretaria, afim de serem exhibidos com o relatorio da commissão no acto do julgamento.

Art. 139. No dia immediato da prova practica ou depois da prova oral, quando aquella não dever ter logar, a Congregação se reunirá para ouvir a leitura da prova escripta e proceder ao julgamento do concurso.

Art. 140. Si não tiver havido prova practica, o julgamento se fará depois da arguição de que trata o art. 128 § 2.º.

§ 1.º Aberta perante a Congregação a urna das provas escriptas, cada candidato, segundo a ordem da inscripção, receberá a sua e a lerá em voz alta, fiscalizada a leitura do primeiro pelo segundo, e a do ultimo pelo primeiro.

Havendo um só candidato, a fiscalização caberá a um dos lentes designado pelo director.

§ 2.º Lida a prova escripta e dado o caso do § 2.º do art. 128, a Congregação ouvirá, no segundo dia util, a arguição dos candidatos pela commissão de que trata o art. 12.

§ 3.º A arguição durará, no maximo, uma hora para cada lente e versará sobre a materia declarada no § 2.º do art. 128, devendo ser, neste caso, tomada por tachygraphia a prova escripta.

Art. 141. Finda a ultima prova, constituir-se-ha a Congregação em sessão secreta para ouvir a leitura do relatorio da commissão e proceder em seguida ao julgamento do concurso e á nomeação do lente.

§ 1.º Não poderão tomar parte na votação os lentes que tenham faltado a alguma das provas oraes ou não tenham ouvido a leitura da prova escripta ou a subsequente arguição.

§ 2.º Ao lente que apenas tiver deixado de ouvir a leitura da prova escripta será mantido o direito de votar, si quizer lè-la, para o que lhe será concedido pelo director um prazo razoavel.

§ 3.º O julgamento far-se-ha por votação e em lista assignada.

Art. 142. Correrão dous escrutinios: o primeiro para a habilitação dos candidatos e o segundo para a nomeação, vedendo entrar neste ultimo escrutinio somente os que houverem obtido no outro maioria absoluta de votos.

Si nenhum a obtiver, proceder-se-ha a novo concurso.

§ 1.º Depois de votarem todos os juizes do concurso, o director lerá as listas, mencionando os nomes dos signatarios e assim as apurará.

§ 2.º No caso de empate entre dous candidatos, quando forem os unicos a concorrer ou os unicos habilitados no primeiro escrutinio, cabe ao director o voto de qualidade.

§ 3.º Si nenhum dos candidatos conseguir a maioria absoluta dos votos, proceder-se-ha a novo escrutinio entre os dous que alcançaram os dous primeiros logares na ordem da votação.

Si houver mais de dous candidatos nestas condições, se abrirá a inscripção para novo concurso.

Art. 143. Nenhum lente deixará de votar para a nomeação do candidato já habilitado no primeiro escrutinio.

No caso de recusa, o seu voto será excluído do computo para a verificação da maioria absoluta.

Art. 144. Ao que tiver alcançado a maioria absoluta será conferido o cargo de lente substituto, expedido-se título passado pelo secretario e assignado pelo director.

Art. 145. A acta da sessão em que se julgar o concurso será assignada no final da mesma por todos os lentes que estiverem presentes.

Art. 146. A posse dos lentes cathedromaticos e substitutos se fará em sessão solemne da Congregação, observando-se as formalidades que em regulamento especial se determinarem.

O grão de doutor será conferido aos que o não forem, depois da mesma posse.

CAPITULO V

Das cursos livres

Art. 147. Poderão fazer cursos livres no recinto da Faculdade os profissionaes que tiverem diploma conferido pela mesma ou outras equivalencias, nacionaes ou estrangeiras.

Art. 148. Os pretendentes a cursos livres deverão dirigir ao director, na sessão da abertura dos trabalhos escolares, um requerimento acompanhado do diploma ou sua publica-forma, folha corrida, pagamento da taxa e programma que se propõem a seguir.

Esse documento será sujeito a apreciação da Congregação, que votará em escrutinio secreto sobre a petição.

§ 1.º No caso de ser attendido o candidato, o director designará a sala em que deve ser feito o curso, marcando-lhe o respectivo horario.

§ 2.º Os cursos livres ficarão sob a immediata inspecção do director e a autorização concedida para os mesmos não constitue titulo nem confere regalia especial.

§ 3.º Quando tres cursos não preencherem seus fins e nelles forem desprezados os programas, professadas doutrinas contrarias á lei ou á moral, ou se derem disturbios, o director levará o facto ao conhecimento da Congregação, á qual compete revogar a licença concedida.

Art. 149. Os professores dos cursos livres deverão remetter ao director, no fim do anno lectivo, uma informação circumstanciada acerca da marcha dos mesmos e do numero de pessoas que os tiverem frequentado.

Art. 150. A autorização para os cursos livres não excederá de um anno.

Poderá ser renovada.

Art. 151. Para os actos solemnes da Faculdade serão convidados os professores livres e se lhes dará logar especial.

Art. 152. Os cursos dos professores particulares serão diurnos ou nocturnos.

Estes ultimos não poderão funcionar depois das nove horas.

§ 1.º Os professores dos cursos livres responderão pelas despesas que fizerem, bem como pelos damnos que elles ou seus discipulos causarem nos objectos pertencentes á Faculdade.

Deverão gratificar, segundo ajuste prévio, o porteiro, bedeis e serventes que occuparem taes cursos.

Titulo terceiro

CAPITULO I

Da secretaria

Art. 153. Haverá na Faculdade uma secretaria, que funcionará todos os dias, com excepção dos domingos e dias feriados.

Art. 154. O pessoal da secretaria constará de um secretario, amanuenses e bedeis, que a Congregação, sob proposta do director, fixar.

§ 1.º O secretario é nomeado pela congregação. Deve ser bacharel em direito.

§ 2.º Os amanuenses e bedeis são da livre nomeação e demissão do director.

Art. 155. Compete ao secretario :

1.º Fazer ou mandar fazer a escripturação da secretaria.

2.º Ter sob sua guarda os livros, moveis e objectos pertencentes á faculdade.

3.º Exercer a policia não só de dentro da secretaria, fazendo sahir os que perturbarem a boa ordem dos trabalhos, como, em geral, em todas as dependencias do edificio, fiscalizando o serviço dos empregados, afim de dar circumstanciadas informações ao director.

4.º Redigir e fazer expedir a correspondencia do director, inclusive os officios de convocação para as sessões da Congregação.

5.º Comparecer ás sessões da Congregação, cujas actas lavrará.

6.º Abrir e encerrar, assignando-as com o director e o fiscal do Governo (quando este o quizer) todos os termos referentes a concurso e inscripção para matricula e exame dos alumnos.

7.º Lavrar e assignar com o director os termos não só de grão como de posse do director, vice-director, lentes, substitutos e professores ;

8.º Lavrar os termos do exame ;

9.º Organizar, sob as ordens do director e de accordo com o thesoureiro, os orçamentos das despesas da Faculdade ;

10.º Providenciar quanto ao aseo do edificio ;

11.º Encarregar-se de toda a correspondencia do estabelecimento, que não for de exclusiva competencia do director ;

12.º Informar por escripto todas as petições que tiverem de ser submettidas a despacho do director ou da Congregação ;

13.º Prestar, nas sessões da Congregação as informações que lhe forem exigidas, para o que o director lhe dará a palavra, quando julgar conveniente ;

14.º Copiar ou mandar copiar em livro proprio, com titulos distinctos, o inventario do material da secretaria, das aulas, dos exames e, em geral, de tudo o que disser respeito ao serviço do estabelecimento, exceptuado sómente o que pertence á bibliotheca.

Art. 156. A secretaria terá os seguintes livros :

1.º Para os termos de posse do director, dos lentes, substitutos e demais funcionarios ;

2.º Para o registro dos titulos do pessoal da Faculdade ;

3.º Para a inscripção da matricula em cada um dos annos e para a dos respectivos exames ;

4.º Para o registro dos diplomas, cartas, licenças, ou titulos expedidos pela Faculdade ;

6.º Para os termos de defesa de theses ;

7.º Para os concursos ;

8.º Para os termos de admoestações e outras penas impostas aos estudantes ;

9.º Para os termos de advertencia e suspensão dos empregados e apontamentos das respectivas faltas ;

10.º Para apontamentos das faltas dos lentes e substitutos ;

11.º Para inventario dos moveis do estabelecimento ;

12.º Para lançamento dos livros e papeis entregues pela secretaria á bibliotheca ;

13.º Para lançamento do inventario do archivo ;

14.º Para registro das licenças concedidas pelo director e Congregação ;

15.º Para registro dos termos de posse e grãos.

Paragrapho unico. Além destes livros, poderá o director por si, por deliberação da Congregação ou proposta do secretario, crear os mais que julgar necessarios.

Art. 157. Os amanuenses deverão auxiliar o secretario no desempenho das suas funções, seguindo as ordens que delle receberem.

O seu regimento será organizado pelo mesmo secretario.

Art. 158. No impedimento temporario do secretario, o amanuense mais antigo o substituirá.

Si o impedimento exceder de 15 dias, o director nomeará interinamente outro.

Art. 159. A entrada da secretaria não é facultada aos alumnos nem a pessoas estranhas, salvo precedendo licença do secretario.

Art. 160. Compete ao porteiro :

1.º Ter a seu cargo as chaves do edificio, abrindo-o e fechando-o ás horas ordenadas.

2.º Cuidar do aseo interno da casa, empregando, para esse fim, os serventes que forem designados.

3.º Receber os officios, requerimentos e mais papeis dirigidos á secretaria e expedil-os ou entregal-os ás partes, quando assim for ordenado.

4.º Zelar pela conservação dos moveis e objectos que estiverem fora da secretaria e da bibliotheca, entregando ao secretario uma relação dellos.

5.º Cumprir quaesquer ordens relativas ao serviço, que lhes forem dadas pelo director, lentes ou pelo secretario.

Art. 161. Aos bedeis compete :

1.º Manter o silencio nas salas em que se estiver procedendo a algum acto escolar e em suas proximidades.

2.º Fiscalizar o lançamento do nome dos estudantes no livro da frequencia.

3.º Cumprir as ordens relativas ao serviço que lhes forem dadas pelo director, lentes e secretario.

CAPITULO II

Da bibliotheca

Art. 162. A bibliotheca da Faculdade é destinada especialmente ao uso dos lentes e alumnos e estará aberta todos os dias uteis, em horas opportunamente annunciadas.

Paragrapho unico. Nos dias em que houver sessão da Congregação, a bibliotheca não se fechará sinão depois de terminados os trabalhos da sessão.

Art. 163. O fundo da bibliotheca é constituido pelos livros comprados annualmente, conforme as quantias designadas pela Congregação, e pelos donativos dos lentes e particulares.

Art. 164. Haverá na bibliotheca um livro em que se inscreverão os nomes das pessoas que fizerem donativos de obras, com indicação dos objectos sobre que versarem.

Art. 165. Serão quatro os catalogos :

1.º, das obras, pelas especialidades de que tratam ;

- 2.º, das obras, pelos nomes de seus autores;
3.º, dos dictionarios;
4.º, das publicações periodicas.

§ 1.º O catalogo pelo nome dos autores será organizado de modo que em frente do nome pelo qual cada autor é mais conhecido se achem inscriptas todas as suas obras existentes na bibliotheca.

§ 2.º O catalogo dos dictionarios comprehenderá todos os glosarios, vocabularios e encyclopedias, com discriminação das especialidades, ainda que estejam incluídos em outros catalogos.

§ 3.º No catalogo das publicações periodicas se mencionarão as revistas, theses, bibliographias, memorias, relatorios, annaes e outros impressos semelhantes.

Art. 166. Os livros da bibliotheca serão todos encadernados e terão, assim como os folhetos, impresso e manuscrito o carimbo do estabelecimento.

Art. 167. É vedado retirarem-se da bibliotheca livros, folhetos, impressos ou manuscritos.

Paragrapho unico. Haverá um livro de registro para se lançar o titulo de cada obra que for adquirida com a indicação da época da entrada e do numero dos volumes.

Art. 168. No recinto da bibliotheca só é facultado o ingresso dos membros do corpo docente e dos empregados da Faculdade.

Para os estudantes que queiram consultar obras, haverá uma sala contigua, onde se acharão em logar apropriado catalogos e as mesas e cadeiras para a accommodação dos leitores.

O pedido de livros será feito directamente ao bibliothecario ou a quem o substituir.

Art. 169. O pessoal da bibliotheca constará de um bibliothecario, bacharel formado; um amanuense, um bedel e um servente.

A respectiva nomeação compete ao director, sendo os vencimentos marcados pela congregação.

Art. 170. Incumbe ao bibliothecario :

- 1.º Conservar-se na bibliotheca enquanto estiver aberta.
 - 2.º Zelar e conservar as obras.
 - 3.º Organizar os catalogos segundo o systema que estiver em uso nas bibliothecas mais alevantadas e de accordo com as instrucções que a Congregação ou o director da Faculdade organizar.
 - 4.º Observar e fazer observar estes estatutos, na parte que lhe disser respeito.
 - 5.º Comunicar diariamente ao director as occorrencias que se derem na bibliotheca;
 - 6.º Apresentar o orçamento mensal das despesas da bibliotheca.
 - 7.º Propor ao director, por si ou por indicação dos lentes, a compra de obras e a assignatura de jornaes, dando preferencia ás publicações periodicas que versarem sobre sciencias juridicas e procurando completar as obras ou colleções existentes.
 - 8.º Providenciar para que as obras sejam immediatamente fornecidas ás pessoas que as pedirem e fiscalizar a sua restituição.
 - 9.º Fazer observar o maior silencio na sala de leitura, providenciando para que se retirem as pessoas que perturbarem a ordem, recorrendo ao director quando for mister.
 - 10.º Apresentar mensalmente ao director um mappa dos leitores da bibliotheca, das obras consultadas e das que deixaram de ser ministradas por não existirem.
- Acompanhará esse mappa uma relação das obras que no mez foram adquiridas.

11.º Organizar e remetter annualmente ao director um relatório dos trabalhos da bibliotheca e do estado das obras e moveis, indicando as modificações que a experiencia aconsellar.

12. Encerrar diariamente o ponto dos empregados da bibliotheca, notando a hora do comparecimento e da retirada de cada um.

13. Dar noticia ao director de todas as novas publicações sobre sciencias juridicas e sociaes feitas na Europa e na America, para o que obterá os catalogos das mais importantes livrarias.

Art. 171. Ao amanuense incumbe escrever a correspondencia do bibliothecario, substituí-lo nas suas ausencias ou impedimentos e desempenhar os trabalhos que pelo mesmo lhe forem commettidos.

Art. 172. Incumbe ao bedel da bibliotheca:

1.º Ter sob sua guarda o salão da bibliotheca e tudo quanto este contiver.

2.º Attender aos leitores, inscrevendo em livro especial os seus nomes a par com os pedidos.

3.º Auxiliar o amanuense nos trabalhos do expediente.

4.º Fiscalizar as salas de leitura, no que será coadjuvado pelo servente, impedindo o extravio ou estrago dos livros.

5.º Expedir a correspondencia da bibliotheca.

Art. 173. Organizados os catalogos da bibliotheca, serão os livros collocados por ordem numerica em estantes numeradas, tendo cada volume no dorso um rotulo ou papeleta indicativa do numero com que foi inscripto no catalogo.

§ 1.º Os catalogos serão reorganizados em cinco annos, para o fim de serem nelle contempladas as obras accrescidas.

§ 2.º Sempre que concluir os catalogos, o bibliothecario os fará imprimir com prévia autorização do director para serem enviados ao Governo, ao corpo docente, ás outras Faculdades federaes ou equiparadas e archivados alguns exemplares na bibliotheca e na secretaria.

CAPITULO III

Do patrimonio

Art. 174. O patrimonio da Faculdade será constituído com o que lhe provier de doações, legados e subscrições.

§ 1.º Será este patrimonio administrado pelo director e thesoureiro e convertido em apolices da divida publica ou em um predio em que funcione a Faculdade.

Os rendimentos das apolices se applicarão aos melhoramentos do edificio, ao material do ensino ou ao pagamento dos vencimentos do fiscal do Governo.

§ 2.º Serão annualmente deduzidos das rendas da Faculdade, resultantes da arrecadação das taxas de matriculas, exames, certidões e outras, cinco por cento destinados ao reforço do patrimonio.

Art. 175. O mesmo patrimonio é inalienavel.

A Congregação dos lentes, si deliberar a extincção da Faculdade, dará ao mesmo o destino que julgar conveniente, excepção feita das 50 apolices da divida publica, de que trata o art. 5.º paragrapho unico da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, as quaes serão distribuidas pelos actuaes lentes ou seus representantes legais, por terem sido os mesmos os doadores dessas apolices.

Paragrapho unico. As doações ou legados com applicação especial não poderão ser desviadas do seu destino.

Art. 176. A Congregação conferirá o diploma de protector da Faculdade ás pessoas que contribuirem para a constituição do patrimonio com quantias superiores a dous contos de réis.

CAPITULO IV

Da «Revista» dos cursos

Art. 177. Será annualmente publicada uma Revista dos cursos da Faculdade.

§ 1.º Esta Revista será redigida por uma commissão de cinco lentes, eleita pela Congregação na primeira sessão de cada anno.

A commissão elegirá o seu redactor-chefe e promoverá a troca da Revista com os periodicos da mesma natureza na Europa e na America.

§ 2.º A impressão será feita na Imprensa Nacional, em virtude da autorização concedida á Faculdade pelo Ministerio da Fazenda.

§ 3.º O cargo de redactor é obrigatorio.

§ 4.º Dar-se-ha na Revista um summario das decisões da Congregação, que, a juizo de director, possam ser publicadas.

Terão preferencia, na publicação, as memorias originaes acerca de assumptos juridicos.

Art. 178. A Revista será exposta á venda, sendo o preço da assignatura taxado pelo director.

Os lentes terão um exemplar gratuitamente e os estudantes pagarão metade do preço estipulado.

Art. 179. O producto da venda da Revista fará parte do patrimonio.

CAPITULO V

Da «Memoria historica»

Art. 180. Na sessão de abertura dos trabalhos, designará a congregação um de seus membros para redigir a Memoria historica dos mais notaveis acontecimentos escolares do anno lectivo.

Paragrapho unico. Nesse trabalho será especificado o gráo do desenvolvimento a que tiver attingido, nesse periodo, o ensino de direito, sendo, para esse fim, ministradas ao redactor pelos demais lentes e secretario as informações convenientes.

Art. 181. O lente que for nomeado redactor da Memoria historica não poderá, salvo caso de força maior, e sob pena de suspensão por tres mezes, imposta pela Congregação, recusar-se ao cumprimento do encargo, nem deixar de apresental-a.

§ 1.º A Memoria historica será lida na sessão da abertura dos trabalhos do anno lectivo pelo seu autor, afim de ser discutida e julgada pela Congregação, que póde apprová-la ou rejeital-a ou emendal-a, tanto na narração, como na fórma.

§ 2.º Depois de approvada, será remettida ao Governo, impressa e distribuida.

CAPITULO VI

Das vencimentos, taxas e contribuições

Art. 182. Os lentes cathedraes e substitutos em exercicio serão remunerados, tendo-se em attenção os serviços que prestarem e guardada a necessaria equidade, pelo saldo que restar do producto das taxas de matriculas e exames e outras, deduzindo-se as despesas do expediente e cinco por cento em beneficio do patrimonio.

Para esse fim, o director, de accordo com o thesoureiro, procederá ao calculo ou rateio mensal, tendo em vista o estado dos cofres e o orçamento da receita.

Art. 183. O secretario e demais funcionarios perceberão vencimentos fixos marcados pela Congregação.

Art. 184. As taxas serão as seguintes :

De matricula 350\$, em duas prestações a 1.ª de 200\$, em abril, a 2.ª de 150\$, em novembro.

De exame 350\$000.

De exame extraordinario 400\$000.

De defesa de these 400\$000.

Paragrapho unico. Não será admittido a exame o alumno que não tiver pago as respectivas taxas.

Entre documentos para a matricula deveo figurar o conhecimento do pagamento da respectiva taxa.

Art. 185. Os emolumentos cobrados pela Faculdade serão :

Certidão de collação de grão.....	150\$000
Outras certidões.....	10\$000
Guia para outra Faculdade.....	10\$000
Carta de bacharel.....	200\$000
Carta de doutor.....	200\$000

Art. 186. O alumno reprovado na primeira época, pagará na segunda nova taxa integral de matrícula.

Paraphrasis unico. Os estudantes não matriculados pagarão a taxa de prelecção que a Congregação marcar.

CAPITULO VII

Disposições geraes

Art. 187. Os diplomas serão passados segundo os modelos annexos, e impressos em pergaminho, a expensas daquelle a quem pertencerem.

Não se passará segundo diploma sinão no caso de justificada a perda do primeiro e com a competente resalva, lançada pelo secretario e assignada pelo director.

Paraphrasis unico. Os diplomas de pessoas que não se acharem presentes para assignal-os perante o secretario serão enviados pelo director á autoridade judicial do logar onde estiverem residindo os diplomados, afim de serem por estes assignados em presença della.

Art. 188. Haverá na Faculdade um sello grande, que servirá para os diplomas e sómente poderá ser empregado pelo director, e outro pequeno para os papeis que forem expedidos pelo secretario.

Art. 189. A borla e a fita das cartas para o sello pendente serão, como até agora, vermelhos.

O capello será igualmente vermelho e do feito usado actualmente.

Art. 190. O porteiro e os bedéis usarão no recinto do estabelecimento e no exercicio de suas funções um distinctivo, que consistirá em uma chava elliptica de metal branco, collocada ao lado esquerdo da gola, com designação do emprego respectivo.

Art. 191. O vestuario do director, lentes, substitutos, secretario e bibliothecario é o mesmo actualmente em uso nas Faculdades de Direito officiaes.

Art. 192. Nas questões de interesse particular não podem votar conjunctamente lentes e substitutos que sejam entre si paes, irmãos ou cunhados.

Paraphrasis unico. Quando entre dous ou mais lentes se verificar o impedimento, votará o mais antigo.

Art. 193. Além dos dias feriados designados por lei, consideram-se taes os de fallecimento do director, do vice-director e de qualquer lente, os dias 11 de junho e 11 de agosto e os de Carnaval.

Art. 194. Sob a denominação de *Pantheon* haverá na Faculdade uma sala destinada aos retratos ou photographias dos alumnos que terminarem os seus cursos e mais se houverem distinguido por sua intelligencia, excepcional aproveitamento e procedimento exemplar.

§ 1.º Os alumnos a que se refere este artigo, e que terão o titulo de laurea los, devem contar, pelo menos, dous terços de approvações distinctas.

§ 2.º A inauguração do retrato se effectuará por occasião da collação do respectivo grão de bacharel.

§ 3.º Será conferida, a juizo da congregação, a medalha de ouro *França Carvalho* ao alumno que mais se distinguir em todo o curso.

Art. 195. Os exames de habilitação dos diplomados por Faculdades estrangeiras, que quizerem exercer no Brazil os misteres de

seu grão, versarão sobre as materias seguinte :

1ª serie

Direito constitucional e administrativo.
Direito internacional privado.

2ª serie

Direito romano.
Direito civil.
Direito criminal.

3ª serie

Direito commercial.
Theoria e pratica do processo civil, commercial e criminal.

4ª serie

Medicina publica.

§ 1.º Para a inscripção de exames, o candidato apresentará ao director os seguintes documentos :

- 1º, diploma ou titulo original ou, a juizo do director, documentos equivalentes ;
- 2º, prova de identidade de pessoa ;
- 3º, folha corrida trazida do logar onde teve residencia no anno anterior.

Os documentos serão reconhecidos pelo representante do Brazil no paiz em que tiverem sido passados, podendo ser supprida a falta desse reconhecimento por informações officiaes dos agentes diplomaticos ou consulares da respectiva nação, residentes no Brazil.

§ 2.º Preenchidos os requisitos do paraphrasis anterior, o secretario passará guia ao candidato para o pagamento da taxa do exame e, satisfeita esta, o director designará dia para o exame de cada uma das quatro series, compondo-se as mesas examinadoras de tres lentes designados pelo director, quando não puderem ser os das respectivas cadeiras.

§ 3.º O candidato que, além da habilitação para exercer os misteres do seu grão, retender o diploma de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes, se sujeitará, nas épocas proprias, ao exame de todas as disciplinas do curso e á defesa de these.

§ 4.º Não se admitirá o exame feito por meio de interprete, nem poderão os lentes examinar em lingua estrangeira.

§ 5.º Os diplomas dos profissionais approvados nos exames de habilitação serão apostillados.

A apostilla, registrada em livro especial, ficará sujeita ao pagamento das mesmas taxas a que estão obrigados por seus diplomas os alumnos.

§ 6.º Aos profissionais de que trata o § 3º deste artigo será em tudo applicavel o disposto em relação aos alumnos quanto ao pagamento das taxas, successão dos exames, collação do grão e expedição de diplomas.

§ 7.º No caso de reprovação, o director da Faculdade communicará o facto aos directores das Faculdades officiaes e equiparadas.

§ 8.º Os lentes effectivos ou jubilados das instituições estrangeiras reconhecidas pelos respectivos Governos acreditadas no conceito

da Congregação e cujos regulamentos consistem identicas concessões aos lentes das Faculdades brasileiras, poderão obter licença para o exercicio de sua profissão no Brazil independentemente do exame de habilitação.

A condição de lente será justificada perante a Congregação por meio de certidão dos agentes diplomaticos ou, na falta destes, dos consules brasileiros de paiz onde tiver sede a Escola ou Faculdade a que digam os peticionarios pertencerem ou terem pertencido.

Art. 193. A Congregação poderá installar conferencias feitas pelos lentes e pessoas estranhas á Faculdade, convidando-as ou aceitando-lhes o offerecimento que fizerem para tal fim e, sob proposta de qualquer lente, admittir que tambem os alumnos as façam.

§ 1.º As conferencias realizar-se-hão em dias previamente designados pela Congregação, sob a presidencia do director ou do lente por este designado.

§ 2.º Si o conferente proceder de modo inconveniente, o presidente o chamará á ordem ; e, si não for attendido, retirar-lhes-ha a palavra dando por finda a conferencia.

Art. 197. No edificio da Faculdade, além das salas para as aulas, sessões da Congregação, secretaria, director, lentes e bibliotheca, haverá um salão especial para a collação dos grãos e mais actos sollemnes.

Art. 198. Cada alumno terá direito nas aulas a um logar numerado correspondente ao numero de sua matrícula.

Art. 199. É licito á Congregação crear outras cadeiras além das designadas no art. 4º destes estatutos ; a sua frequencia é, porém, facultativa.

Art. 200. A Congregação abster-se-ha de fazer ou autorizar manifestações de caracter politico, quer para louvar, quer para censurar.

Art. 201. Os casos omis os e não previstos nas leis e decretos federaes serão resolvidos pela Congregação, e suas deliberações farão parte dos estatutos como disposições complementares.

CAPITULO VIII

Disposições transitorias

Art. 202. Logo que entrarem em execução estes estatutos, a Congregação fará nova distribuição das cadeiras, attendendo, tanto quanto possível, á conservação dos lentes actuaes nas que se achem a seu cargo.

Da mesma fórma, mandará proceder a concurso para os logares vagos de substitutos.

Art. 203. Para a cadeira de medicina publica serão creados laboratorios e gabinetes praticos, quando as circunstancias da Faculdade o permittirem.

Art. 204. Na *Revista da Faculdade* do anno corrente será publicada a relação dos lentes cathedraes e substitutos, com a designação de suas cadeiras e secções.

Proceder-se-ha do mesmo modo nos annos seguintes.

Art. 205. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio, 22 de março de 1901.

Errata

PAGINA	ARTIGO	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
15	27 § 1º	evolução	exclusão
31	106 § 2º	anualmente	biennalmente
77	116	§ 1º	§ 3º
77	116	§ 2º	§ 1º
77	116	§ 3º	§ 2º

Supprimam-se os arts. 178, 200 e 202,